

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS II**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**MESTRADO DE SOCIOLOGIA**

**O BOI ENGOLINDO GENTE:**

ESTUDO DO PROCESSO DE  
PECUARIZAÇÃO RECENTE  
NO BREJO DE AREIA, PARAÍBA

---

**LEONÍLIA MARIA DE AMORIM**

**CAMPINA GRANDE**

**1990**

LEONÍLIA MARIA DE AMORIM

O BOI ENGOLINDO GENTE:  
ESTUDO DO PROCESSO DE PECUARIZAÇÃO RECENTE  
NO BREJO DE AREIA, PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Curso de MESTRADO  
EM SOCIOLOGIA da Universidade Federal da  
Paraíba, Campus II, em cumprimento às exigên-  
cias para obtenção do Grau de Mestre

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA RURAL

ROSA MARIA GODOY SILVEIRA  
Orientadora





A524b Amorim, Leonília Maria de.  
O boi engolindo gente : estudo do processo de  
pecuarização recente no brejo de Areia, Paraíba / Leonília  
Maria de Amorim. - Campina Grande, 1990.  
157 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade  
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1990.  
"Orientação : Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira".  
Referências.

1. Pecuarização - Brejo de Areia (PB). 2. Sociologia  
Rural. 3. Pecuária Brejeira. 4. Sociologia - Dissertação.  
I. Silveira, Rosa Maria Godoy. II. Universidade Federal da  
Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.334.55:636.2(813.3)(043)

"O uso do boi, melhora a terra"  
(Agrônomo Manuel Félix)

"O boi é mais valorizado que o homem,  
pois quando nasce um bezerro, tem  
logo assistência e vai logo ser ca  
dastrado"

(Pecuarista anônimo)

"Os trabalhadores vivem melhor do que eu ...  
porque eles têm apenas necessidades  
e eu ...  
tenho sérios problemas com eles"

(Agropecuário José Henriques Batista de Albuquerque)

## ÍNDICE

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

LISTA DAS TABELAS

LISTA DOS CARTOGRAMAS

RESUMO

RESUMÉ

INTRODUÇÃO

Página

1. BREJO DE AREIA: da pecuária (mercantil) à pecuária (capitalista)	1
1.1. A configuração originária de um espaço agropastoril	1
1.2. A metamorfose dos currais em fazendas de criação	13
1.3. A conjunção entre a pecuária e a agricultura .....	20
1.4. Continuidades e discontinuidades no espaço agrário brejeiro .....	26
2. A REDINAMIZAÇÃO DA PECUÁRIA BREJEIRA	38
2.1. A retomada de uma atividade duvidosa .....	39
2.2. A integração do grupo agrário brejeiro à nova etapa pecuarista .....	48
2.3. A expansão do criatório e a dinâmica do mercado ...	79

	Página
3. A MATERIALIDADE DA PECUARIZAÇÃO: A UNIDADE PRODUTIVA AREIENSE	103
3.1. A estrutura fundiária: reconcentração e monopólio	103
3.2. O capital e a tecnologia .....	128
3.3. As relações de trabalho .....	142
CONCLUSÃO	
A N E X O S	
BIBLIOGRAFIA	

## DEDICO

### A AMORIM NETO

*esposo, companheiro e amigo de todas as horas,  
estímulo maior de minha vida afetiva,  
intelectual e profissional*

### Aos Filhos queridos

*MELANIA, DENISE e ALEXEI  
frutos do amor,  
alegrias de minha vida,  
pedaços de mim mesma*

### A minha Mãe

*PASSINHA AGRA  
fonte inesgotável de coragem,  
com quem muito cedo aprendi a amar  
e a respeitar a História*

### À Professora amiga

*MARIA BRAGA DE SÁ  
que participou da escolha do tema,  
foi força encorajadora  
nas pesquisas  
e colaboradora das tabelas*

## AGRADECIMENTOS

*À Professora Rosa Maria Godoy Silveira, orientadora deste trabalho que, ao lado de apreciações críticas, acompanhou todas as suas fases de execução, prestando uma orientação segura e significativa*

*A Denise, datilógrafa dos primeiros manuscritos, pela paciência, desprendimento e dedicação*

*Aos agropecuaristas Manuel Félix e José Henriques, pelas horas tomadas nas várias entrevistas e acolhida sempre carinhosa*

*A todos os entrevistados anônimos ou não, que transmitiram suas experiências e seus pensamentos, sem quaisquer constrangimentos*

*Às professoras Josefa Gomes de Almeida e Silva, Eliete de Queiroz Gurjão, Maria Braga de Sá e Martha Falcão de Carvalho e M. Santana que facilitaram bibliografia útil ao Tema*

*À professora Marilda Meira e Siqueira que, pacientemente, fez a revisão ortográfica do trabalho*

*À professora Maria Santana Meira Ramos, pela valiosa colaboração*

*Às entidades oficiais que dispensaram a máxima atenção na coleta de dados*

*A Nísia Leão, que datilografou o trabalho concluído*

*Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram com a execução desta monografia*



## LISTA DAS TABELAS

Tabela 1	Página
Quantidade, área e valor da produção de cana-de-açúcar segundo as microrregiões do Estado da Paraíba - 1970 1980 .....	35
 Tabela 2	
Quantidade, área e valor da produção de cana-de-açúcar segundo os municípios do Brejo Paraibano: 1970-1980 .	40
 Tabela 3	
Densidade e participação dos efetivos bovinos, segundo o valor - Estado da Paraíba - 1975 .....	47
 Tabela 4	
Crescimento do efetivo bovino nas microrregiões do Curimataú e Brejo Paraibano: 1970-1975-1980 .....	49
 Tabela 5	
Número de bovinos em alguns municípios paraibanos, 1973 1975-1977 .....	51
 Tabela 6	
Região Nordeste - investimentos por finalidades para a pecuária bovina, 1976-1977 .....	60

Tabela	Página
7 Região Nordeste - área total, número de projetos e área média das propriedades incentivadas com recursos do "34/18" e do FINOR pela SUDENE, 1965-1976 .....	61
8 Relação entre as áreas de lavouras e áreas de pasta gens - Estado da Paraíba - 1970-1975 .....	71
9 Número de Minifúndios e de latifúndios por exploração, com dados referentes à área e percentagem sobre a área agrícola total do município de Areia, Paraíba - 1975 1980-1988 .....	77
10 Produção, área plantada e rendimento das culturas de cana-de-açúcar, milho e feijão no município de Areia, Paraíba - 1975-1980 .....	78
11 Percentagem do rebanho nordestino em relação ao reba nho brasileiro, 1973 .....	80
12 Áreas de lavoura e pastagem, segundo as microrregiões Estado da Paraíba, 1980 .....	83



	Página
Tabela 13	
Distribuição do efetivo bovino, segundo as microrregiões - Estado da Paraíba, 1970-1980 .....	84
Tabela 14	
Crescimento do efetivo bovino no Brejo Paraibano, 1970-1980 .....	85
Tabela 15	
Evolução da produção de leite no Nordeste e no Brasil (em milhões de litros) 1960-1976 .....	89
Tabela 16	
Evolução da produção de leite no Brasil e no Nordeste segundo os Estados (em mil litros) 1960-1976 .....	89
Tabela 17	
Produção e variação percentual da produção de leite, segundo as microrregiões, Estado da Paraíba, 1970-1975	91
Tabela 18	
Produção por unidade bovina, segundo os Estados - Região Nordeste, 1960-1975 .....	92
Tabela 19	
Microrregiões que compõem a bacia leiteira de Campina Grande, 1970-1975 - Estado da Paraíba .....	94

	Página
Tabela 20	
Fazenda Saburá, Brejo de Areia, PB, produção de leite 1988 .....	96
Tabela 21	
Algumas microrregiões do Estado da Paraíba - Finalida <u>d</u> de dos bovinos, 1970-1975 .....	99
Tabela 22	
Efetivo bovino - Fazendas Reunidas Guaribas e Pirauã município de Areia, PB - 1983-1987 .....	100
Tabela 23	
Área dos estabelecimentos por classes (ha), município de Areia, Paraíba, 1940-1950-1960-1970-1980 .....	110
Tabela 24	
Número de estabelecimentos por classes de área (ha) mu <u>n</u> icípio de Areia, Paraíba, 1940-1950-1960-1970-1980 ..	112
Tabela 25	
Distribuição dos imóveis rurais segundo a categoria do INCRA, município de Areia, Paraíba - 1972-1976 .....	113
Tabela 26	
Número de latifúndios por exploração, com dados refe <u>r</u> entes à área e percentagem sobre a área agrícola to <u>t</u> al do município de Areia, Paraíba. 1975-1980-1988 ...	115

## Tabela 27

Número de estabelecimentos distribuídos pela condição de produtor, município de Areia - Microrregião do Brejo Paraibano, 1940-1950-1960-1970-1980 .....	116
---	-----

## Tabela 28

Área (ha) dos estabelecimentos distribuída pela condição do produtor, município de Areia - Microrregião do Brejo Paraibano. 1940-1950-1960-1970-1980 .....	117
--	-----

## Tabela 29

Número de empregados permanentes e temporários no município de Areia, Paraíba, 1975-1980 .....	119
--	-----

## Tabela 30

Levantamento dos bens, imóveis, máquinas e implementos agrícolas, das Fazendas Reunidas Guarivas e Pirauã, segundo seu proprietário José Henriques Batista de Albuquerque .....	141
---	-----

## Tabela 31

População urbana e rural - situação por domicílio, população e taxa de crescimento (números absolutos) - Município de Areia, 1940/1950 - 1950/1960 - 1960/1970 ..	151
---	-----

## Tabela 32

Taxa de crescimento, população urbana e rural - Situação do domicílio, município de Areia, 1940, 1950, 1960, 1970 .....	152
---	-----

## LISTA DOS CARTOGRAMAS

	Página
Cartograma 1	
Nordeste - Ocupação do interior pela expansão da pecuária nos séculos XVI - XVII .....	6
Cartograma 2	
Caminhos do gado para Olinda e Recife .....	7
Cartograma 3	
Caminhos da Paraíba, século XVIII .....	8
Cartograma 4	
Centros de irradiação do gado .....	9
Cartograma 5	
Estado da Paraíba, destacando-se a microrregião do Brejo Paraibano .....	10
Cartograma 6	
Brejo Paraibano, destacando-se o Município de Areia	11
Cartograma 7	
Nordeste - Croquis da ocupação do espaço (até o século XVIII) .....	12
Cartograma 8	
Estado da Paraíba - destinação do efetivo bovino, 1970 .....	63

	Página
Cartograma 9	
Estado da Paraíba - valor total da produção animal - 1970 .....	64
Cartograma 10	
Estado da Paraíba - orientação da agricultura, 1970 .....	81
Cartograma 11	
Densidade da pecuária bovina - Estado da Paraíba destaque ao Brejo Paraibano - 1970 .....	87
Cartograma 12	
Concentração da propriedade fundiária - 1980 ....	105
Cartograma 13	
Estado da Paraíba - concentração da estrutura fundiária - 1970 .....	106
Cartograma 14	
Estado da Paraíba - número de tratores existentes por unidades .....	135
Cartograma 15	
Estado da Paraíba - número de charruas existentes por unidades .....	136



Cartograma 16

Estado da Paraíba - despesas com fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas das despesas totais dos estabelecimentos rurais .....	137
---	-----

Cartograma 17

Estado da Paraíba - participação dos assalariados no total da população ocupada com a agricultura 1970 .....	150
--	-----

## RESUMO

Esta dissertação trata de analisar o processo de pecuarização recente no Brejo de Areia, na Paraíba. Toma como ponta de partida a ocupação do espaço no século XVIII, pela pecuária, agente pioneiro de um primeiro esboço do sistema sócio-econômico desta microrregião. Como atividade acessória, distanciada dos mercados, sem muitas implicações com gastos correntes, o criatório bovino integrou, com seus currais, logo metamorfoseados em fazendas - como sendo produtos da divisão social do trabalho - não só o Brejo de Areia ao Agreste Paraibano, mas todo o interior nordestino. No desenrolar do século XIX, a atividade pecuária brejeira, mesmo dotada de versatilidade - a venda do gado em pé; das carnes verde e salgada nos mercados e feiras-livres ou dos produtos derivados, é negligenciada no Brejo, devido a uma série de fatores endógenos, tais como a umidade do solo, o relevo acidentado, a proliferação de verminoses, de carrapatos e plantas tóxicas.

Durante algumas décadas do século XX o Brejo de Areia se transforma no "Celeiro do Sertão" e seu espaço passa a ser caracterizado pela monocultura canavieira, que se expande a passos largos, chegando a propiciar a instalação de uma Usina, a Santa Maria, para a produção de açúcar e, posteriormente, uma destilaria para a produção do álcool.

Porém, na década de setenta, após calorosas discussões, a atividade pecuária volta ao Brejo de Areia, não como atividade acessória, mas como atividade comercial, lucrativa e subsidiada pelo Estado, nos moldes

da "Modernização Conservadora", que concedeu grandes privilégios ao setor agropecuário em detrimento da agricultura, especialmente a de subsistência. No Brejo de Areia, ao contrário do que apregoava o "Milagre Brasileiro", o processo de pecuarização recente aumentou a monopolização da terra, expropriou o homem do campo e prejudicou o setor agrícola. Essas conseqüências foram provocadas tanto pelos altos preços da carne e do leite, quanto pelos mínimos gastos com os encargos sociais e a força de trabalho.



## RESUME

Cette dissertation a pour but d'analyser le procès récent de l'élevage des bestiaux dans la région du Brejo de Areia, dans la Paraíba. On a pris comme point de départ l'occupation, de l'espace par l'élevage au XVIII<sup>e</sup> siècle, agent pionnier d'une première ébauche du système socio-économique de cette micro-région. Comme une activité accessoire, éloignée des marchés, peu impliquée aux dépenses courantes, l'activité d'élevage bovine a intégré, avec ses bergeries, aussitôt métamorphosées en fermes - des produits de la division sociale du travail - non seulement le Brejo de Areia à l'Agreste Paraibano, mais tout l'intérieur nordestin. Pendant le XIX<sup>e</sup> siècle cette activité, même dotée d'une certaine versatilité est négligée dans le Brejo - la vente des bestiaux vivants, de la viande fraîche et séchée dans les foires vu même la vente ses produits dérivés. Cette négligence est due à une série de facteurs endogènes comme par exemple l'humidité du sol, le relief accidenté, la profusion de vermines et de plantes toxiques.

Pendant quelques décades du XX<sup>e</sup> siècle, le Brejo de Areia est devenu le grenier du Sertão et son espace s'est caractérisé par la culture de la canne à sucre qui se répand dans un rythme accéléré. Cette expansion a rendu propice l'installation d'une usine, celle de Santa Maria, pour la production de sucre et quelque temps après, d'une distillerie pour la production de l'alcool.

Cependant, aux années 70, après de grandes discussions, on reprend l'activité d'élevage de bestiaux dans le Brejo de Areia. Cette fois-ci

non seulement comme une activité accessoire, mais comme une activité prépondérante, celle du commerce, donc lucrative et soutenue par l'État. D'autre part, cette activité s'est développée selon le modèle de la "modernisation Conservatrice", par laquelle on accédait des privilèges au secteur d'élevage au détriment de l'agriculture, surtout celle de subsistance. Dans le Brejo de Areia, au contraire de ce que le "Miracle Brésilien" répandait, le procès récent d'implantation de l'élevage des bestiaux dans cette région n'a fait qu'augmenter la monopolisation de la terre, exproprier l'homme du champ, aussi bien que porter préjudice au secteur agricole. Ces conséquences sont dues à l'augmentation des prix de la viande et du lait et aussi aux dépenses minimums avec les charges sociales et la force du travail.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o processo de pecuarização recente no Brejo de Areia, na Paraíba. O tema chama a atenção e aguça a curiosidade de qualquer estudioso social, porque o espaço em questão, até os meados dos anos cinquenta, tinha sua fronteira agrícola baseada na monocultura canavieira voltada para a produção dos engenhos rapadureiros.

Com os incentivos à capitalização, aqueles engenhos foram perdendo sua posição dentro do Município, cedendo lugar à Usina Santa Maria. Os avanços da "modernização", nos anos setenta, vêm redefinir o espaço areense, pela penetração, em escala ascendente, da pecuarização.

É esta pecuarização que notabiliza o Tema, porque o Brejo de Areia era, até então, uma microrregião com uma enorme tradição agrícola no Estado paraibano. que vai, na onda da "modernização", ter seu espaço dividido com a pecuária, atividade que, no passado longínquo, fora opção dos primeiros colonizadores do interior regional, mas que, agora, ali penetra de forma mais racional para se reproduzir.

No decorrer deste trabalho, ver-se-á como a pecuária, no espaço brejeiro, gerou, num processo cheio de contrastes, um novo tipo de capital, um novo tipo de latifundiário e, principalmente, novas relações sociais de trabalho, que convivem com as velhas, muitas vezes camufladas para esconder o nível de exploração a que foram submetidos os homens do campo brejeiro.

Com base nos dados coletados e em várias fontes de informações - umas provenientes da pesquisa direta, outras retiradas de estudos específicos sobre a microrregião - foi tomada a diretriz do trabalho, partindo primeiro de uma análise do espaço onde o processo de pecuarização se engendrou. Para isto, tomou-se este espaço em toda a sua complexidade, ou seja, estudou-se o mesmo em sua totalidade, enfatizando os fatores que o produziram globalmente.

Para dar corpo ao trabalho, usou-se uma metodologia baseada, em primeira instância, num levantamento bibliográfico e em dados secundários das estatísticas e órgãos ligados direta ou indiretamente ao tema escolhido.

Numa segunda etapa, realizou-se uma pesquisa de campo no Município de Areia, onde foram feitas várias entrevistas com alguns fazendeiros, produtores rurais, agropecuaristas, agrônomos, cooperativistas, favelados, sindicatos e órgãos oficiais, como a Coletoria Estadual, Agências da EMATER, INCRA e IBGE, além de pessoas ali nascidas e criadas - aquelas que, evidentemente, se prestaram a fornecer as informações desejadas.

A esses contatos somaram-se outros iniciados nos pequenos mercados, na feira-livre, no Cartório de Ofício, na Casa Paroquial e na Agência local do Banco do Brasil, com o objetivo de coletar mais dados e selecioná-los de maneira que atendessem aos interesses qualitativos do trabalho.

O tema "O Boi Engolindo Gente: estudo do processo de pecuarização recente no Brejo de Areia, Paraíba", foi dividido em três capítulos, ordenados segundo uma lógica e assim distribuídos:

No primeiro capítulo, *Brejo de Areia: da pecuária (mercantil) à pecuária (capitalista)*, procura-se analisar o processo de ocupação do espaço brejeiro no bojo do espaço nordestino - produto da divisão social do trabalho - onde se estabeleceu uma estrutura de produção, cuja força de trabalho em etapa inicial se auto-reproduzia, utilizando o seu tempo excedente para cultivar pequenos lotes de terra e produzir, artesanalmente, alguns bens de uso pessoal.

A necessidade de se aumentar a acumulação primitiva de capital - pela incorporação de mais terras e a plena utilização de todos os meios de produção para a reprodução capitalista - provocou uma redivisão social do trabalho, dando origem a muitos centros urbanos e à formação de fazendas pecuaristas que tiveram, como ponto de partida, grandes currais que adentraram pelo Nordeste, transformando-se em veículos de fixação humana e arcabouços de uma economia "sui-generis".

Para se levar a cabo o exposto, foi necessária uma análise retrospectiva da evolução sócio-econômica do Brejo de Areia, como elemento de apoio para a interpretação das mudanças e permanências que ali ocorreram por conta da pecuarização recente e de suas implicações nas relações sociais de produção.

No segundo capítulo, *Redinamização da Pecuária Brejeira*, procura-se mostrar um acalorado debate desenvolvido neste espaço, sobre o retorno à pecuária, que fora deixada de lado desde os idos do século XIX. O debate se desenrolará no âmbito da classe dominante local e num contexto propício àquela atividade, devido aos subsídios e incentivos do Estado, que começara a privilegiar o setor agropecuário, nos planos da política do Novo Modelo de Desenvolvimento Brasileiro.



Vencidas as discussões acirradas e solucionadas as adversidades ecológicas, a pecuária é redinamizada e volta a ocupar o espaço do Brejo de Areia. Nesta parte, analisa-se como o processo de pecuarização, dominado por ambigüidades e necessidade de mais espaço - para maior acumulação de capital - gera sérios desequilíbrios sócio-econômicos em toda a microrregião estudada.

Procurou-se, ainda, neste capítulo, detectar a integração do grupo agrário brejeiro à nova atividade e à produtividade do setor pecuário face aos estímulos governamentais.

No terceiro capítulo, *A Materialidade da Pecuarezização*, identifica-se a situação do Brejo de Areia no auge das mudanças preconizadas pela "modernização", no que toca ao avanço pecuário.

A exposição analisa o grau de importância da estrutura fundiária concentracionista e as mudanças ocorridas nas relações sociais de produção com a penetração do capitalismo no campo, expropriando os trabalhadores que se desviam para um campesinato marginal ou para um assalariamento aviltante.

Daí, ocorrer uma desproporção crescente entre o tamanho da mão-de-obra excedente e as necessidades da demanda do trabalho, quando se sabe que, à medida que se desenvolve o capitalismo, ele utiliza, por uma exigência da acumulação do capital, inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra. Em outras palavras, o crescimento da riqueza, a acumulação do capital, produzem um excedente de população sem trabalho e esse excedente reproduz a miséria, o pauperismo.

Das perspectivas da análise, nesta terceira parte do trabalho, faz-se um balanço dos males gerados pelo monopólio da terra, que assegura

rou a permanência da miséria no campo, sufocando as ilusões dos trabalhadores ao perpetuar o concentracionismo integrado à "modernização" conservadora.

1. BREJO DE AREIA:

DA PECUÁRIA (MERCANTIL) À PECUÁRIA (CAPITALISTA)



## 1. BREJO DE AREIA: DA PECUÁRIA (MERCANTIL) À PECUÁRIA (CAPITALISTA)

### 1.1. A configuração originária de um espaço agropastoril

O espaço<sup>1</sup> pastoril na área do brejo<sup>2</sup> não surgiu, meramente, de uma penetração paulatina da região litorânea para o interior. Foi, antes de tudo, uma penetração pensada e realizada sob os moldes do mercantilismo<sup>3</sup> europeu que, anteriormente, no decorrer do século XVI, tinha ge

---

<sup>1</sup>A palavra espaço é aqui usada como "locus organizado para a e pela produção". SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino, p.96. É portanto, o espaço concreto, criação da produção social do homem ou, ainda, o produto da relação entre a infra-estrutura e a área em que se efetuam as relações de produção. Quanto ao nome área, é usada no sentido de base territorial. Para melhor esclarecimento sobre estes conceitos consultar, entre outros, SANTOS, Milton: Por uma Geografia Nova. São Paulo, Hucitec, 1978; OLIVEIRA, Francisco de: Elegia de uma Religião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; COSTA, Wanderley Messias da, e Moraes, Antônio Carlos Robert: Valor, Espaço e a Questão do Método. In: Temas de Ciências Humanas, nº 5, São Paulo, Ciências Humanas, 1979

<sup>2</sup>Segundo o historiador paraibano Horácio de Almeida, "A palavra brejo deriva dos alagadiços e águas correntes, em grande abundância, na encosta oriental da Borborema, ao passo que areia, material escasso em todo o município, só mesmo por ironia encontra sua origem na ocorrência do riacho do Saboeiro". Brejo de Areia, p.7. Sobre o estudo dos brejos há uma boa bibliografia, onde se destaca o livro: ANDRADE, Manuel Correia de. Nordeste: Alternativas de Agricultura. Campinas, São Paulo, Papyrus, 1988

<sup>3</sup>O mercantilismo foi uma política de nacionalismo econômico, adotada pelas nações europeias, entre os séculos XVI e XVIII; esta política ligou-se ao surgimento do Estado Moderno e ao Absolutismo. Ver: KEYNES, John Maynard. Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. Cap. 23. São Paulo, Abril Cultural, 1983; FALCON, Francisco. Mercantilismo e Transição. São Paulo, Brasiliense, 1981

rado na Zona da Mata o engenho<sup>4</sup> de cana-de-açúcar como célula reprodutora da formação espacial, para cumprir um sentido eminentemente mercantil.<sup>5</sup>

A montagem do sistema produtivo açucareiro<sup>6</sup>, tendo o engenho como unidade básica - tudo girava em torno dele - e sendo ele, ao mesmo tempo, ponto afluente e divergente da paisagem regional em gestação, vai ter sua organização assentada na produção monocultural em grande escala alimentada pelo trabalho do escravo<sup>7</sup>, cuja força de trabalho consumida se transformava em açúcar, mercadoria de consumo caro, que deslizava pelo Atlântico rumo à Europa, atendendo aos interesses da burguesia comercial<sup>8</sup> e nobreza portuguesas, ambas representadas pelo Estado Monárquico

<sup>4</sup>Alice Canabrava mostra o engenho como um pequeno-grande mundo que abrigava vários edifícios para moradia e para instalar o aparelhamento necessário ao fabrico do açúcar, que representava "a atividade sedentária que fecunda o solo, amanha a riqueza e lança as raízes da comunidade social". *A Grande Propriedade Rural*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1963, p. 205

<sup>5</sup>João Manuel Cardoso de Melo, em sua tese de doutoramento procura explicar, no Cap. 1, os contornos da economia colonial, mostrando o seu sentido mercantil: "Não uma produção mercantil qualquer, porém produção mercantil que comercializável no mercado mundial, não concorresse com a produção metropolitana... Produção colonial, em suma, quer dizer produção mercantil, complementar, produção de produtos agrícolas coloniais e de metais preciosos". *O Capitalismo Tardio*, p. 39

<sup>6</sup>A montagem da economia açucareira no Nordeste, ao longo da colônia, tem sido alvo de vários estudos, onde se destacam, entre outros, os de Manuel Correia de Andrade, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Gadil el Perruci, Peter Eisenberg, Maria Nazareth Wanderley etc.

<sup>7</sup>Antonil, arguto observador da vida brasileira colonial, escreveu, nos inícios do século XVIII: "Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem engenho corrente". *Cultura e Opulência do Brasil*, p. 89

<sup>8</sup>O capital comercial "desdobrou o âmbito da circulação que lhe é próprio e invadiu a esfera da produção, constituindo a economia colonial... assegurou a reprodução das relações sociais, com o tráfico, setor do comércio colonial e mola de acumulação". *O Capitalismo Tardio*, op. cit., p. 41

Absolutista.

O conteúdo econômico do engenho, instalado na colônia, veicula, por um lado, o processo de acumulação de capital comercial, externamente e, por outro lado, assegura à classe senhorial o seu controle sócio-político através do monopólio da terra, viabilizado legalmente pelo sistema sesmarial.

É no bojo deste quadro colonial que se emoldura a estrutura sócio-econômica da microrregião do brejo no Agreste Paraibano<sup>9</sup>, formado a partir da divisão social do trabalho, ocorrida no interior da Zona da Mata onde as contradições contidas no regime escravocrata vão implicar na transferência de recursos econômicos canavieiros dos senhores de engenho para outras atividades<sup>10</sup> como a lavoura de subsistência e a pecuária.

Estas atividades aludidas foram impostas a partir da expansão do capital comercial europeu, que desagregou as relações feudais na ordem econômica portuguesa, produzindo um excedente populacional constituído de uma massa de camponeses pobres que emigrará para a nova colônia e se

---

<sup>9</sup>O Agreste Paraibano compreende, em grande parte, as elevações do Planalto da Borborema; é uma área de transição entre a Mata e o Sertão, onde se alternam trechos úmidos como a Mata, e secos, como o Sertão. Em suas áreas de maior altitude e expostos aos vales úmidos do sudeste, encontram-se os brejos, nos quais há o domínio da cana-de-açúcar e da pecuária. O Agreste Paraibano tem uma área calculada em 3.661km<sup>2</sup>. Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica do Nordeste, p. 29

<sup>10</sup>"A estas atividades ... cumpre acrescentar uma atividade que, apesar de voltada essencialmente para o mercado interno, constitui uma atividade induzida pela agricultura de exportação. É o caso, em parte, do tabaco... mas é sobretudo o caso do gado, que toma uma grande importância na formação do Brasil". DOWBOR, Ladislav. A Formação do Capitalismo Dependente, p. 52

vinculará aquelas atividades acessórias "cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação".<sup>11</sup>

Efetua-se, pois, uma pressão externa que requer o aumento da produção açucareira e a compra de escravos que resultará na plena utilização da terra para a grande lavoura, impondo-se a monocultura canavieira e, em consequência, a agricultura de subsistência e o pastoreio, como atividades econômicas autônomas.

O surgimento da agricultura de subsistência e a criação de gado para atender a Zona da Mata não seriam possíveis, mantendo como se mantiveram, as relações escravistas de produção, se não fossem sustentadas por aqueles emigrantes que refletiam a compressão provocada pela expansão do mercantilismo europeu.

Isto se coaduna com a afirmativa de Celso Furtado "e foi a separação das duas atividades econômicas - a açucareira e a criatória - que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente. A criação do gado era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira".<sup>12</sup>

As atividades acessórias provocadas, pois, pela divisão social do trabalho, conjugaram-se com o movimento migratório português e processaram a gênese da região agrestina - da qual o brejo faz parte - constituída espacialmente pelo curral, cuja estrutura vai encerrar uma forma de existência própria direcionada pela política mercantilista, responsável

---

<sup>11</sup>PRADO JÚNIOR, Caio. Formação Econômica do Brasil, p. 41

<sup>12</sup>Formação Econômica do Brasil, p. 57



direto pelo processo de implantação geral do núcleo que deu origem a toda a região nordestina, que passa a refletir "em todo o longo período de sua formação colonial, os problemas e os mecanismos de conjunto que agitaram a política imperial lusitana"<sup>13</sup>.

Houve, portanto, uma necessidade histórica de se criar um espaço diversificado, que surge pela convergência de duas correntes de colonização, que partiram, respectivamente, de Salvador e Olinda<sup>14</sup>, formando um longo processo de ocupação, onde não faltaram ingredientes comuns ao restante do território nacional: a luta contra os índios e sua consequente submissão, expulsão e extermínio dos mesmos; a aquisição de grandes extensões de terras para compensar vultoso empreendimento. Cartogramas 1-2-3.

Estas correntes de penetração para o interior<sup>15</sup> atingiram o Agreste Paraibano através das ribeiras<sup>16</sup>, onde os brejos são frequentes e "as propriedades dispunham quase sempre de amplas extensões aplainadas propícias à criação, onde se desenvolviam a milhã, o capim de cheiro e o mimoso, e possuíam também algumas áreas úmidas de brejo, onde se faziam

---

<sup>13</sup>NOVAIS, Fernando A. *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial*. In: *Brasil em Perspectiva*, p.47

<sup>14</sup>O interior nordestino foi integrado à colonização por meio de dois movimentos populacionais oriundos das zonas açucareiras - Salvador e Olinda - de onde partiam entradistas com seus gados e títulos de doação de terras, atravessando longos caminhos e, ambos, encontrando-se no Ceará. Verifica-se o ocorrido na linguagem do autor de *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, quando diz: "se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora!" ABREU Capistrano, p.147

<sup>15</sup>Ver CARTOGRAMA Nº 4

<sup>16</sup>As ribeiras eram os espaços distribuídos nas beiras dos rios, onde os antigos povoadores criavam gado e espalhavam suas fazendas. ANTONIL, em *Cultura e Opulência do Brasil*, op. cit, p.200, registra que só nas ribeiras de Pernambuco havia cerca de oitocentos currais de onde partia o gado para a comercialização

## CARTOGRAMA Nº 1

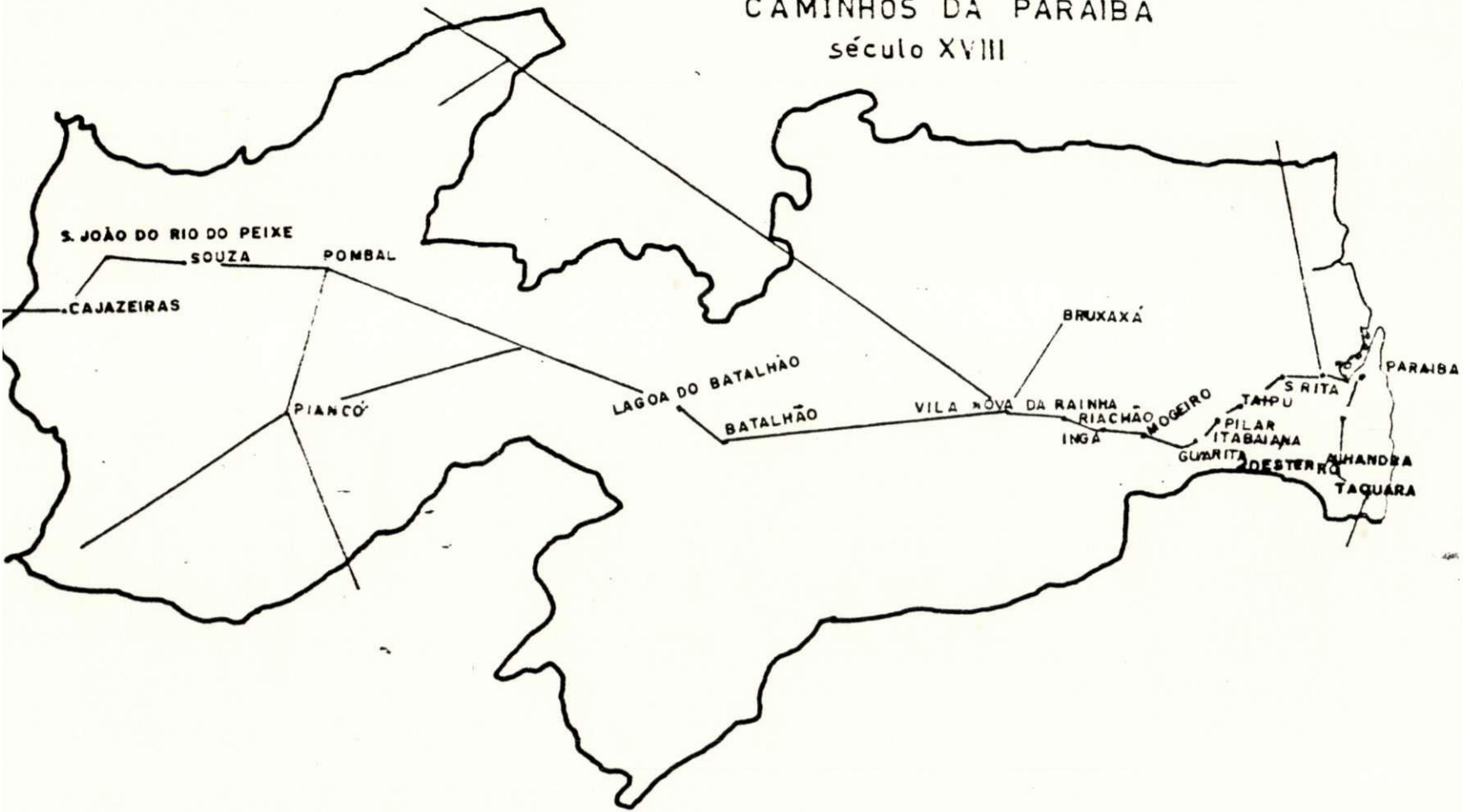


FONTE: ANDRADE, Manuel Correia de. Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. SUDENE, 1978





CAMINHOS DA PARAÍBA  
século XVIII

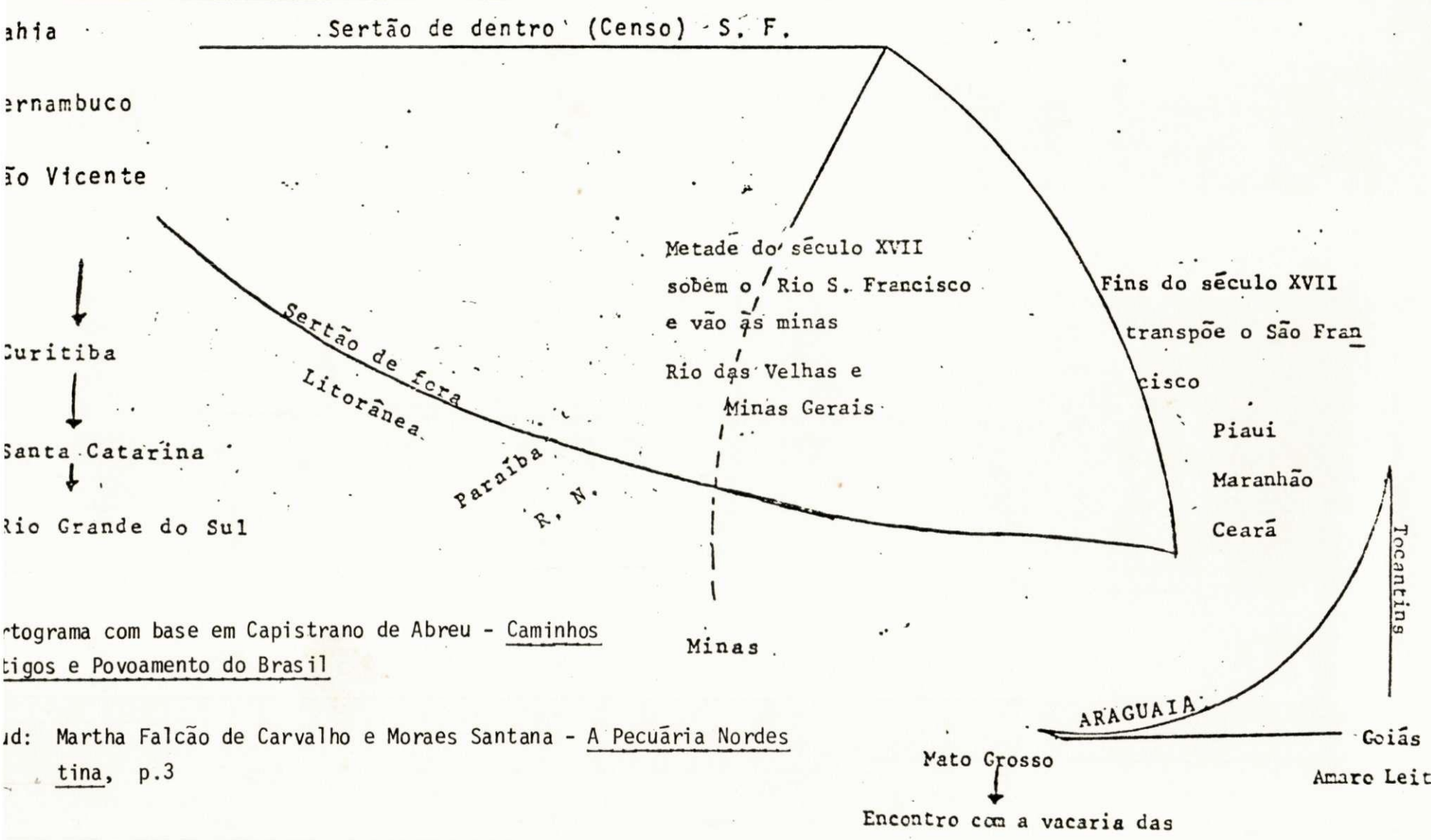


CARTOGRAMA Nº 3

FONTE: ATLAS GEOGRÁFICO DA PARAÍBA  
UFPB 1965

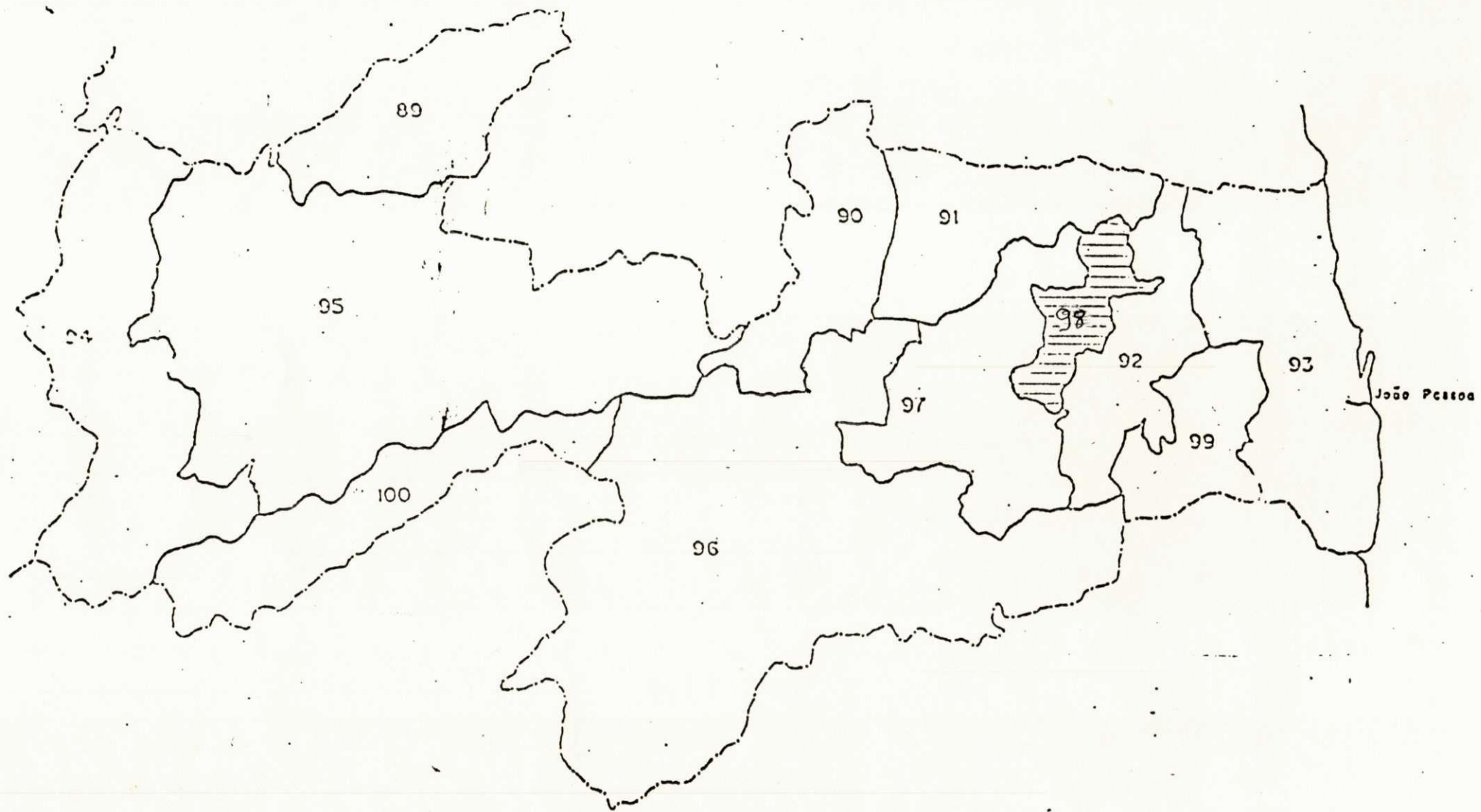
FONTE: Atlas Geográfico da Paraíba - UFPb, 1965





Cartograma com base em Capistrano de Abreu - Caminhos antigos e Povoamento do Brasil

Fonte: Martha Falcão de Carvalho e Moraes Santana - A Pecuária Nordestina, p.3

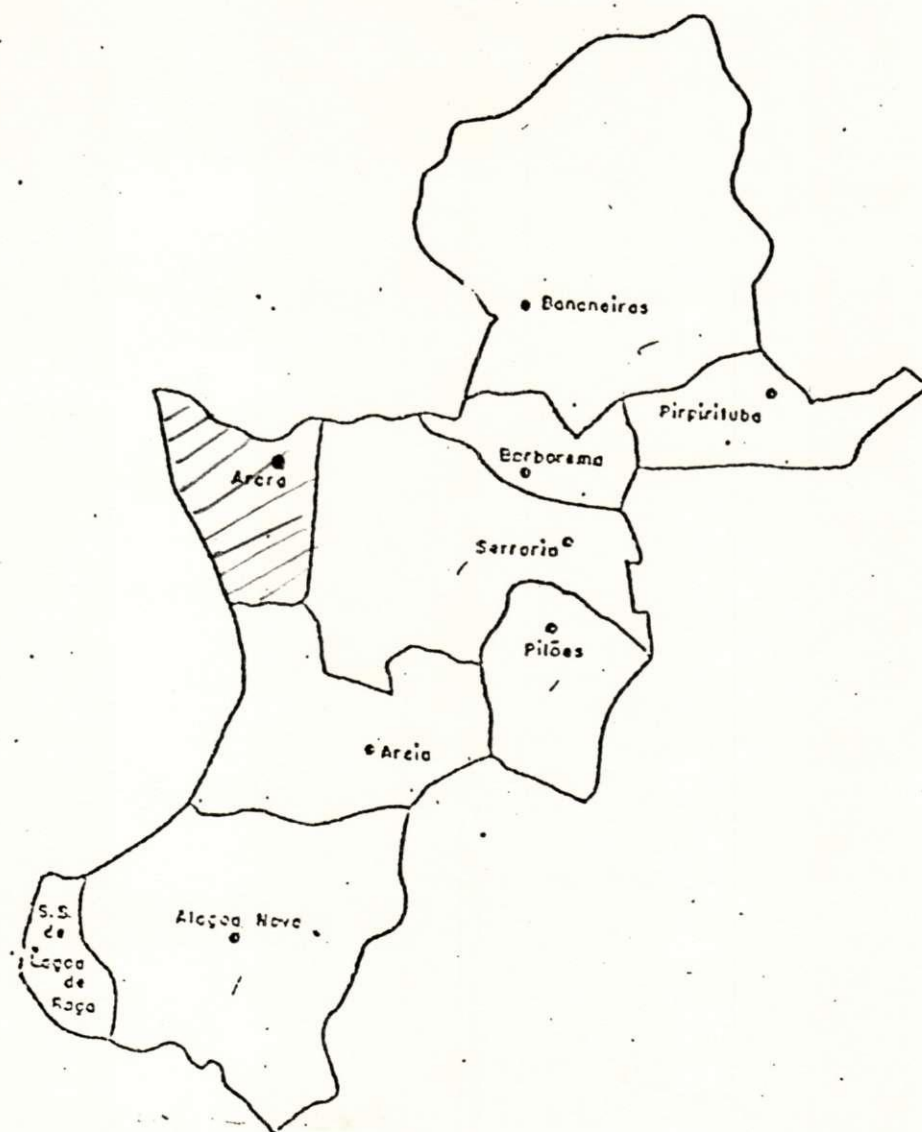


CARTOGRAMA Nº 5

Estado da Paraíba, destacando-se a Microrregião do Brejo Paraibano 93

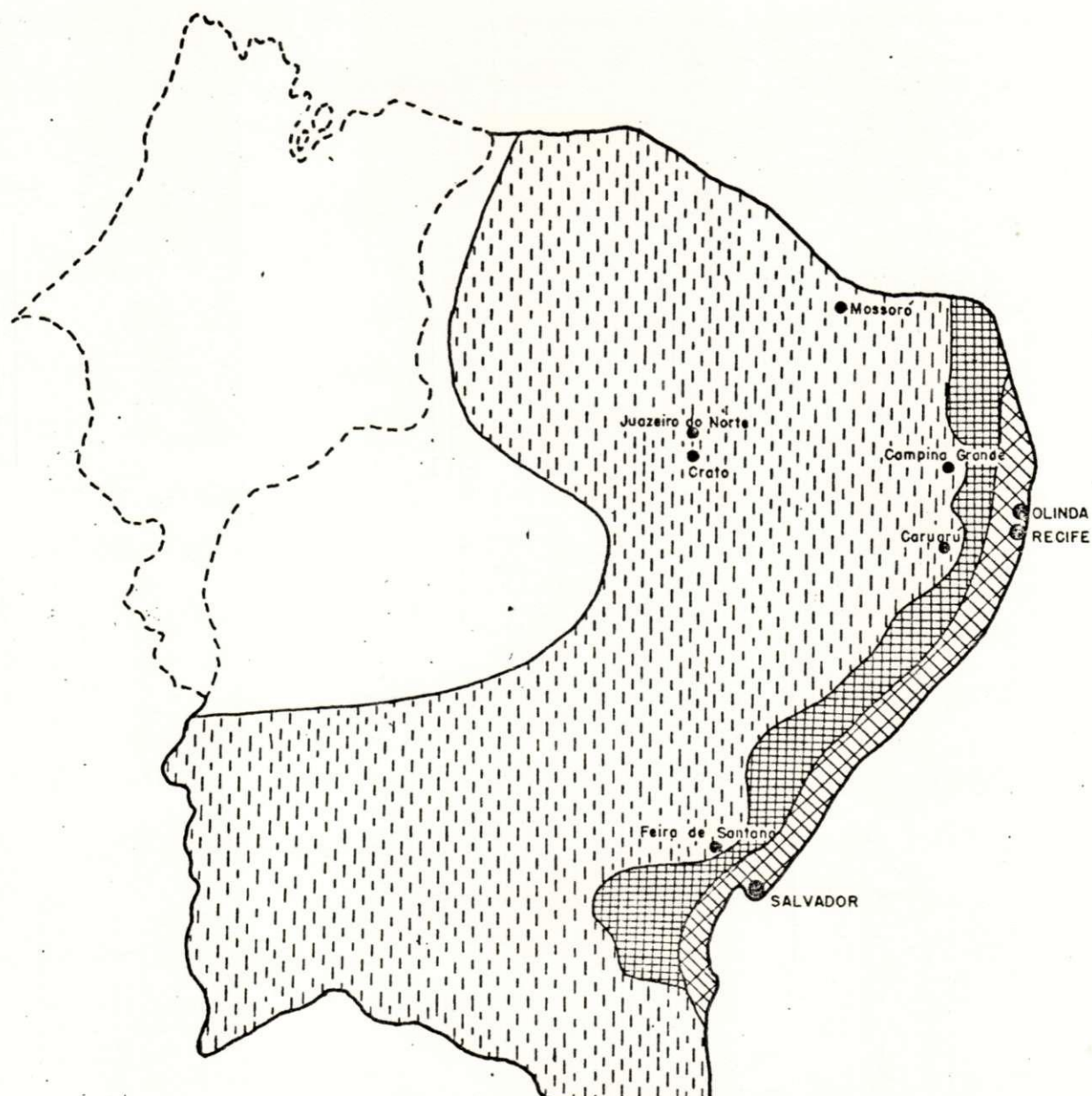


## CARTOGRAMA Nº 6



Brejo Paraibano, destacando-se o município de Areia, PB

CARTOGRAMA Nº 7

**NORDESTE**CROQUIS DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO,  
(ATÉ O SÉCULO XVIII).**LEGENDA**

ÁREA AGRÍCOLA TRADICIONAL



ÁREA INTERMEDIÁRIA



ÁREA DE PECUÁRIA



SEDES DE COMANDO



SEDES MERCANTIS



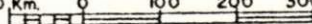
LIMITES, NA ÉPOCA SEM DEFINIÇÃO



ÁREA NA ÉPOCA SEM OCUPAÇÃO



100 Km. 0 100 200 300 Km.



desde os primeiros tempos, culturas de subsistência; dispunham ainda de água no leito dos rios durante a estação chuvosa, ou em cacimbas neles escavadas durante a estação seca"<sup>17</sup>.

O espaço brejeiro surgido através destas penetrações teve, desde cedo, seus interesses de sobrevivência e reprodução voltados para suas condições internas, promovendo uma diversificação gradativa no seu quadro produtivo, firmando-se paulatinamente, nos inícios do século XVIII, quando "a população agrestina já crescera bastante e a pecuária não era capaz de absorver a mão-de-obra aí existente, os índios refugiados nos brejos de altitude foram aldeados e as secas foram fazendo com que os habitantes da caatinga se abrigassem nos brejos úmidos ambientando os mesmos à coleta dos produtos florestais e à agricultura; foi aí que os brejos de altitude passaram a ser mais densamente povoados"<sup>18</sup>. Cartogramas 5-6-7.

## 1.2. A metamorfose dos currais em fazendas de criação

À medida que os criadores de gado avançavam pelo Agreste<sup>19</sup>, atingindo os brejos, foram surgindo os currais, pontos de concentração das boiadas, que vinham de longas caminhadas e "param e descansam as que às vezes vêm de mais longe ... aí os vendem os que os levam e aí descansam seis, sete e oito meses, até poder ir à cidade"<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem do Nordeste, p.146

<sup>18</sup> *Id.*, *ibid.*, p.149

<sup>19</sup> O avanço do gado pelo Agreste fecha o círculo ao redor dos índios que se refugiaram no Planalto da Borborema, na tentativa de organizarem a resistência contra os brancos invasores. O resultado desta resistência foi a chamada "Guerra dos Bárbaros", que durou 10 anos

<sup>20</sup> ANTONIL, *op. cit.*, p.200



Os currais, sempre localizados onde houvesse densa vegetação rasteira como as gramíneas, ou em pontos estratégicos - riachos, olhos d'água, lagoas, entroncamento de estradas - com "largueza de campo, e água sempre manente de rios"<sup>21</sup> foram se metamorfoseando em fazendas de criação sob o impulso da divisão social do trabalho, da doação de sesmarias<sup>22</sup>, do fracionamento familiar<sup>23</sup> e da força do trabalho indígena<sup>24</sup>.

A princípio, os currais eram "uma simples dependência dos engenhos, destinados a supri-los de gado necessário a todos, para os serviços de transporte em "carros com dobradas "equipações" de bois ou para o acionamento dos trapiches, engenhos cujas moendas precisavam de pelo menos sessenta animais, empregados revesadamente em grupos de mais ou menos doze de cada vez, O gado, então, prestava-se quase exclusivamente como fonte de energia, como animal de trabalho. Tornava-se um escravo tão disputado quanto o negro e cujas reservas deveriam ser tão abundantes quanto as dos produtores humanos"<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup>Id, *ibid*, p.199

<sup>22</sup>As sesmarias eram "regiões incultas e despovoadas, que os reis de Portugal, ou os governantes das Capitânicas, concediam a pessoas de merecimento e serviços, quer para nela tratarem de agricultura, quer para situarem os seus gados..." Os títulos eram doados aos "homens de merecimento e valor, beneficiados pela isenção de impostos, exceto o dízimo à ordem do Mestrado". In: SEIXAS, Wilson. *O Sesmarialismo na Paraíba*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, N° 13, p 30, Joao Pessoa, 1970

<sup>23</sup>A grande propriedade foi sendo fracionada desde o primeiro século da colonização, através da sucessão hereditária, quando as sesmarias foram desmembradas em numerosas fazendas e engenhos, conforme o número de herdeiros do proprietário

<sup>24</sup>O índio, espoliado de suas terras, supriu, em parte, a mão-de-obra usada na pecuária. Vale ler o capítulo: *A Divisão do Trabalho no Brasil*. In: *Regionalismo Nordestino*, *op. cit.*, p.70-95

<sup>25</sup>GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*, p.66-67

São estes currais, ainda não desvinculados do domínio fundiário açucareiro, que se vão espalhar pelas margens dos rios Paraíba, Mamanguape e outros da Capitania; eram redutos bem distantes - a léguas e mais léguas do litoral - que atingiram os brejos e se multiplicaram em fazendas, motivados por uma série de fatores.

Caio Prato Júnior aponta um desses fatores: "contribui ainda para a multiplicação das fazendas o sistema de pagar ao vaqueiro, que é quem dirige os estabelecimentos, com 1/4 das crias; o pagamento, que só se efetua decorridos cinco anos acumuladas as quotas de todos eles. O vaqueiro recebe, assim, de uma só vez, um grande número de cabeças, que bastam para ir-se estabelecer por conta própria. Fã-lo em terras que adquire, ou mais comumente, arrendando-as dos grandes senhores de sesmarias do Sertão"<sup>26</sup>.

A atividade criatória nas fazendas exigia, apenas, um "reduzido investimento, encontrando ampla disponibilidade de terras no interior do país - fora do locus de produção açucareira - e demandando parca mão de obra"<sup>27</sup> teve, por isso mesmo, uma expansão acelerada e chegou aos brejos úmidos de amplas pastagens, especialmente nas épocas em que os animais sofriam com as secas periódicas e os proprietários promoviam a migração dos seus rebanhos para aqueles locais de refrigério.

A esse respeito, descreve Manuel Correia de Andrade: "Nos pedidos de doação de terras preocupavam-se os futuros sesmeiros com que suas

---

<sup>26</sup> *Formação do Brasil Contemporâneo*, p.186

<sup>27</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Op. cit*, p.74

sesmarias se estendessem até as serras, nos brejos, pois as pessoas que ficassem a tratar do gado necessitavam de gêneros alimentícios para o próprio abastecimento. As serras teriam as suas matas, em parte, destruídas, para que pudessem ser cultivados o milho, o feijão, a fava, a mandioca, a macaxeira e até a cana-de-açúcar. Garantiam nos interflúvios ... a água na estação seca e algumas delas ... seriam usadas para o refrigério do gado durante o verão ..."<sup>28</sup>

O Brejo Areiense foi, como todo o Agreste Paraibano, sendo ocupado por fazendas de criação que, combinadas com as atividades de subsistência, foram o ponto determinante da ocupação da microrregião e serviram de arcabouço para uma economia "sui-generis", muito embora Francisco de Oliveira ponha em discussão o fato de a pecuária ter-se constituído em uma economia na verdadeira expressão da palavra, quando ressalta: "É incontestável, porém, o fato de essa economia pecuária nunca ter sido a maior expressão na economia colonial, nem para o próprio Nordeste, nem para o resto da Colônia"<sup>29</sup>.

A atividade criatória "se desenvolveu sob o caráter extensivo e, distanciada assim dos mercados, sua produtividade era baixa, sua acumulação se fazendo basicamente em espécie e em mais terras"<sup>30</sup>. Contudo, as fazendas de criação logo tomaram feições próprias, orientadas ora para os centros mineradores, ora para a exportação de couro.

A criação do gado ocupava gigantescas extensões de terra no interior nordestino, onde se reservaram as boas terras à cultura dos bens

---

<sup>28</sup>A *Pecuária no Agreste Pernambucano*, p. 56

<sup>29</sup>*Elegia para uma Re(li)gião*, p. 45

<sup>30</sup>SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Op. cit*, p. 74

de exportação. Neste sentido, Ladislaw Dowbor descreve: "Sob a influência da dinâmica de produção para a exportação, a criação do gado, se bem que destinada ao mercado interno, era por ela orientada. Do ponto de vista regional, esta atividade em grandes propriedades aparecia como exportadora e não contribuía para a formação de uma dinâmica autocentrada"<sup>31</sup>.

O historiador paraibano Irineo Joffily, em algumas crônicas de viagem, descreveu, nos fins do século passado, a relação desigual que se verificava na troca entre o açúcar e a pecuária: "Naqueles descampados sem fim, iriam encontrar as boiadas que se deslocavam a passo largo, arrastados pelos dolentes aboios de vaqueiros tangerinos. Às vezes, um gadinho mastigado, mirrado, procurando melhores pastos. Às vezes, grandalhões, ossudos, musculosos, de chifres enormes, que vinham de bons pastos do Piauí, viajando durante meses, até a grande feira de Campina Grande que, já na época, reunia quinhentas cabeças de gado, batendo chifres nos currais, até serem vendidas, para o corte na capital da Paraíba"<sup>32</sup>.

Pela descrição do autor, percebe-se que as fazendas de criação, enquanto unidades produtoras, articulavam-se com os centros litorâneos, ocorrendo, no entanto, uma precariedade no processo de acumulação de capital, porque a apropriação do valor gerado na atividade criatória era realizada em centros intermediários, denominados "Feiras de Gado".

---

<sup>31</sup> A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil, op. cit, p.53

<sup>32</sup> Notas sobre a Paraíba, p.13

Nestas feiras, o gado era adquirido por um preço aviltante, levando-se em conta as longas caminhadas que as boiadas faziam para chegar àqueles centros. Em seguida, o gado era enviado ao litoral — mercado que canalizava o fluxo do setor pecuário e onde o capital comercial realizava sua barganha vantajosa — concentração de muitos marchantes que ali detinham grandes lucros.

É importante registrar os detalhes que se desenrolam nas transações de compra e venda do gado, vistas por Irineo Joffily: "A feira de gado realizava-se nas quintas-feiras. As boiadas iam chegando e entrando nos currais, onde era pago o imposto e os vaqueiros aguardavam os compradores, chamados marchantes, os quais, sem desmontar de seus cavalos, fechavam seus negócios, para depois acertarem as contas de hospedaria. Os bois eram vendidos na base de cinco mil réis por arroba e os olheiros arrobadores eram quem analisavam o peso de cada animal, a olho, somando de cabeça o preço de toda a boiada"<sup>33</sup>.

Os currais, metamorfoseados em extensas fazendas de criação, evoluem para uma nova estrutura, historicamente capacitada a engendrar, no aprofundamento regional da divisão social do trabalho, uma produção mercantil relativamente compatível com o processo de acumulação primitiva<sup>34</sup> de capital no contexto do espaço ora estudado.

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p.13

<sup>34</sup> O processo que tornou possível a exploração dos trabalhadores, privando-os dos seus instrumentos e meios de produção, expulsando os camponeses das terras, arruinando os artífices, concentrando a riqueza nas mãos de uma minoria, Marx denomina de Acumulação Primitiva, que nada mais é "que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como "primitivo", porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde". O Capital, v.I, Tomo 2, p.262



As fazendas do brejo, como unidades produtoras em que se tornaram não exigiam, como já foi salientado, grandes investimentos - muitas possuíam certo número de cabeças de gado para a criação<sup>35</sup>, alguns cavalos para o trabalho cotidiano, instalações bastante simples e pessoal para as tarefas do curral e do eito, bem reduzido.

De maneira geral, as fazendas agrestinas e as do brejo, em particular, foram polos relevantes da área rural onde se consolidaram as relações de dependência<sup>36</sup>, num processo histórico notabilizado pela posição de comando do nascente fazendeiro que manipulará aquelas relações no decorrer de todo o período colonial.

Paulatinamente, a atividade criatória nas fazendas do brejo passa a ser a força propulsora de integração do mercado interno - devido aos vínculos com outras microrregiões ou centros urbanos em ascensão - e vai individualizar a propriedade latifundiária, cujo monopólio vai assegurar um modo de produzir com uma tal rigidez, que atravessará, incólume, um longo tempo de duração.

---

<sup>35</sup>CAIO PRADO JÚNIOR mostra que "o número de cabeças de uma fazenda é naturalmente variável; a importância dela não é, aliás, avaliada por aquele número que, em regra, não se conhece ou não se toma em consideração, mas pelo número de bezerras que amansa". Formação do Brasil Contemporâneo. Op. cit, p.188

<sup>36</sup>As relações de dependência entre os fazendeiros, detentores dos meios de produção, e os seus agregados, vendedores de força de trabalho, se não analisadas em capítulo posterior

### 1.3: A conjunção entre a pecuária e a agricultura

O espaço agro-pastoril brejeiro, pelas próprias condições ecológicas - umidade, pluviosidade e temperatura somadas ao solo fértil, à vegetação e à hidrografia - vai-se constituir numa área de possibilidades econômicas com atividades diversificadas, onde o valor do espaço será determinado em função das relações de trabalho que nele se engendram.

O fato que tornou possível o embasamento da pecuária como atividade de mercantil na região do brejo, foi a existência de algumas comunidades indígenas já mais ou menos sedentarizadas, com um processo de produção natural no qual se destacam algumas leguminosas e alguns cereais, como o milho e a farinha de mandioca.

A força de trabalho do indígena se apresenta, assim, como um pré-requisito indispensável ao processo de produção mercantil, que aí se instala com a garantia de sua própria auto-reprodução. A subordinação da força de trabalho indígena, em seu estado natural ao capital mercantil, que domina o processo de produção na pecuária é, com efeito, uma das peculiaridades consubstanciadas naquele aparelho produtivo. Acrescente-se a este fato, bastante ponderável, alguns colonos que ali chegam em busca de terras para trabalhar e pouquíssimos escravos de várias procedências.

A partir daí, o núcleo demográfico areense - onde as fazendas já constituíam unidades modulares de base - vai operar substanciais transformações tanto no tocante à produção bovina quanto à pequena produção agrícola desenvolvidas pela divisão social do trabalho que desencadeia a produção mercantil simples, cujo excedente alimenta a troca interna que cria o mercado local.



É bom salientar que a divisão do trabalho que ali se vai operando, produz uma série de atividades, não só ampliando a ocupação do espaço mas, também, diversificando-as, ao estabelecer relações de troca numa dinâmica de produção que a diferencia da zona litorânea.

Sobre esta divisão do trabalho, esclarece Manuel Correia de Andrade: "grupos humanos que se dedicavam à agricultura de mantimentos e à cultura de cana-de-açúcar, que era transformada por engenhocas em rapadura e aguardente, dando origem a sítios e até a pequenas vilas. Agregados dos fazendeiros da caatinga tornavam-se, muitas vezes, fôreiros, agricultores e rendeiros, que abasteciam o Agreste de gêneros alimentícios e, quando a cultura e o comércio do algodão abriram condições, passaram a fornecê-los também à Mata e ao Sertão"<sup>37</sup>.

A agricultura local, atraída pela demanda solicitada pelos centros litorâneos, destina-se, nesta condição, à reprodução das relações sociais existentes, nas quais o vaqueiro, o morador - que predomina sobre o arrendatário - e outros trabalhadores se reproduzem como força de trabalho, cultivando roçados e, em outro tempo, reproduzem a vida do proprietário, através do trabalho excedente.

No interior deste quadro de relações sociais de produção é que a meação, a terça, a quarta e o cambão se apresentam como formas de trabalho que caracterizam o sistema implantado em todo o brejo paraibano.

No século XVIII há no brejo de Areia certo dinamismo que notabiliza as atividades agropastoris. Por um lado (o criatório), "enquanto ar

---

<sup>37</sup> *A Terra e o Homem do Nordeste*, op. cit, p.149

ticulado à agricultura de exportação - portanto, desenvolvida com exigências comerciais para o mercado interno - enquanto subsistência para sua própria população, e nas conjunturas de crise da agroexportação, não gerando renda monetária ou diminuindo sua geração, o setor diminuirá a produtividade, daí resultando uma divisão de trabalho rudimentar em seu âmbito, e perda de dinamismo de crescimento, exceto o vegetativo da população animal"<sup>38</sup>.

Por outro lado, as atividades agrícolas vão aumentar em consequência da demanda de alimentos para o Sertão; os produtos do Brejo - milho, mandioca, cereais, legumes, frutas, cana-de-açúcar, rapadura - passaram a ter um mercado em expansão, contribuindo, até, para o surgimento de uma divisão local do trabalho entre os brejeiros agricultores e os brejeiros criadores.

Neste período, implanta-se, em maior escala, a cana-de-açúcar, quando centenas de engenhocas movidas a tração animal são destinadas a produzir a rapadura e o algodão, que "operou após os meados do século XVIII, uma verdadeira revolução"<sup>39</sup> no brejo.

Vale ressaltar que a exploração do algodão já preexistia no Nordeste, com a finalidade de produzir algodãozinho de forma artesanal para a população pobre da região.

O desdobramento do algodão em forma capitalista só aparece mais tarde, motivado por alguns fatores, como diz Manuel Correia de Andrade:

---

<sup>38</sup>SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, *op. cit.*, p.74-75

<sup>39</sup>ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.*, p.150

"o aumento da população e o conseqüente aumento do consumo de tecidos ordinários, como o chamado "algodãozinho"; a descoberta da máquina a vapor e o seu emprego na indústria têxtil na Inglaterra e a conseqüente revolução industrial; a abertura dos portos às nações amigas por D. João VI, em 1808; e os eventos políticos internacionais, como a Guerra de Secessão, eliminando do mercado internacional, por período relativamente longo, concorrentes que dispunham de técnicas mais aperfeiçoadas e de produto de melhor qualidade que o Nordeste brasileiro"<sup>40</sup>.

A atividade algodoeira, ao contrário do criatório, não era uma forma de desdobramento marginal da cana-de-açúcar, mas uma atividade econômica voltada para a exportação, com um mercado garantido em acelerada ascensão, decorrente da Revolução Industrial européia e, principalmente, da evolução da indústria inglesa, como foi frisado anteriormente

No Nordeste<sup>41</sup>, o algodão se espalha e se adapta ao brejo, não se verificando nenhuma incompatibilidade no binômio gato/algodão, uma vez que este último irá representar um novo produto de arroçamento, cujo restolho, em associação com a torta de semente de algodão, servirá para a alimentação do gado.

Por sua vez, os algodoads alastrados não prejudicavam a subsistência brejeira porque o feijão, o milho e outros produtos agrícolas eram plantados intercaladamente, como afirma Manuel Correia: "Longe da expansão da cotonicultura prejudicar a pecuária, por ocupar terras antes uti

---

<sup>40</sup> *A Terra e o Homem do Nordeste*, op. cit, p.150-151

<sup>41</sup> "O Nordeste semi-árido é ecologicamente propício à produção do algodão de fibra longa, conhecido ali como algodão-mocó ou seridó, sendo esta última denominação o próprio nome de batismo de uma vasta zona que se estende desde o Rio Grande do Norte até a zona central do Estado da Paraíba" *Elegia para uma Re(li)gião*. Op. cit, p.47



lizadas com pastagens, somente lhe trouxe benefícios, porque o algodoeiro proporcionava, direta ou indiretamente, alimentação suplementar para o gado", como também, "A Terra preparada para a lavoura comercial podia ser utilizada simultaneamente pelas culturas alimentares"<sup>42</sup>.

Francisco de Oliveira diz que "O Nordeste agrário não açucareiro converte-se num vasto algodão"<sup>43</sup>; na realidade, a cultura alastrou-se e grandes plantações foram levadas a cabo no brejo da Paraíba, "a ponto de haver, na primeira metade do século XIX, só na vila de Areia, quatro bolandeiras, além das localizadas em outros povoados e sítios"<sup>44</sup>.

O algodão no brejo abriu novas perspectivas e ampliou as oportunidades de trabalho e de renda; muitos proprietários passaram a adotar uma economia baseada na cotonicultura e pecuária, criando, conseqüentemente, uma clientela de agricultores sem terras, como os "meeiros" e "terceiros", que cultivavam porções das propriedades dos fazendeiros e destes dependiam para a manutenção da própria família.

No brejo de Areia, produzir algodão era produzir uma mercadoria cuja equivalência de troca correspondia, no contexto microrregional, aos interesses da classe dominante local e aos interesses do capitalismo industrial em ascensão.

---

<sup>42</sup> O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste, p. 49

<sup>43</sup> *Op. cit.*, p. 47

<sup>44</sup> A Terra e o Homem do Nordeste, *op. cit.*, p. 154

Diante da euforia algodoeira, o município areiense procurou utilizar ao máximo os produtos de que dispunha, ora produzindo alimentos para subsistência, ora tecendo algodão ou ainda empregando o couro<sup>45</sup> nos mais variados misteres, muito embora o preço deste último, em comparação com os produtos exportáveis, tenha sido sempre muito baixo.

Neste sentido, Ireneo Joffily afirma: "O algodão era vendido nos armazéns dos representantes de firmas inglesas, em fardos de quinze quilos, variando o preço de cinco mil réis o fardo. Na feira de couro, as peles de pelo, que eram empilhadas embaixo das latadas. A Província não tinha curtumes e todo o couro ia para o Recife ..."<sup>46</sup>

A Paraíba perdia, assim, para o Recife, a esfera da circulação e comercialização do couro, por não deter o beneficiamento mas contribuindo, desta maneira, para a queda do produto, não só do brejo como de todo o Agreste.

Esta queda da produção do couro paraibano coincide com a concorrência das Províncias do Sul, em relação à carne seca, que antes ajudava no abastecimento alimentar da população de baixa renda, fato denunciado também por Joffily: "A indústria pecuária precisa igualmente de uma

---

<sup>45</sup> "De couro era a porta das cabanas, rude leito aplicado ao chão, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocô ou alforge para levar comida, a mala para guardar a roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as brocas e os serrões, a roupa de montar no mato, os banguês para curtumes ou apanhar sol; para os açudes, o material de aterro era levado em couros por juntas de bois que calçam a terra com o seu peso; em couro, pisava-se o tabaco para o nã riz". ABREU, Capistrano. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil, p. 57

<sup>46</sup> Notas sobre a Paraíba, op. cit, p. 29

fazenda modelo, de um estabelecimento que possa oferecer-lhe os meios de melhorar a raça de seus gados ... Esse assunto deve merecer a atenção do governador-geral e dos capitalistas desta praça. Para que importar-se gado de Buenos Aires, do estrangeiro, quando o possuímos em abundância?"<sup>47</sup>

O processamento desta carne seca surgiu, no brejo, como uma atividade para minorar o problema de transporte e para reproduzir a perda das proteínas, como ocorria com o transporte do gado em pé.<sup>48</sup>

#### 1.4. Continuidades e descontinuidades no espaço agrário brejeiro

Tendo sido ocupado deste os primórdios pelo criatório bovino, o brejo de Areia<sup>49</sup>, por uma série de fatores que se agravaram com o tempo, não continuou pastoril.

Os recursos primitivos dos povoadores foram escasseando, na medida em que o número de cabeças de gado crescia e o próprio povoamento aumentava sem nenhuma seleção de rebanhos, a raça degenerava porque os reprodutores eram escolhidos entre os animais velhos e já inúteis ao trabalho.

As pastagens devastadas e a falta de ensilagem para os períodos de seca provocavam migrações constantes, trazendo mortes e mais mortes

---

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 261-17

<sup>48</sup> Explicação mais detalhada pode ser encontrada em *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 191

<sup>49</sup> "O sítio, onde mais tarde surgiu a cidade de Areia, tinha apenas um curral à margem da estrada para recolhimento do gado que vinha do sertão com destino aos mercados do litoral. Ao redor deste curral, começou a crescer o povoado". ALMEIDA, *Horário*, op. cit., p. 5

entre as reses. Numerosos proprietários perderam seus rebanhos, vítimas por doenças não tratadas ou por falta de instalações próprias. Diante dos constantes prejuízos, a criação bovina brejeira, pela baixa rentabilidade, sofreu um grande recuo.

Após este recuo pecuarista, o espaço em foco passa a ser caracterizado por uma sucessão de "ciclos"<sup>50</sup> ou de produtos econômicos que ascendiam ou decaíam de acordo com a procura do mercado externo.

O algodão, por exemplo, em sua fase de prosperidade atingiu todo o brejo e transformou a vila em cidade<sup>51</sup>, que passou a ser a sede dos comerciantes daquele produto, que ali faziam as mais diversas transações comerciais e de onde procuravam exportar seus fardos para a cidade de Recife.

O crescimento urbano que se opera nesta microrregião agropastoril na segunda metade do século XIX, é fator que se reveste de significado histórico porque reflete, objetivamente, algumas mudanças ocorridas no conteúdo das relações de produção agrárias.

Estas mudanças nas relações de produção foram movidas pelos interesses dos proprietários fundiários, em direção do capital internacional, que buscava novas mercadorias para a sua reprodução no circuito da troca mercantil.

---

<sup>50</sup> *Francisco de Oliveira explica: "A expansão do sistema capitalista de produção ocorre mediante ciclos sucessivos, determinados pela mudança na composição orgânica do capital. Tais ciclos, ou o ciclo capitalista, de forma genérica, são a forma que tomam as mudanças na composição orgânica do capital; elas correspondem, por sua vez, ao movimento de concentração e centralização do capital". Elegia para uma Religião, op. cit, p.75*

<sup>51</sup> *"Amadurecida cedo para seu destino, a vila se eleva a cidade em 1858, pela Lei nº 2 de 18 de maio. É a primeira, na ordem cronológica, em toda a Província, não contada a capital, que já nasceu com essa categoria". ALMEIDA, Horácio, op. cit, p.35*

Neste sentido, afirma Francisco de Oliveira que "A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitianteiros, meeiros, posseiros"<sup>52</sup>.

A cultura algodoeira cedeu lugar à canavieira, que encontrou no brejo condições favoráveis ao seu desenvolvimento<sup>53</sup>: neste período todo o Nordeste passa por uma fase de recuperação açucareira, sob o impulso e retomada do mercado externo<sup>54</sup>, graças à elevação dos preços para o produtor, quando se dá o "desaparecimento do intermediário português, do monopólio, fazendo com que o açúcar fosse diretamente do Nordeste para os mercados consumidores"<sup>55</sup>.

O produto brejeiro era, então, destinado às engenhocas produtoras de rapadura e cachaça, ao lado de fruteiras, mandioca e outros produtos de menor expressão.

---

<sup>52</sup> *Elegia para uma Re(li)gião*, op. cit, p.47

<sup>53</sup> Este desenvolvimento ocorreu após a grande crise que a cana-de-açúcar atravessou desde os meados do século XVII, face à concorrência do açúcar antilhano

<sup>54</sup> Na segunda metade do século XIX foram introduzidas práticas modernas - máquinas a vapor, a cana caiana trazida da Guiana Francesa, a colocação dos cilindros das moendas em posição horizontal, o arado a tração animal, a substituição da lenha pelo bagaço de cana, caixas de acondicionamento do açúcar foram substituídas por sacos - que procuravam aumentar a produtividade e a qualidade do produto canavieiro

<sup>55</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Estado, Capital e Industrialização do Nordeste, p. 25



O certo é que a cana-de-açúcar no brejo proliferou tanto nas várzeas como nas encostas<sup>56</sup> - plantada por médios e pequenos proprietários que dispunham da mão-de-obra predominante dos moradores - e, desfrutando de crescente prestígio, contribuiu para o surgimento de mais e mais engenhos, que cresceram em número e em capacidade de produção<sup>57</sup>.

Contudo, esta recuperação da cana foi passageira. Atingidos drasticamente pela redução dos mercados externos<sup>58</sup> que encontraram no açúcar de beterraba uma produção mais vantajosa para a valorização do capital, os canaviais do brejo, além de dizimados por pragas e moléstias<sup>59</sup>, perderam seu mercado devido, também, à produção de rapadura no Sertão.

<sup>56</sup> O brejo de Areia é uma região privilegiada e bastante acidentada do Agreste da Borborema. Possui encostas íngremes, muitas várzeas ou vales profundos com elevadas amplitudes altimétricas, como diz Horácio de Almeida: "Numa crista altaneira, a 622 metros de altitude, situa-se Areia, município pequeno com apenas 630 quilômetros quadrados, goza de estações mais ou menos normais em virtude das condições fisiográficas da zona". Brejo de Areia, op. cit, p.31

<sup>57</sup> Horácio de Almeida diz que os engenhos rapadureiros bem montados "fabricavam de três a quatro cargas por dia, de duzentas unidades a carga, começando o trabalho às dias da madrugada e terminando às oito da noite. Alguns produziam também cachaça com as borras do melaço". Brejo de Areia, op. cit, p.102

<sup>58</sup> Esta nova crise do açúcar resultou de um quase fechamento do mercado externo ao produto brasileiro de maneira geral, que não tinha, face à qualidade do produto e ao custo da produção, nenhuma condição de competitividade com o açúcar europeu, ou o de Cuba ou Indonésia. Estes países, com a produção em escala ascendente, podiam ofertar a cana por preços inferiores aos do Brasil.

<sup>59</sup> Quanto a estas pragas e moléstias, o autor de Brejo de Areia relata que a única cana cultivada em Areia era a caiana, mas a moléstia da Gomose dizimou os canaviais e os engenhos caíram em fogo morto. Sucessivamente, as safras foram atacadas e, quando ocorria a moagem, não havia rapadura que prestasse. Ver op. cit, p.103

A cana-de-açúcar no brejo é logo substituída pelo café, cuja expansão conclui o desmatamento, restringindo a área de cultura de outros produtos agrícolas e enriquecendo os proprietários que possuíam as maiores extensões de terra.

Nesta nova redivisão do trabalho, há o deslocamento dos interesses do capital internacional até então situado no Nordeste: é que no Sudeste, a "região" cafeeira<sup>60</sup> está-se configurando, apresentando uma atração maior para o capital comercial e financeiro que passa a investir nela, impulsionando suas forças produtivas e retirando dela lucros fabulosos.

Isto não significa dizer que os interesses do capital internacional se tenham afastado do Nordeste. Eles continuaram bem presentes e lideraram o processo de "modernização" do espaço, implantando ferrovias, aparelhando usinas etc.

Neste contexto, a cultura cafeeira traz prosperidade ao brejo e os seus resultados encorajadores fizeram com que muitos fazendeiros/agricultores adquirissem máquinas de despolpar o caroço para vencer as safras contínuas e ao mercado-consumidor, contribuindo para que Areia passasse a "competir com Bananeiras, o maior centro de produção de café da Paraíba"<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> A "região" do café passa a ser a "região" da indústria: São Paulo é o seu centro, o Rio de Janeiro seu subcentro, Minas Gerais e o Paraná seus limites e a expansão da fronteira dessa "região" começa a capturar os espaços vazios ...

A conversão da "região" do café em região da indústria começa a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional

<sup>61</sup> ALMEIDA, Horário, op. cit, p. 109

Contudo, na época em que os maiores cafezais começaram a produzir em abundância, a praga "Ceroocus parahibensis" arrasou toda a cultura em menos de cinco anos, "deitando por terra, mais uma vez, a economia do município"<sup>62</sup>. Numerosos proprietários ficaram arruinados e tiveram de vender suas terras por falta de condições financeiras para mantê-las

Hã, conseqüentemente, no município de Areia, um período de "estagnação" e a população rural, neste ínterim, passa a cultivar o fumo em estufa e a amoreira para a criação do bicho-da-seda, até o momento em que a lavoura canavieira fosse reativada pela agroindústria açucareira, face às melhorias nos processos produtivos da cana e fabricação de melhor açúcar.

O processo de desenvolvimento da industrialização da cana, com fins à produção do açúcar e outros produtos secundários, sofreu uma série de lentas transformações a partir da segunda metade do século XIX quando as fábricas de açúcar movidas a água e tração animal, foram substituídas por fábricas movidas a vapor<sup>63</sup>, o que demandava um maior consumo de energia.

A partir daí, vai haver maior interesse de se desenvolver experiências visando à instalação de usinas que produzissem o açúcar branco

---

<sup>62</sup> *Id, ibid, op. cit. p.109*

<sup>63</sup> *As fábricas movidas a vapor constituíam os engenhos centrais orientados pelo Governo que induziu a separação entre agricultura e indústria. "A idéia do engenho central partia do princípio de que a empresa deveria ser proprietária da indústria e adquirir a cana dos engenhos vizinhos que encerravam as suas atividades industriais, paralisando os seus banguês e tomando-se fornecedores. Os engenhos centrais não tinham o direito de possuir terras nem de utilizar mão-de-obra escrava". Estado, Capital e Industrialização no Nordeste, op. cit, p.26*

em substituição ao mascavo e ao someno, produzidos até então. Como o mercado se tornara mais exigente, a produção açucareira necessitava atender às exigências do consumidor.

Para concorrer no mercado internacional, o Nordeste inicia o seu processo usineiro, quando muitos proprietários de bangüês transformaram suas velhas fábricas em modernas usinas, que passaram a moer as canas de vários engenhos a eles pertencentes ou que se tornavam seus fornecedores. Muitas destas usinas eram sociedades que recebiam o apoio do Governo Imperial (até 1889) e depois, do Federal, como também de governos estaduais.

Os governos estaduais passaram a dar total apoio aos nascentes usineiros, financiando não só a implantação das usinas, mas as ferrovias<sup>64</sup> que ligavam as grandes propriedades, a fim de que atendessem à demanda de cana das mesmas. Desta maneira, a ação do Estado voltou-se para os interesses dos grandes proprietários que tinham influência política para angariar favores de acordo com os seus interesses.

As usinas se espalharam pelo Nordeste, chegaram ao Agreste e atingiram o brejo de Areia no século XX, mais precisamente na década de trinta, quando ali se instala a Usina Santa Maria, que passa a disputar

---

<sup>64</sup> Durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), ocorre uma grande disputa em torno do plano de ferrovia de penetração na Paraíba. Um grupo defendia o prolongamento ferroviário através de Campina Grande; outro, rejeitava o primeiro, defendendo uma ferrovia que partisse de Alagoa Grande, passando por Areia e toca a zona do brejo. O defensor deste último plano, José Américo de Almeida, dizia que o brejo era "um oásis de fartura que a Providência reservou para as crises que nos salteiam". *A Paraíba e seus Problemas*, p.357. Daí, se o Brejo fosse servido de ferrovias, abasteceria a zona da seca, evitaria o êxodo rural da população, segundo o próprio José Américo

no cenário açucareiro a produção da cana com os engenhos rapadureiros, o que vai gerar uma grande concentração fundiária<sup>65</sup>.

A coexistência engenho/usina, a princípio marcando dois tipos de relações de produção, traz retração ao primeiro, porque quase toda a produção dos pequenos engenhos se volta para a usina que fabricava o açúcar. Pouco a pouco, a Usina Santa Maria consegue expandir seus domínios com a compra de mais terras e ascende para a condição de Sociedade Anônima.

Como Sociedade Anônima na década de setenta, a usina<sup>66</sup> é reequipada para aumentar sua produção, agora com áreas de plantações próprias além de receptor matéria-prima de mais de 300 proprietários de engenho da região.

A Usina Santa Maria procurou, daí em diante, melhorar as condições técnicas da agricultura, introduzindo novas variedades de cana e de combate às moléstias que a atingiam. Procurou, ainda, socializar, com a participação do governo, os custos dos melhoramentos introduzidos enquanto se privatizam os lucros auferidos.

---

<sup>65</sup> Ao analisar os aspectos contraditórios da propriedade fundiária para a reprodução do capital no Brasil, Maria Nazareth Wanderley diz: "Ela é, historicamente, no Brasil, uma condição para esta reprodução. Em primeiro lugar, na medida em que o monopólio da terra cria as condições para que se constitua um contingente de trabalhadores dependentes, para a subsistência, da venda de sua força de trabalho; em segundo lugar, na medida em que ela é condição, igualmente, para a realização do lucro agrícola, nos termos acima propostos e, ..." Reflexões sobre a Agricultura Brasileira, p. 36

<sup>66</sup> A usina adquiriu alguns engenhos, aumentando seu crescimento externo e extinguindo as áreas de cultura de subsistência dos seus moradores. Provocou "um processo de extinção dos sistemas de uso da terra sob a forma de campesinato, ou semicampesinato e a proletarianização do trabalhador rural". Estado, Capital e Industrialização do Nordeste, op. cit, p. 28



O resultado desta política foi a queda da produção rapadureira e o "Brejo se torna a segunda região produtora de cana-de-açúcar do Estado, depois do Litoral Paraibano"<sup>67</sup> - Tabela 1.

Ao lado do espaço agrícola açucareiro - a cana já coexistira ali com agriculturas alimentares, com o algodão, com o café - surge no Brejo de Areia uma cultura nova, a agave, favorecida pelo mercado externo e pela oferta de mão-de-obra barato e abundante.

Sabe-se que o modo de produção capitalista é marcado por crises cíclicas que o afetam em seu todo. A superação destas crises é sempre orientada de fora para dentro e, por isso mesmo, pode ocorrer a transferência do centro de gravidade econômica de uma para outra região ou mesmo dentro de uma mesma região ou, ainda, de um ramo econômico para outro. "Em resumo, uma região de um país subdesenvolvido pode se transfigurar, tendo nas causas exôgenas as suas determinações de fundo"<sup>68</sup>.

Como o mercado externo era, naquele momento, pois, favorável à cultura agavieira<sup>69</sup>, o produto se espalha pelo município, atingindo as várzeas de grandes propriedades, cujos donos acumulavam muito dinheiro.

Horácio de Almeida diz que a agave recuperou a economia do brejo de Areia quando ali se aperfeiçoaram máquinas rudimentares de extração e se implantaram cordoarias que abriram o mercado para a Europa.

<sup>67</sup> SÁ, Maria Braga de. Os Engenhos Rapadureiros e a Expansão da Agroindústria açucareira no município de Areia, p.73

<sup>68</sup> SILVA, Waldomiro Cavalcanti da & SÁ, Maria Braga de. As Bases Econômicas da Circulação Mercantil da Cidade de Campina Grande, p.22

<sup>69</sup> *Entre as décadas de quarenta e cinquenta, a cultura agavieira ocupou muitos espaços destinados às culturas de subsistência no brejo de Areia, acarretando sérios prejuízos para a população rural considerada mais pobre*

TABELA 1

Quantidade, área e valor da produção de cana-de-açúcar,  
segundo as microrregiões do Estado da Paraíba - 1970 - 1980

MICRORREGIÕES	1 9 7 0						1 9 8 0					
	Quantidades		Área		Valor da Produção		Quantidades		Área		Valor da Produção	
	T	%	ha	%	Hum mil Cruzeiros		T	%	ha	%	Hum mil Cruzeiros	
Catolê do Rocha	8.403	0,58	293	0,73	291	0,68	4.316	0,14	167	0,20	5.617	0,17
Seridô Paraibano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curimataú	14	0,00	01	0,00	0	0,00	-	-	-	-	-	-
92 Piemonte da Borborema	167.166	11,66	5.238	13,09	4.806	11,30	202.151	6,56	7.302	8,55	218.660	6,77
93 Litoral Paraibano	713.892	50,18	13.561	33,90	217.430	51,14	1.776.781	57,75	44.069	51,57	1.851.148	57,35
Sertão de Cajazeiras	24.996	1,74	846	2,11	773	1,83	10.931	0,36	340	0,40	26.275	0,81
Depressão do Alto Pi ranhas	18.933	1,32	1.159	2,90	614	1,44	11.411	0,37	616	0,72	17.860	0,55
Cariris Velhos	1.369	0,09	102	0,25	29	0,07	649	0,02	21	0,03	558	0,02
Agreste da Borborema	3.425	0,24	207	0,52	114	0,26	4.558	0,15	275	0,32	3.943	0,12
98 Brejo Paraibano	266.697	18,60	1.261	30,40	7.467	17,56	442.947	14,39	17.398	20,36	405.874	12,57
99 Alto Agreste do Baixo Paraíba	217.669	15,19	6.144	15,36	6.511	15,32	620.556	20,17	15.159	17,74	694.946	21,54
Serra de Teixeira	5.681	0,40	295	0,74	172	0,40	2.633	0,08	102	0,19	3.151	0,10
TOTAL	1.433.245	100,00	40.007	100,00	42.530	100,00	3.076.943	100,00	85.449	100,00	3.228.032	100,00

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários do Estado da Paraíba, 1970-1980

Apud: SÃ, Maria Braga de. Os Engenhos Rapadureiros e a Expansão da Agroindústria Acucareira no Município de Areia, Microrregião do Brejo Paraibano, p.73

As terras, com esta nova cultura, adquiriram grande valor e o Banco do Brasil montou, na cidade, uma Agência, logo classificada como uma das melhores, para as transações comerciais do interior paraibano. "Abriram-se estradas particulares para que o automóvel chegasse a todos os estabelecimentos agrícolas, onde antes era difícil o acesso a cavalo ... velhas casas de morada foram reformadas ... com luz elétrica, água encanada, geladeira, rádio, telefone ..." <sup>70</sup>.

O brejo de Areia passou a conviver com duas economias distintas, como afirma Nilo Bernardes "... a economia aí está baseada em dois produtos que constituem a mais estranha acomodação agrícola no Brasil; lá do lado, convivem duas culturas que representam, de per si, o mais antigo e mais recente dos ciclos rurais nordestinos e também brasileiros - a cana-de-açúcar e a agave" <sup>71</sup>.

Entretanto, pouco durou o reinado da agave - menos de oito anos - a concorrência do fio sintético, o Polipropileno, juntamente com o fio do sisal africano, mais barato, contribuíram para a queda da produção brejeira que entrou em retração em todo o Estado.

A proporção em que um produto perdia mercado e era substituído por outro, evidencia-se uma grande instabilidade no município areiense, salvo somente na década de sessenta, quando o espaço, numa nova divisão social do trabalho, var ser modelado pelo sistema gado/policultura que estabelece certo equilíbrio, como afirma Mário Lacerda de Melo "... O sistema gado-policultura representava um tipo de organização agrária e de estrutura econômica. Baseado na parceria, esse sistema exprime uma

---

<sup>70</sup> Brejo de Areia, op. cit. p.110

<sup>71</sup> Observações sobre a Paisagem Agrária do Município de Areia, p.73

forma de equilíbrio entre a pecuária e a lavoura. Equilíbrio que, por um lado, implicando em aproveitamento diversificado do solo e na existência de espaço em pousio, e de espaços abertos de vegetação natural, possuía uma dimensão sócio-ecológica e, por outro lado, propiciando a coexistência do agricultor e do criador, também possuía uma dimensão sócio-econômica"<sup>72</sup>.

O equilíbrio visualizado pelo autor vai, no entanto, ser quebrado com o processo de pecuarização que, a partir dos anos setenta, estende as áreas de pastagens, devido à demanda da carne bovina a preços mais compensadores e à crise dos produtos agrícolas comerciais, tais como o algodão, o café, o fumo, a agave.

A partir daquela década (1970), médios e grandes proprietários de sativaram seus engenhos rapadureiros e, levados pelo "espírito empresarial", ampliaram, com alguns recursos, a atividade criatória para atender à demanda do mercado carnívoro e leiteiro.

Desta maneira, a pecuária, antes uma opção daqueles que não dispunham, muitas vezes, de capital para investir em engenhos, passa a ser incrementada por antigos proprietários, que superaram muitos obstáculos financeiros e as adversidades do meio - a lama, os terrenos íngremes, o frio, a umidade - e se dedicaram ao criatório, logo incentivado pelo Estado, através de programas especiais.

---

<sup>72</sup> Metropolização e Subdesenvolvimento. O Caso Recife, p.164

## 2. A REDINAMIZAÇÃO DA PECUÁRIA BREJEIRA



## 2. A REDINAMIZAÇÃO DA PECUÁRIA BREJEIRA

### 2.1. A retomada de uma atividade duvidosa

No primeiro capítulo foi esboçado, até cerca dos anos setenta, um quadro da ocupação do espaço brejeiro, a partir da divisão social do trabalho; situou-se, neste quadro, o processo de expansão da pecuária bovina.

E de importância fundamental reforçar que a evolução do município de Areia, com suas relações de propriedade, remonta aos inícios do século XVIII, quando se consolidou a expropriação total dos Bruxaxás<sup>73</sup>; a área foi ocupada com a pecuária bovina, elemento de penetração que terá na fazenda<sup>74</sup> sua forma concreta de posterior fixação, e a agricultura de subsistência, determinantes econômicos da microrregião.

Ao longo de seu processo histórico, como se viu anteriormente, diversas atividades econômicas se sucederam, assentadas, quase sempre, num constante consórcio, que criou e recriou um incipiente mercado interno.

---

<sup>73</sup>"As terras de Areia eram habitadas pelos índios Bruxaxás, da grande nação Cariri. Os poucos que por lá existiam, seja pela índole pacífica, seja pelo temor dos potiguares, seus tradicionais inimigos, pouco trabalho deram em ser assimilados ao convívio dos brancos". Brejo de Areia, op. cit., p.6

<sup>74</sup>A fazenda foi "o verdadeiro núcleo da ocupação humana e do povoamento, mais importantes que as sedes de vila, mais influente que os governos, mais poderosa que os governadores ou capitães-gerais. Foi núcleo demográfico ... foi centro político ... de líderes políticos ... foi comunidade cultural ... a fazenda foi tomando características próprias, antes de tudo peculiares à função econômica, sem prejuízo do sentido social que o fundamentava". DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Populações Rurais Brasileiras. In: Vida Rural e Mudança Social, p.121-122

No decorrer do século XIX, a pecuária, impulsionadora da ocupação espacial do brejo, é deixada de lado, cedendo lugar à agricultura, como afirma a professora Maria Braga de Sã: "Após inúmeras tentativas de utilização das terras do Brejo, foi a lavoura canavieira a que, realmente, dominou, permanecendo com alguma importância, mesmo nos períodos de crises, moldando a sua paisagem agrária"<sup>75</sup> - Tabela 2.

O Brejo de Areia, como "celeiro do sertão"<sup>76</sup>, passa a ser caracterizado, por tradição, como espaço essencialmente agrícola, onde a cana-de-açúcar passa a ocupar lugar privilegiado, coexistindo com agriculturas alimentares, com o algodão, o café, o sisal etc. Esta posição do Município justificará, inclusive, a instalação de uma escola - Escola de Agronomia do Nordeste - criada por Decreto Estadual nº 473, de 12 de abril de 1934, iniciando seus cursos em 1937<sup>77</sup>.

O Brejo passa, então, a se voltar inteiramente para a agricultura de mercado, polarizando a cana-de-açúcar para a agroindústria ali instalada. Denota-se, a partir daí, uma contradição interessante, que tem, de um lado, a produção rapadureira e, de outro, a produção de açúcar.

---

<sup>75</sup>Op. cit, p.69

<sup>76</sup>Comentando sobre as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos agricultores brejeiros em relação aos métodos modernos usados para o aproveitamento das lavouras, Horácio de Almeida diz que, mesmo enfrentando a rotina ou o esgotamento do solo e recursos, "o brejo continuava sendo o celeiro do Sertão". Op. cit, p.103

<sup>77</sup>Esta Escola é, atualmente, o Centro de Ciências Agrárias, que conta com dois cursos de nível superior - Agronomia e Zootecnia - e três cursos de pós-graduação - Manejo e Conservação de Solos; Produção Vegetal e Produção Animal

TABELA 2

Quantidade, área e valor da produção de cana-de-açúcar,  
segundo os Municípios do Brejo Paraibano. 1970-1990

MUNICÍPIOS	1970						1990					
	Valor da Produção		Área		Valor da Produção		Quantidade		Área		Valor da Produção	
	T	%	ha	%	Hum mil cru zeiros	%	T	%	ha	%	Hum mil cru zeiros	%
Alagoa Nova	36.678	14,50	1.409	11,59	828	11,09	32.261	7,63	1.521	8,74	37.701	7,81
Arara	-	-	-	-	-	-	54	0,01	3	0,02	73	0,02
Areia	118.193	44,32	4.726	38,86	3.558	47,65	181.846	43,00	6.584	37,85	158.631	39,08
Bananeiras	13.075	4,90	704	5,80	285	3,81	12.353	2,92	489	2,81	12.351	3,04
Borborema	14.210	5,33	600	4,93	313	4,19	13.474	3,19	634	3,64	12.524	3,09
Pilões	52.069	19,52	2.854	23,47	1.557	20,85	107.371	25,39	4.364	25,09	110.485	27,22
Pirpirituba	422	0,16	44	0,35	13	0,17	20.802	4,92	782	4,49	23.652	5,83
São Sebastião de Lagoa de Roca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serraria	30.050	11,27	1.824	15,00	914	12,24	54.744	12,94	3.019	17,35	13,91	13,91
TOTAL	266.697	100,00	121.161	100,00	7.467	100,00	422.905	100,00	17.396	100,00	405.870	100,00

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários do Estado da Paraíba, 1970-1980



E neste cenário contraditório<sup>78</sup> que se travará um amplo debate sobre a volta da pecuária bovina - não como atividade acessória, mas como atividade lucrativa, comercial - para abastecer, respectivamente, de carne e leite, um mercado em expansão, protegido por medidas governamentais.

O debate se desenrolará no momento em que o Estado se dispõe a ser impulsionador de créditos e subsídios, mediando os interesses dos produtores rurais, determinando preços de carne e leite, controlando a distribuição ou incentivando a produtividade agrícola<sup>79</sup>.

Nos meados da década de cinquenta, quando surgem as primeiras discussões sobre a reincorporação da pecuária bovina ao setor produtivo arejense, o quadro geral do município apontava para o esgotamento natural do solo, onde se fazia a exploração agrícola sem nenhuma mecanização; para os baixos preços dos produtos aviltados no mercado, além da redução das propriedades que se dividiam por herança.

Em face deste quadro desanimador, o município apresentava alternativas bem limitadas: ou plantava a cana-de-açúcar para fabricar a rapadura - esta concorria com a rapadura setaneja - ou para entregá-la à Usina Santa Maria, em processo de expansão.

O debate sobre a retomada da pecuária brejeira iniciar-se-á junto a uma nova conjuntura nacional, que parecia propiciar maior participação sô

<sup>78</sup>Esta contradição entre a expansão da produção açucareira voltada para o mercado externo e a expansão da produção rapadureira voltada para o mercado interno, é a mesma que ocorre a nível nacional, como diz Bernardo Sorj: "a contradição entre a expansão da produção agrícola para a exportação e a produção para o mercado interno reflete os limites dos níveis de acumulação na formação social brasileira". Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, p. 30

<sup>79</sup>"O novo padrão de produção agrícola orienta-se fundamentalmente para a integração vertical e para o incremento da produção através do aumento de produtividade, embora sem chegar a substituir totalmente o antigo padrão de expansão agrícola". Id, *ibid*, p.69

cio-econômica por parte de várias camadas da sociedade. A imagem era a de que se estava criando uma sociedade ativa - apogeu da política populista<sup>80</sup> "que unia setores do Estado e das classes economicamente dominantes com parte da massa urbana ... para incluir nos objetivos da política populista, a solução do problema agrário e a questão de despertar politicamente as adormecidas forças rurais ... para dar novos rumos ao "modelo brasileiro" de desenvolvimento"<sup>81</sup>.

O "modelo brasileiro de desenvolvimento teve características marcantes no governo de Juscelino Kubitschek, nas suas raízes acompanharam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil<sup>82</sup>, estreitamente ligado ao desenvolvimento industrial, que se assentava tanto em investimentos estatais nos setores de base - petróleo, siderurgia, energia elétrica, transportes, comunicações - como na substituição de importações de bens de consumo popular.

O país inteiro passava por alterações que denunciavam a "nova conjuntura" - ampliação do mercado interno e sua vinculação ao surto industrial; alastramento das relações capitalistas no campo; intervenção estatal na economia; elaboração do Plano de Metas (1956), caracterizado pe

---

<sup>80</sup>A "política populista" constituía parte importante da sustentação dos governos - especialmente de Getúlio Vargas (1950-54), Kubitschek (1956-60) e Goulart (1960-64)... "Foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano". WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*, p.62-63.

<sup>81</sup>CARDOSO, Fernando Henrique, *Autoritarismo e Democratização*, p.72-73

<sup>82</sup>Segundo Nelson Werneck Sodré, é possível distinguir três etapas no desenvolvimento do capitalismo no Brasil: "A primeira, que se encerra com a crise de 1929 e que tem correspondência política na Revolução de 1930; a segunda, entre a crise de 1929 e a crise de 1954, que tem correspondência política no golpe que depõe Vargas; a terceira, que se inicia então e se prolonga até os nossos dias". *Brasil: Radiografia de um Modelo* p.68



los privilégios concedidos a poderosos grupos econômicos estrangeiros<sup>83</sup> etc.

O Brejo de Areia se vê envolvido por esse novo quadro dos anos sessenta. No rol das mudanças, veio à tona a opção de alguns fazendeiros pela pecuária - seria para eles uma modalidade de renovar a terra<sup>84</sup> ... "criando boi no brejo, com lucro".

No bojo dessas mudanças, o professor da Escola de Agronomia de Areia, o Dr. Manuel Félix, imbuído da idéia de "criar boi no brejo", aparece como precursor da atividade pecuária naquela área quando, ainda nos idos da década de sessenta, vai a um Congresso de sua especialidade, no Sul do País (curso de extensão), e ali apresenta um plano de trabalho onde defende sua teoria<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup>Um breve histórico sobre o planejamento da economia brasileira, neste período, pode ser encontrado em muitos autores. Entre outros, cita-se: SIMONSEN, Roberto. O Planejamento da Economia Brasileira; HOFFMANN, Helga. Como Planejar nosso Desenvolvimento; CASTRO, Antonio Borges de. 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira; FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil; CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970 etc.

<sup>84</sup>Na pesquisa de campo, alguns agropecuaristas entrevistados asseguraram que o maior defensor da teoria de que "o uso do boi renova a terra", era o agrônomo Manuel Félix. Este, ao ser ouvido, confirmou a questão dizendo: "Realmente, o uso do boi renova a terra, porque num pasto bem manejado, as leguminosas que nascem espontaneamente se consorciavam com alguns capins, contribuindo para aumentar o valor nutritivo do pasto e fixar o nitrogênio do ar. O solo fica todo coberto e protegido, aumentando as áreas de folhas das gramíneas e das raízes que, junto ao bostejamento concentrado pelos animais, servem tanto de corretivos quanto renovam a terra"

<sup>85</sup>Durante a década de cinquenta o prof. Manuel Félix já escrevia artigos em revistas especializadas que versavam sobre os temas: Gado, Carne, Produção leiteira etc. Ver Anexos II e III

Como o Brejo passara a ser uma área "tradicionalmente agrícola", o projeto do Dr. Manuel Félix, que fora visto com bastante sucesso naquele Congresso, dentro de Areia não encontra receptividade suficiente. Uma série de restrições são colocadas em pauta, associadas à desconfiança que girava em torno da atividade pecuária para aquela área, considerada muito úmida para a criação de bovinos.

As discussões se tornaram acaloradas e se prendiam a uma série de pressupostos revestidos de significados lucrativos para quem adotasse a pecuária - teria o mínimo de despesas com a produção e disporia de mão-de-obra com baixa remuneração ...

Os argumentos contrários aos expostos por Manuel Félix<sup>86</sup> eram muitos - os terrenos brejeiros eram acidentados; havia excesso de umidade que favorecia as verminoses e os carrapatos, ou a proliferação de muitas plantas tóxicas, entre as quais a mais perigosa, denominada erva-do-mato, mato calado ou mata cachorro.

No ápice das discussões travadas a nível local, por professores da Escola e por fazendeiros, o Dr. Manuel Félix resolve por em prática sua teoria de "criar boi no brejo". Para isso, adquire quatro hecatares de terra e algumas cabeças de gado iniciando, assim, uma atividade sem nenhuma credibilidade dentro da área.

---

<sup>86</sup> Atualmente, o Dr. Manuel Félix é professor aposentado do Centro de Ciências Agrárias de Areia. É considerado, na microrregião, "médio proprietário". Elaborou muitos projetos para justificar o criatório no Brejo, o que gerou, durante toda a década de sessenta, a polêmica do retorno à pecuária



Como precursor da reintegração da atividade pecuária, o agrônomo monta uma "fazenda modelo", batizada de SABURÁ, adquirida por compra através de empréstimo contraído com a Agência do Banco do Brasil local. Eram 278 hectares de terra que, na época, foram avaliados por CR\$50.000,00, que deveriam ser pagos com juros de 12% ao ano, durante dez anos - Anexo I.

Na Fazenda SABURÁ<sup>87</sup>, o novo proprietário descobre um "olho d'água" e canaliza-o para o abastecimento caseiro e bebida para o gado. Preocupado em expandir a pecuária, o agrônomo se põe a fazer pesquisas e descobre que o "capim gordura" usado como alimentação do gado em outras regiões, ali no Brejo de Areia não valia grande coisa. Tenta plantar a "grama", tipo de capim importado da Costa Rica, mas não obtém sucesso - após extensas plantações, a cigarra destruiu tudo.

Sem arrefecer o ânimo, Dr. Manuel Félix vai ao ITAMBÉ -- Instituto de Pesquisas Agropecuárias - em Pernambuco, e dali traz uma nova espécie de capim - que chegara ao Brasil vindo da América do Norte, através de um "Projeto Americano" - denominado Braquiara, que passa a ser conhecido popularmente com o nome de Terra Seca.

O objetivo do agrônomo foi, enfim, atingido: em pouco tempo o sucesso de seu empreendimento lhe deu condições de comprar mais terras e mais cabeças de gado, provando a si próprio e aos outros fazendeiros os

---

<sup>87</sup>As terras que passaram a compor a Fazenda Saburá pertenciam à viúva Antonieta Lemos Maia (espólio de João de Azevedo Maia) e faziam parte de um engenho rapadureiro que foi desativado por Manuel Félix. Este adquiriu Saburá através de uma proposta de empréstimo fundiário encaminhada à Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, Agência de Areia, sob garantia hipotecária da terra adquirida.

mêritos do projeto "de criar boi no brejo ..."<sup>88</sup>

Aos poucos, a atividade pecuária foi vencendo, até atingir a década de 1970, quando ingressa em planos mais modernos, sob os auspícios do Estado, que criara mecanismos favoráveis, capacitando-se a dirigir a economia nacional como um todo<sup>89</sup>.

A partir de então, a expansão pecuarista vai fazer-se presente em todo o Brejo Paraibano, propiciando, inclusive, um intercâmbio entre os municípios de Areia e Curimataú<sup>90</sup> sendo, este último, espaço de tradição na criação de bovinos - Tabela 3.

Este intercâmbio entre o Brejo e o Curimataú trazia vantagens para as duas microrregiões, como bem salienta Mário Lacerda de Melo: "há uma complementariedade interregional entre as duas áreas, com os proprietários de uma possuindo propriedades também na outra e, conseqüentemente, uma espécie de movimento pendular ou de vaivém dos animais entre as duas:

<sup>88</sup>Outros fazendeiros consultados confirmaram o histórico do Dr. Manuel Félix e seguiram o seu exemplo. Enfrentando as adversidades, adotando cuidados especiais com o rebanho, vencendo as verminoses e os carrapatos, combatendo as rubiáceas, muitos fazendeiros se transformaram em grandes criadores de gado no brejo areiense

<sup>89</sup>Alain Rouquié destaca: "... o Estado Brasileiro foi dotado, depois de 1964, de expedientes que o capacitavam a dirigir a economia nacional. Não apenas é ele que até uma data recente determinava rigidamente os aumentos anuais do salário, mas também é ele que canaliza a poupança nacional, já que é o principal banqueiro; e além disso, é dotado de novos instrumentos ... como o Conselho Monetário Nacional ... o Conselho Interministerial de Preços ..." O Estado Militar na América Latina, p. 353

<sup>90</sup>O Curimataú - microrregião do Agreste Paraibano - tem uma área calculada em 2.755km<sup>2</sup>; foi criada em 31 de dezembro de 1968, sendo composta de sete municípios: Araruna, Barra de Santa Rosa, Cacimba de Dentro, Cuité, Dona Inês, Nova Floresta e Tacima. Informações colhidas no Atlas Geográfico do Estado da Paraíba, 1985, p.12, MELO, Mário Lacerda de. Os Agrestes, p.133



TABELA 3

Densidade e participação relativa dos efetivos bovinos,  
segundo o valor - 1975, Estado da Paraíba

MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	Área km <sup>2</sup>	Valor dos efe- tivos bovinos CR\$1.000,00	Densidade Pecuária km <sup>2</sup>	Participação da espécie % Bovinos
<b>1. CURIMATAO</b>				
- Araruna	231	20.346	88,1	89,7
- Barra Santa Rosa	768	18.841	24,5	80,8
- Cacimba de Den- tro	219	9.654	44,1	84,8
- Cuité	1.076	21.933	20,4	83,9
- Dona Inês	58	8.014	138,2	86,7
- Nova Floresta	80	1.042	13,0	83,9
- Tacima	323	18.169	56,3	92,3
TOTAL	2.755	97.999	35,6	86,4
<b>2. BREJO PARAIBANO</b>				
- Alagoa Nova	225	10.586	47,0	73,3
- Arara	71	4.687	66,0	71,3
- Areia	143	16.911	118,3	85,8
- Bananeiras	284	19.672	69,3	82,5
- Borborema	39	1.245	31,9	87,1
- Pilões	63	1.399	22,2	65,5
- Pirpirituba	75	5.674	75,7	92,0
- São Sebastião de Lagoa de Roça	28	3.172	113,3	87,2
- Serraria	177	5.036	28,5	83,4
TOTAL	1.105	68.382	61,9	81,9

FONTE: IBTE/CBEA - Produção da Pecuária Municipal - 1975

Apud: MELO, Mário Lacerda. Os Agrestes, op. cit, p.127



criadores do Brejo enviam seus animais para o Curimataú na estação chuvosa e os retiram na estação seca, enquanto criadores do Curimataú deslocam seu gado para o Brejo na estação seca e os levam de volta na estação chuvosa"<sup>91</sup> - Tabela 4.

## 2.2. A integração do grupo agrário brejeiro à nova etapa pecuarista

Um dos traços mais marcantes - após os amplos debates travados no Brejo de Areia sobre o tema "criar boi, com lucro" - da evolução recente daquela área<sup>92</sup> tem sido, sem dúvida, a expansão da pecuária, fenômeno verificado não só ali, mas em outros municípios paraibanos<sup>93</sup>, como em todo o Nordeste, sendo isto comprovado pelo número crescente do rebanho bovino Tabela 5.

Teresa Sales afirma que, num curto espaço de tempo, "entre os censos de 1970 e 1975, o rebanho bovino do Nordeste aumentou em quatro milhões de cabeças, passando de 13,8 milhões para 17,8 milhões, incremento esse que se equipara a todo aquele havido nas duas décadas precedentes, quando o rebanho bovino aumentara de 9,6 milhões para 13,8 milhões de cabeças"<sup>94</sup>

<sup>91</sup> *Os Agrestes, op. cit, p.134*

<sup>92</sup> *A área do município de Areia é calculada aproximadamente em 143km<sup>2</sup>, estendendo-se pelas encostas da Serra da Borborema, sendo constituída pelos distritos de Cepilho, Mata Limpa, Muquém e a sede, Areia. Sua população atual (1988) é de 26.872 hab; 54% deste índice populacional fica na zona rural, cuja área agrícola é calculada em 31.541 hectares - MAPA n.º 1*

<sup>93</sup> *No decorrer da década de 1970, alguns municípios paraibanos se notabilizaram pelo crescimento do efetivo bovino. Areia, por exemplo, possuía, em 1973, um total de cabeças calculado em 4.556. Este número aumentou, atingindo 9.100 cabeças em 1977*

<sup>94</sup> *Agreste, Agrestes, p.41*

TABELA 4

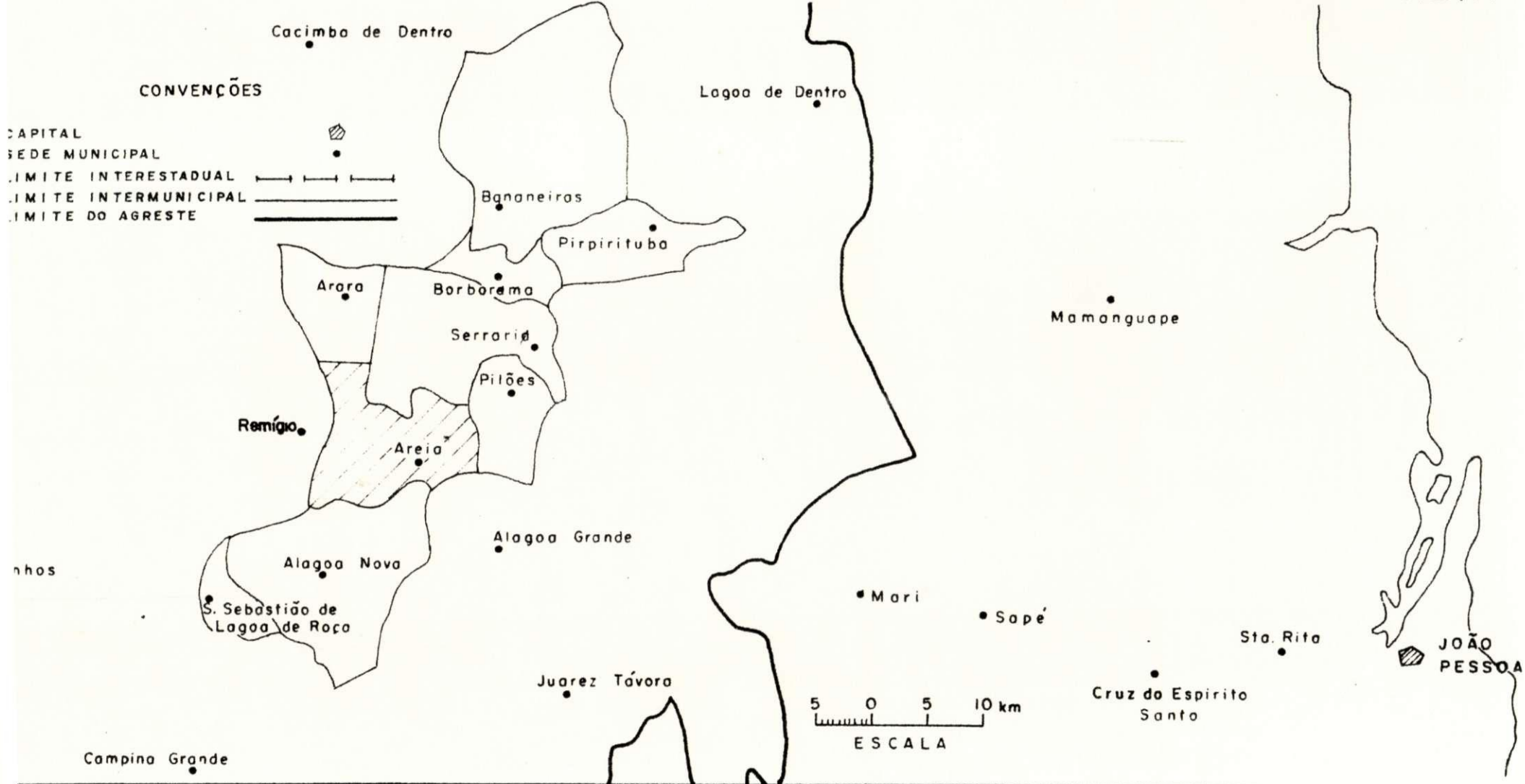
Crescimento do efetivo bovino, microrregiões de Curimataú e Brejo Paraibano

1970 - 1975 - 1980

MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	EFETIVO BOVINO			CRESCIMENTO			
	1970	1975	1980	1970/75		1975/80	
				Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%
<b>CURIMATAÚ</b>							
- Araruna	7.948	10.898	16.073	2.950	37,1	5.175	47,5
- Barra de Santa Rosa	8.265	9.596	9.491	1.331	16,1	- 105	- 1,1
- Cacimba de Dentro	2.851	5.055	5.547	2.204	77,3	492	9,7
- Cuitê	5.701	11.352	9.904	5.651	99,1	- 2.648	- 23,3
- Dona Inês	3.278	3.961	5.610	683	20,8	1.649	41,6
- Nova Floresta	381	535	652	154	40,4	117	21,9
- Tacima	7.366	10.160	11.032	2.794	37,9	872	8,6
TOTAL	35.796	51.557	58.309	15.761	44,0	6.752	13,1
<b>BREJO</b>							
- Alagoa Nova	3.209	4.701	5.736	1.492	46,5	1.035	22,0
- Arara	855	1.905	2.828	1.050	122,8	923	48,4
- Areia	4.948	8.792	11.210	3.844	77,7	2.418	27,5
- Bananeiras	7.759	9.261	15.305	1.502	19,4	6.044	65,3
- Borborema	830	617	825	- 213	- 25,7	208	33,7
- Pilões	507	495	1.232	- 12	- 2,4	737	148,9
- Pirpirituba	1.870	2.822	3.933	952	50,9	1.111	39,4
- São Sebastião de Lagoa de Roça	961	1.643	2.909	682	71,0	1.266	77,1
- Serraria	1.523	2.394	3.438	871	57,2	1.044	43,6
TOTAL	22.462	32.630	47.416	10.168	45,3	14.786	45,3

FONTE: FIBGE - Produção Animal Municipal e do Estado da Paraíba - 1970, 1975, 1980

# LIMITES DO MUNICÍPIO DE AREIA



MAPA 1

Apud: SÃ, Maria Braga de. s/p



TABELA 5

Número de bovinos em alguns municípios paraibanos  
1973-1975-1977

MUNICÍPIOS	Número de Cabeças		
	1973	1975	1977
- Areia*	4.556	8.968	9.100
- Antenor Navarro	11.111	16.662	17.724
- Boqueirão	21.022	30.611	37.348
- Cajazeiras	9.592	15.695	28.148
- Campina Grande	20.862	30.231	35.296
- Gurinhém	18.944	25.196	26.305
- Massaranduba	8.153	12.460	14.483
- Queimadas	15.586	18.916	22.124
- Sousa	28.056	40.645	47.001
- Serraria	1.439	2.442	2.575
TOTAL	139.321	201.826	240.104

FONTE: FIBGE: Censo Agropecuário, 1970-1977  
Produção da Pecuária Municipal, 1975

\*Município da Pesquisa

O processo de pecuarização - ou expansão das áreas de pastagens - em evolução na década de setenta, coincide com os inícios do período conhecido como "Milagre Brasileiro"<sup>95</sup>, quando se gerou, no Brasil, um sistema econômico aparentemente autônomo, onde o Estado procurou atingir, ao mesmo tempo, objetivos de dinamização e estabilização na economia como um todo, monopolizando o transporte ferroviário, as telecomunicações, a geração e distribuição de energia elétrica e nuclear e outros serviços públicos<sup>96</sup>.

Além disso, o Estado estimulou a poupança forçada para os fundos sociais controlados pelo governo e manipulou enorme quantidade de recursos através do "open market"<sup>97</sup>, que se mantêm ativos pelas altas taxas de correção monetária e juros.

---

<sup>95</sup> "O Milagre Brasileiro" corresponde ao governo do Gal. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Neste período, o "Estado fortaleceu sua capacidade de controle dos fluxos de investimentos através do controle do sistema financeiro e de fases estratégicas do processo produtivo. Os setores públicos e privados tornaram-se mais integrados: mais e mais o Estado dispunha-se a cobrir os riscos dos grandes investidores. A economia voava mais alto que nunca ..." ANDRADE, Regis de Castro. *Brasil: A Economia do Capitalismo Selvagem*. In: *Brasil: do "Milagre" à "Abertura"*, p.141

<sup>96</sup> As empresas estatais passaram a fazer parte do conjunto do capital produtivo, gerando seus próprios recursos, como observa Francisco de Oliveira: "A posição monopolística de algumas empresas estatais e quase monopolística de outras, colocadas nos lugares-chave da cadeia de relações interindustriais, confere enorme vitalidade às empresas, por necessidades mesmo do próprio processo de expansão, têm pela frente enormes demandas a satisfazer". *A Economia da Dependência Imperfeita*, p.95

<sup>97</sup> Nos inícios dos anos setenta, o jogo de ganhar altos juros, verdadeira cadeia de felicidade, atraiu muita gente e rendeu muitos dividendos às empresas que operavam no "open-market" ou mercado aberto, com títulos que chegavam a render até 30% ao mês no over-night ou negócios por um dia. Cita-se, como exemplo, "Os plantadores de café recebiam dinheiro a juros subsidiados de 7% ao ano e o aplicavam no open, como o faziam os exportadores e os reflorestadores ou pecuaristas". MIROW, Kurt Rudolf. *A Ditadura dos Cartéis*, p.200



Neste período do "Milagre", houve a penetração maciça das multinacionais<sup>98</sup> que cresceram e se mantiveram em posição hegemônica, tanto pela sua tecnologia superior, como pelo seu caráter oligopólico, desorientando os que acreditavam que a área estatal da economia deveria sempre corresponder a uma orientação progressista e nacionalista.

Porém, o "Milagre Brasileiro", mesmo concretizando a interrupção do processo democrático, não é responsável direto pela monopolização da economia nacional, porque esta monopolização antecede a esta fase. Sua raiz pode ser encontrada em governos bem anteriores.

Com o Gal. Dutra (1946-1951), a direita do pensamento econômica começa a por em prática a política do livre câmbio, escondendo as suas intenções pró-imperialistas sob o manto da pseudo-eficiência que gerou a livre concorrência entre formas de capital de diferentes níveis de qualidade. A instrução 113 da SUMOC<sup>99</sup>, ao eximir as empresas estrangeiras das obrigações alfandegárias de importação dos seus equipamentos, dava um passo importante para privilegiar o capital estrangeiro.

<sup>98</sup> Osny Duarte Pereira, a respeito das multinacionais, diz: "Embora empresas constituídas em certo país com o intuito de recolher lucros, também em outros, explorando fábricas, minas e estabelecimentos comerciais, seja uma prática que se perde nos confins da História da Humanidade, a forma de trustes e monopólios como hoje se apresentam, configurou-se no final do século passado e principiou a ser analisado em obras escritas a partir do começo deste". *Multinacionais no Brasil*, p.15

<sup>99</sup> A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada em 1945, tinha as seguintes finalidades: "autorizar a compra e venda de ouro e cambiais; orientar a política de câmbio e operações bancárias. Além disso, a SUMOC estava em condições de ... conhecer-(se) o vulto dos capitais estrangeiros investidos no país, controlar-(se) a remessa de lucros, dividendos ..." IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, p.85-86

O governo "nacionalista" de Vargas teve um desfecho trágico, num clima de golpe direitista. A base da crise estava no protecionismo cambial e nas medidas nacionalistas representadas pelo monopólio estatal, que o governo empreendera. Seu suicídio refletiu com cores dramáticas a incontida disposição das forças direitistas de arrebataram o poder e usá-lo em favor do capitalismo monopolista.

O Brasil ingressa definitivamente pelas sendas do capitalismo monopolista no governo de Juscelino, cujo "slogan" - desenvolver o país 50 anos em 5 - contagiou não só a burguesia, mas toda a classe média brasileira. A inflação gerada tornou-se o mais eficiente instrumento para a criação de uma infra-estrutura que permitisse ao grande capital o seu estabelecimento triunfal. O resultado desta epopéia foi o desequilíbrio regional<sup>100</sup>, que gerou no Nordeste a criação da SUDENE<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> Nos anos cinquenta, diante das tensões sociais e efervescência política no Nordeste, o governo J.K. redefine sua posição para esta região, criando, em 1956, o GTDN, sob a coordenação de Celso Furtado, "esse grupo recebeu a incumbência de avaliar as condições do Nordeste e as atividades e dispêndios governamentais na área, propondo alternativas mais eficazes para redirecionar essa intervenção através de uma ação estatal planejada e dirigida para o desenvolvimento da Região". CARVALHO, Inaiã Maria Moreira de. O Nordeste e o Regime Autoritário, p.63

<sup>101</sup> "A SUDENE traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção "planejada" no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos diretores, isto é, de uma tendência de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul ... O Estado nunca tinha sido produtor no Nordeste, salvo em poucos casos. .. Tratava-se, na verdade, em termos mais teóricos, de converter toda a riqueza nacional, especialmente a parte que era captada pelo Estado ..." Elegia para uma Re(li)gião, op. cit, p.116-117



A SUDENE<sup>102</sup> procurava, dentro da perspectiva reformista do período juscelinista, reorientar a economia nordestina através da expansão industrial e agrícola, sendo que esta última se viabilizaria através de uma reforma agrária<sup>103</sup> e projetos de colonização.

Invocando a ineficácia administrativa e a corrupção como causas da crise conjuntural juscelinista, a direita chega ao poder com Jânio Quadros, que logo descobriria não poder atingir os objetivos de uma política econômica voltada para os interesses do capital monopolista. Sua renúncia não estava nos planos da direita, resultando no aumento da crise sócio-político-econômica brasileira<sup>104</sup>.

O caráter geral da crise dos anos sessenta, expressa-se no fato de o modo de produção capitalista ter sido atingido em seus alicerces,

---

<sup>102</sup> Resumindo-se Inaiã Maria Moreira de Carvalho, que detalha os pormenores que levaram à criação da SUDENE, cujo plano integrado e estruturado do girava "em torno de quatro diretrizes básicas", vê-se a essência original da Sudene para o Nordeste, que era: Intensificar o desenvolvimento industrial; Transformar a estrutura agrária da Zona da Mata; Expandir a fronteira agrícola na direção do Maranhão e sul da Bahia; Transformar progressivamente a economia do semi-árido, através de incrementos de produtividade e adaptações às condições ecológicas. Dessas diretrizes, a mais comentada girava em torno da "transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta de alimentos nos centros urbanos cuja industrialização deveria ser intensificada. Isso era indispensável para evitar que o encarecimento dos gêneros alimentícios se traduzisse em uma elevação dos salários, anulando a principal vantagem comparativa do Nordeste, o baixo custo da sua mão-de-obra". O Nordeste e o Regime Autoritário, op. cit, p.67

<sup>103</sup> A proposta de "reforma agrária" só se radicalizaria no governo Goulart, quando se transformou na bandeira de luta dos trabalhadores brasileiros que, no momento histórico em apreço, dispunham de espaço para o debate. A reforma agrária radical constituía, pois, uma luta com caráter política mas que foi brutalmente suspensa pelo golpe de 1964

<sup>104</sup> Sobre o aprofundamento desta crise, ver entre outros: IANNI, Octavio, op. cit, p.141-186; SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil, p.231-272

fazendo desta crise não mais um fato conjuntural, mas um problema estrutural, acima de tudo. A taxa de reprodução do capital monopolista decresceu a limites indesejáveis e a redefinição da divisão internacional e nacional do trabalho assumiu enormes proporções.

O movimento de 1964 busca, então, uma forma de capitalismo de Estado, cuja trajetória concentracionista reitera a economia agroexportadora e o avanço do capital estrangeiro.

O novo regime<sup>105</sup> imposto à Nação institui mecanismos necessários para um novo ciclo - em substituição ao ciclo juscelinista - através do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), pondo em movimento a indústria de construção e um potente sistema financeiro que conseguiu, com a força da poupança dos assalariados, uma acumulação e uma concentração capitalistas, na sequência dos juros em repasses, coisa ímpar na história do próprio capitalismo.

O novo "modelo de desenvolvimento brasileiro" apregoado pelo "Milagre" que, segundo a propaganda, era possuidor de todas as virtudes, teve suas linhas gerais calcadas no eufemismo de "abertura externa" da economia, o que não passou de subordinação incondicional aos interesses estrangeiros e, portanto, a uma internacionalização confusa, em que as características nacionais desapareceram.

O clima de euforia do "Milagre" afetou tanto o campo como a cidade. A capitalização das grandes e médias propriedades implicou na extensão da

---

<sup>105</sup> Este "novo regime" transforma - através de novas correlações de forças sociais - o projeto original da SUDENE e o desenvolvimento do Nordeste "passa a se realizar em função dos interesses do grande capital monopolístico do Centro-Sul. As reformas fundiárias praticamente abandonadas e os organismos regionais passam a depender totalmente do poder central" *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, p.98



legislação trabalhista às áreas rurais. Em consequência, os trabalhadores do campo foram expulsos, parte permanecendo nas cidades pequenas e parte emigrando para as cidades grandes. Nestas, as tensões sociais se agravaram pelo fluxo migratório e a falta de trabalho nas indústrias. "A especulação imobiliária aumenta à medida que a fronteira agrícola se expande. Sérios conflitos se multiplicam por todo o país entre os posseiros e os agentes dos grupos econômicos invasores"<sup>106</sup>.

Vale salientar que este período do "Milagre" subestimou a questão da reforma agrária, transformando-a, apenas, numa questão secundária. O INCRA, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e encarregado de promover a reforma agrária, serviu apenas para "liberar as propostas de desenvolvimento econômico para o campo, de terem em conta a questão social dos trabalhadores sem terra"<sup>107</sup>.

A política agrária do "Milagre" veio privilegiar e favorecer a grande empresa privada, legalizar a grilagem e incentivar a maximização de lucros. Estabeleceu-se, pois, uma aliança entre o Estado e as Empresas Rurais, cujos interesses eram contrários aos interesses dos homens do campo ou seja, dos camponeses e, conseqüentemente, à reforma agrária<sup>108</sup>.

<sup>106</sup> Brasil: do "Milagre" à "Abertura", op. cit, p.137

<sup>107</sup> MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. p.44-45

<sup>108</sup> Neste período pouco se falou de questão agrária ... "em parte, também porque muitos achavam que a questão agrária tinha sido resolvida com o aumento da produção agrícola ocorrido no período ... Embora todos reconhecessem que esse aumento vinha beneficiando os então chamados "produtos de exportação" (como o café, a soja etc.), em detrimento dos chamados "produtos alimentícios" (como o feijão, o arroz etc.), contra-argumentavam alguns que isso era um desajuste passageiro ...". SILVA, Graciano da. O que é Questão Agrária, p.8



É nestes anos assim sintetizados, que ocorre uma expansão da rede urbana nacional, que passa a exigir uma demanda maior de produtos agropecuários, especialmente daqueles derivados da pecuária, como a carne, que é favorecida pela política creditícia e o leite.

A partir de então, a atividade pecuária vai ocupar posição de destaque, sendo incrementada em detrimento da agricultura, que sofre uma enorme redução em sua área de cultivo.

A redução destas áreas de cultivo é assim descrita por Mário Lacerda de Melo: "O sistema gado-policultura, que durante século e meio foi o grande modelador da organização sócio-econômica e da paisagem agrária do Agreste, começou a ter seus fundamentos abalados a partir do momento em que, em função de fatores ligados aos mercados consumidores, tornou-se de maior interesse para o fazendeiro receber do parceiro áreas preparadas para o criatório do que uma parte da safra de algodão"<sup>109</sup>.

A demanda da carne a preços mais compensadores<sup>110</sup> vai propiciar uma dinâmica em torno da pecuária, que terá linhas especiais de crédito para a construção de benfeitorias nas propriedades voltadas para a criação de bovinos.

<sup>109</sup> Metropolização e Subdesenvolvimento: O Caso do Recife, p.164

<sup>110</sup> Dionizio Feitosa Aranha mostra a valorização da carne bovina: "Para uma compreensão do comportamento da pecuária bovina nacional, faz-se necessário identificar os ciclos pecuários e suas variações. O ciclo que começou em 1953, vai até 1957, com uma tendência na alta de preços da carne, cujo ponto máximo se situa no ano de 1955, envolvendo depois, com o limite mais baixo em 1957. O segundo ciclo vem de 1957 a 1964, nele ocorre uma recuperação do preço da carne que atinge seu preço máximo em 1962 e o mais baixo em 1964. O terceiro ciclo vai de 1965 a 1969, envolvendo depois com o limite mais baixo em 1969. No quarto ciclo, de 1970 a 1977, nota-se que em 1974 o preço da carne atinge seu ponto máximo, caindo depois, com o limite mais baixo em 1977. De 1978 a 1985, temos o quinto ciclo em andamento". Cf. Uma Radiografia da Pecuária Nacional, p.164

A linha de créditos do PROTERRA<sup>111</sup> e outros programas especiais repercutiram no Nordeste, estimulando, sobretudo, a pecuária bovina. Numerosos investimentos são aplicados em pastagens e forrageiras, que absorvem um percentual significativo dos valores totais dos financiamentos entre 1976 e 1977, através de repasses pelo Banco do Nordeste do Brasil. Tabela 6.

Por sua vez, a SUDENE, através dos incentivos fiscais e financeiros do FINOR, aprova também projetos de agropecuaristas que reforçam a pecuarização, privilegiando cada vez mais as grandes propriedades nordestinas. Tabela 7, na qual se vê que a Paraíba<sup>112</sup> se integra à prosperidade pecuarista e os fazendeiros de suas microrregiões enviam projetos ao PROTERRA, para receberem empréstimos do Estado<sup>113</sup>, que garantia preços e indenizações para os casos em que as catástrofes atingissem os rebanhos adquiridos<sup>114</sup>.

<sup>111</sup>No Nordeste, parte dos investimentos foi efetuada pelo PROTERRA, dirigidos para a aquisição de matrizes, de reprodutores e para a expansão dos pastos

<sup>112</sup>No âmbito da euforia pecuarista, o Estado da Paraíba elaborou muitos projetos. Em 1979, dos vários projetos aprovados pelo "34/18" do FINOR 68 eram voltados para a pecuária bovina. FONTE: SUDENE, Nordeste. Distribuição por Estado dos Projetos Agropecuários aprovados pelo "34/18" segundo a natureza do empreendimento. Recife, 1979

<sup>113</sup>O Estado viabilizava subsídios através do Crédito Rural, que "privilegiou o grande proprietário de terras, por poder dá-las como garantia, além de possuir outras facilidades junto à rede bancária". SILVA, Graciano da. A Modernização Dolorosa, p.39

<sup>114</sup>"O número de projetos pecuários é muito superior aos agrícolas ... Observa-se ainda que os Estados da Paraíba, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais foram até agora os que mais se beneficiaram dos projetos aprovados pela SUDENE, talvez em consequência de haverem sido os que mais pleitearam. Os projetos pecuários voltavam-se sobretudo para três setores: a bovinocultura, a suinocultura e a avicultura ..." ANDRADE, Manuel Correia. Geografia Econômica do Nordeste, op. cit, p.109



TABELA 6

Região Nordeste

Investimentos por finalidades para a pecuária bovina

1976 - 1977

FINALIDADES	1 9 7 6		1 9 7 7	
	Valor	%	Valor	%
INVESTIMENTO	1.912	100,0 (72,8)	1.751	100,0 (67,0)
- Animais para reprodução	179	9,4	123	7,0
- Pastagens e forrageiras	411	21,5	185	10,6
- Exploração leiteira	89	4,7	175	10,0
- Melhoramento reb. form. plantéis	44	2,3	64	3,7
- Engorda de animais	285	14,9	253	14,4
- Recria de bovinos	157	8,2	108	6,2
- Cercas (construção e reconstrução)	116	6,1	64	3,7
- Máquinas e implementos agrícolas	150	7,8	194	11,1
- Açudes, poços, irrigações e corre- lâtos	106	5,5	46	2,6
- Formação de culturas permanentes	56	2,9	113	6,4
- Outros	319	16,7	426	24,3
CUSTEIO	562	100,0 (21,4)	829	100,0 (31,7)
- Manutenção e exploração pecuária	186	33,1	85	10,3
- Entressafra (algodão, milho etc)	300	53,4	541	65,3
- Outros	76	13,5	203	24,4
COMERCIALIZAÇÃO	153	100,0 (5,8)	35	100,0 (1,3)
- Algodão	131	85,6	26	74,3
- Outros	22	14,4	9	25,7
TOTAL	2.62-	(100,0)	2.615	(100,0)

FONTE: SALES, Teresa. Agreste, Acrestes, p.56

TABELA 7  
Região Nordeste

Área total, número de projetos e área média das propriedades incentivadas com recursos do "34/18" e do FINOR pela SUDENE - 1965/1976

ESTADOS	Nº de Projetos Aprovados	Área Total (ha)	Área Média (ha)
Maranhão	55	440.760	8.914
Piauí	42	532.783	12.685
Ceará	33	218.614	6.625
Rio Grande do Norte	36	116.296	3.230
Paraíba	111	140.713	1.276
Pernambuco	96	141.410	1.473
Alagoas	6	8.825	1.470
Sergipe	4	7.137	1.784
Bahia	58	336.346	6.661
Minas Gerais	73	286.051	3.918
Nordeste	514	2.278.935	4.434

FONTE: SUDENE, DIN/CI (Apud PIMES, 1978:58)

OBS: Alguns números sobre a área média e a área total não correspondem aos números apresentados na fonte; os cálculos foram refeitos

Apud: SALES, Teresa. Op. cit, p.60



Ressalta-se, ainda, no desenvolvimento pecuário paraibano, a valorização crescente do capital investido na aquisição de mais terras, expansão dos pastos e dos rebanhos. Este capital empregado nestas aquisições no quadro inflacionário brasileiro, podia converter-se facilmente em mais dinheiro nas mãos de fazendeiros ou grupos associados<sup>115</sup> no negócio da pecuária.

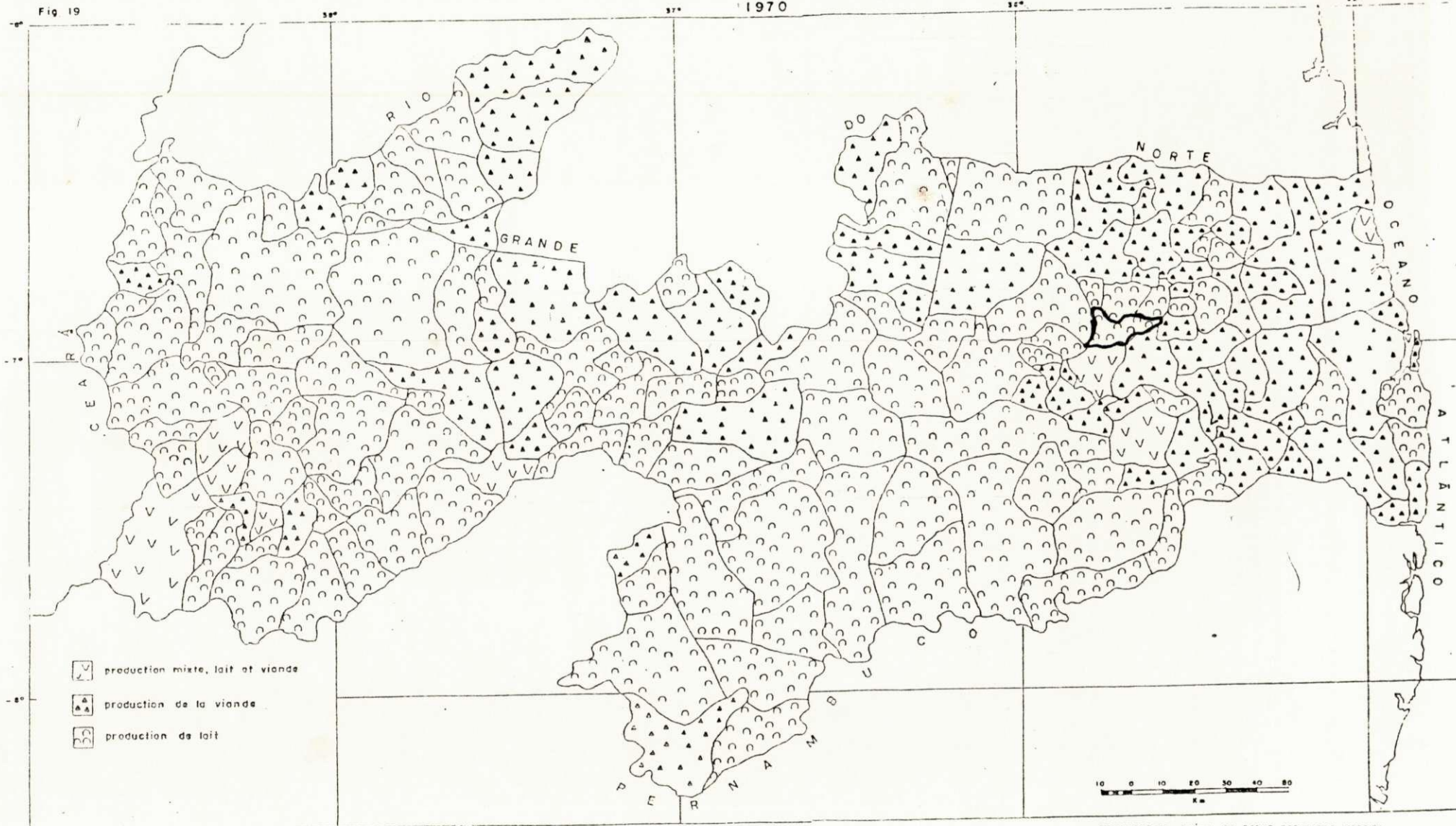
A pecuária paraibana, destacando-se aqui a pecuária brejeira, usando capital reduzido, pouca mão-de-obra e grande disponibilidade de terras, apresentou-se como excelente alternativa para alguns proprietários que a incrementaram e capitalizaram o Brejo pelo Boi, fornecendo, durante toda a década de 1970, uma boa produção de carne e leite - Cartogramas 8 e 9.

A expansão dos pastos no Brejo de Areia acarretou uma série de problemas sócio-econômicos. Ao reduzir as áreas agrícolas, expulsou o homem do campo, reduzindo, conseqüentemente, a mão-de-obra empregada na produção alimentar, gerando a proletarização rural e a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários.

---

<sup>115</sup> Um dos grupos mais famosos no "negócio da pecuária", na década de 1970 era o Grupo Velloso Freire, que possuía muitas empresas dedicadas à expansão bovina. Cita-se, como exemplo: a) CIAISA - Companhia Agro-industrial Santo Antônio, responsável pela Fazenda Santo Antônio, em Alhandra, que em 1974 se dedicava à exploração de gado de leite e corte. Contava com 500 matrizes holandesas e 320 ha plantados com capim Pangola, Braquiária e Napier. Através de projetos, a Fazenda foi eletrificada pela SAELPA, construiu 62.200m de cerca, adquiriu máquinas etc.; b) FARESA - Fazendas Reunidas Agro-Pecuárias Redenção S.A., em Gurinhém, dedicadas à exploração intensiva da pecuária de corte e re-  
produção - Dados colhidos no Anuário da Paraíba, 1974-1975

ETAT DE LA PARAIBA  
LA DESTINATION DU CHEPTEL BOVIN  
1970



SOURCE: FIBGE CENSO AGROPECUÁRIO DA PARAIBA - 1970

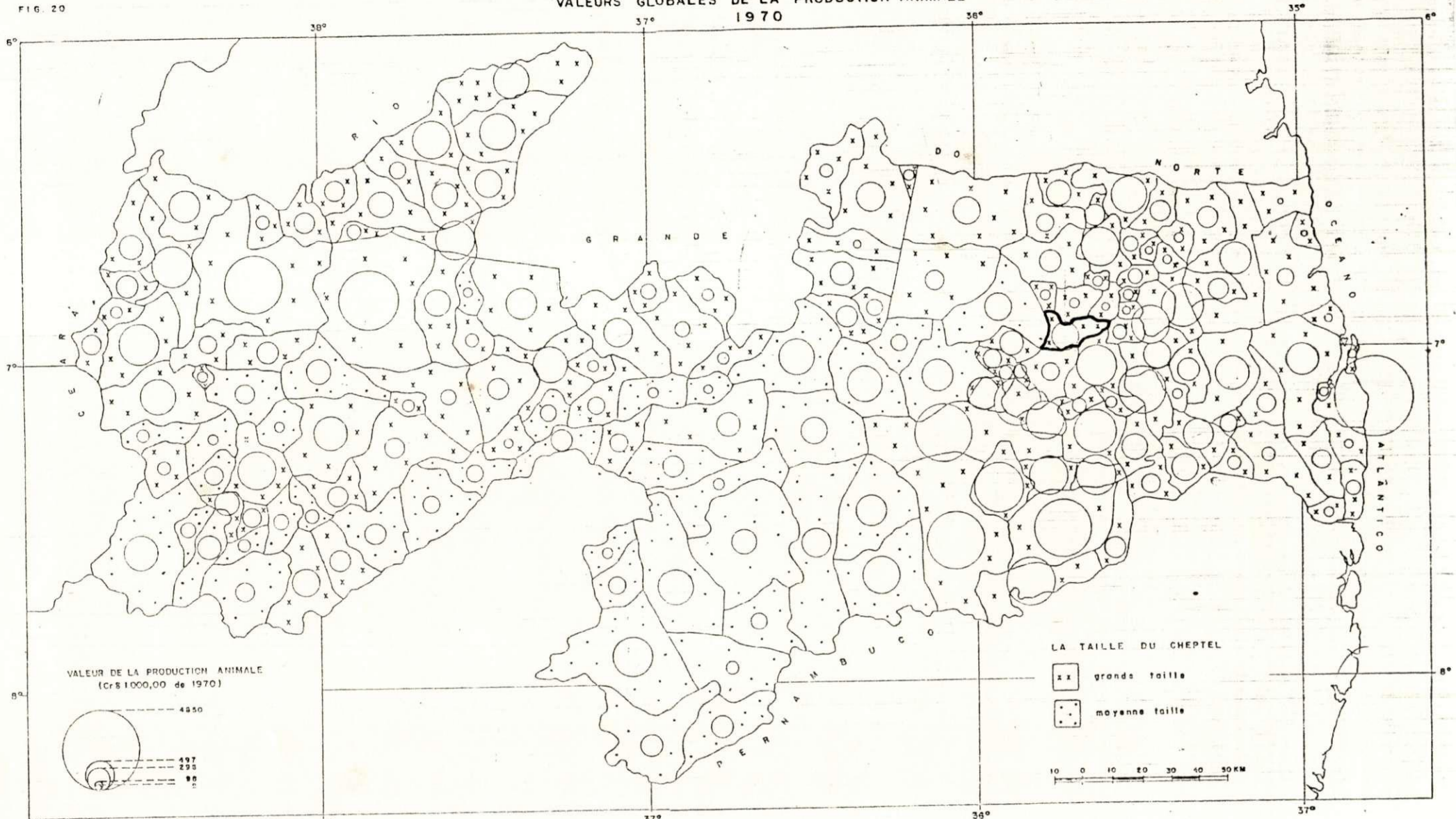
ORGANISATION: EMÍLIA DE RODAT FERNANDES MOREIRA  
DESSIN: MARIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO

Apud: MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes, op. cit, p.129



FIG. 20

ETAT DE LA PARAIBA  
 VALEURS GLOBALES DE LA PRODUCTION ANIMALE  
 1970



SOURCE: Censo Agropecuário da Paraíba-1970  
 ORGANISATION: Emílio Moreira  
 DESSIN: José Renato dos S. Lima

CARTOGRAMA Nº 9

Apud: MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes, op. cit, p. 132

O processo de pecuarização que coincide com a expulsão do homem do campo, foi gerado por uma nova divisão social do trabalho, que homogenizou não só no Brejo de Areia, mas em todo o Agreste, a implantação da empresa capitalista no meio rural, nos moldes da "modernização dolorosa"<sup>116</sup>.

Esta "modernização dolorosa" voltada para as atividades agropecuárias, teve o respaldo de forças sociais heterogêneas, que se uniram para derrubar, desde 1964, o regime então vigente.

No andamento do processo, preponderaram aquelas forças que acabaram por definir o novo regime: o latifúndio, de um lado, os interesses externos de outro, com alguns reforços da burguesia nacional associada aos capitais estrangeiros e da pequena burguesia dopada pelo anticomunismo.

Excetuando a pequena burguesia, estas forças sociais que se uniram, viabilizaram, no país, a hegemonia do capital monopolista<sup>117</sup> e foram elas que passaram a orientar o sentido e as formas da integração da agropecuária ao circuito da produção e do Estado. Foram elas, ainda, que, a nível nacional e regional, engajaram-se para promover o desenvolvimento, especialmente o do Nordeste ...

O "Novo Nordeste" se vê "modernizado" por outros padrões de construção, inovações nas instalações comerciais, nos serviços públicos e em vários setores, criações claras do capitalismo, em fase monopolista.

---

<sup>116</sup> *A Modernização Dolorosa, op. cit., tem como pontos centrais a evolução da estrutura agrária, a expansão da fronteira agrícola e a recriação da pequena produção na agricultura brasileira*

<sup>117</sup> *Segundo Lênin, a concentração da produção, quando atinge certo grau de desenvolvimento, conduz à formação do capital monopolista, cujo nascimento "é uma lei geral e essencial do atual estágio de evolução do capitalismo" Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, p. 20*



Este clima de um "Novo Nordeste" para se construir um "Brasil, Grande Potência", contribui para que a microrregião brejeira se integre ao programa da Agropecuária, na perspectiva de centralizar capitais e aumentar a produtividade pela introdução de novas técnicas.

Os fazendeiros se engajam no setor Agropecuário que, segundo Caio Prado Júnior, é um empreendimento puramente capitalista, porque "estruturou-se em empresas comerciais, isto é, produtoras para o mercado e visando única e exclusivamente lucro financeiro; e se organiza na base de relações de empregador e empregado, de compradores e vendedores de força de trabalho, o que constitui a essência das relações capitalistas de produção"<sup>118</sup>.

O grupo agrário brejeiro, que tivera suas raízes ligadas ao processo de produção mercantil e se encontrava, na época do "Milagre", ligado ao processo açucareiro e à produção do álcool, logo se integra à pecuária. Este grupo é portador de visão empresarial, possui capital e certo conhecimento dos negócios agrários.

Os proprietários que passam a integrar este grupo brejeiro, homogêneo e potente, pressionaram pequenos proprietários para que vendessem suas terras, derivando do processo compra/venda o fortalecimento, a concentração violenta das grandes glebas e a expansão da pecuária. Esta foi conduzida no último decênio por grandes proprietários, o que a levou a uma situação na qual os riscos com o empreendimento foram, paulatinamente, tornando-se menos latentes e mais fracos em relação a outras atividades comerciais.

---

<sup>118</sup>A *Revolução Brasileira*, p. 108

A princípio, o grupo agrário brejeiro se compunha, entre outros fazendeiros, de Bento Jardimino, Saulo Maia, Saulo Assis, José Henriques, Severino Agra e Manuel Félix. Todos eles se utilizaram de determinados mecanismos para o retorno à pecuária.

O Dr. Manuel Félix, por exemplo, teve a idéia partindo, segundo ele, de sua própria condição de professor universitário:

*"Para modificar alguma coisa aqui no Brejo, quis, como professor universitário, apresentar um novo modelo de se produzir, uma nova atividade ... Partiu da idéia que tinha de Minas Gerais — se aquele Estado, considerado acidentado e frio, desenvolvia uma grande criação de gado leiteiro e de corte, por que não fazer o mesmo aqui no Brejo?"*<sup>119</sup>

O proprietário das Fazendas Reunidas Guaribas e Pirauã, situadas a 12 km a noroeste do município de Areia, o senhor José Henriques<sup>120</sup>, começou os negócios agropecuários quando, através de compra, incorporou três propriedades ao patrimônio. Seu depoimento sobre o retorno à pecuária é bem interessante:

---

<sup>119</sup> Depoimento do Dr. Manuel Félix, proprietário da Fazenda Saburã, no Brejo de Areia

<sup>120</sup> José Henriques Batista de Albuquerque é dono do único cartório em Areia — Cartório do 1º Ofício. Por isso mesmo, conhecedor de terras férteis, adquiriu uma propriedade em 1971 e, mais tarde, outras duas excelentes glebas, entre os anos de 1973 e 1976, respectivamente.

"Um proprietário de gado só vive da produção do mesmo, se pelo menos ele tiver umas mil cabeças matrizes ... senão ele morre de fome ... Mas resolvi comprar, ainda na década de cinquenta, uma granja para nela me dedicar à agricultura. Contudo, nos anos setenta, mesmo sabendo dos riscos que o Brejo oferecia à pecuária, comprei mais terras e 60 cabeças de gado dinamarquês e me integrei no "novo negócio", porque ele é menos trabalhadoso que a agricultura e emprega pouca mão-de-obra ..."

Outros fazendeiros que não quiserem se identificar, optaram pela reintegração à pecuária, pelos mais diferentes motivos:

"Adotei a pecuária porque é uma modalidade de produção que não exige muito capital e porque seus derivados dão um lucro regular ... isto dá para viver regularmente ..."

"Com os preços do gado leiteiro em alta, comprei boas vacas com novilhas em pé, que já produziam. Tive de volta o dinheiro investido, muito antes de pagar as últimas prestações dos animais ..."

"Como a agricultura está se tornando inviável, optei pela pecuária, porque está "nas vistas" se tornando um bom empreendimento, graças aos subsídios do governo ..."

"Resolvi criar bois de raça porque o governo facilitou créditos para a agropecuária. Comprei mais terras, acresci o número de bovinos e comprovei que tanto minhas terras se valorizavam como ganhava dinheiro com a pecuária ..."

"Quando vi outros fazendeiros obterem lucros com a pecuária subsidiada, me integrei ao negócio porque em qualquer necessidade ou calamidade, poderia vender meus bois pelo preço que me aprovesse ..."



"Com a política creditícia do governo, concedendo juros baixos, optei pela pecuária porque não precisava gastar muito com moradores que estavam ficando insuportáveis, por serem influenciados por padres comunistas ..."

"Como estava perdendo dinheiro na agricultura, atividade sem muitas perspectivas aqui no Brejo, resolvi comprar gado. Me incorporei à pecuária e não me decepcionei - logo, obtive lucros com os produtos da mesma ..."

"Comecei com a pecuária nos idos de 1974, empregando mão-de-obra móvel de Arara. Plantei capim até 1982. Hoje, usufruo do que gastei com mão-de-obra, capim e gado, graças aos altos preços da carne e do leite ..."

"Optei pela pecuária, pela impraticabilidade da agricultura, da escassez de mão-de-obra e carestia dos insumos".

Em síntese, os depoimentos dos proprietários - inclusive, alguns se reservaram o direito ou se recusaram a ceder dados que esclarecessem o "tamanho" de suas fazendas de gado - coincidem entre si. Seus argumentos são quase sempre os mesmos: inviabilidade da agricultura, valorização das terras pela criação, emprego de pouco capital em atividade, subsídios estatais, preços compensadores da carne e leite etc.

A inserção deste grupo agrário brejeiro à nova etapa pecuarista processou-se junto a outro grupo de fora<sup>121</sup> - formado por comerciantes, profissionais liberais, pequenos industriais ou pessoas de outras cidades que

<sup>121</sup> Este grupo de fora, especialmente de pessoas de Pernambuco, começou arrendando terras em Areia, para criação de bovinos. Posteriormente, adquiriu vastas áreas para as pastagens que se expandiam. Nos primeiros anos da década setenta, estes "novos proprietários" eram tão mal vistos, quanto a própria pecuária ...



tinham alguma vinculação com a agricultura - que, habituado a lidar com bancos, percebeu e aproveitou as condições favoráveis que se apresentavam à retomada do criatório.

Ambos os grupos se engajaram na pecuária, tornando-a menos vulnerável por um lado e, por outro, fortalecendo a associação e a integração, encaixando-se nos moldes da propalada "modernização" que, segundo Inaiã Maria Moreira de Carvalho, "priorizava a criação de empresas rurais (em propriedades de maior porte), sob a justificativa de que, além de dinamizar a economia local e regional, isso contribuiria para maior criação de empregos, para a melhor distribuição da renda e para a redução da pobreza no meio urbano e no meio rural"<sup>122</sup>.

Processada a integração entre os dois grupos<sup>123</sup>, a pecuária se firma como atividade econômica, redirecionada pela conjuntura que a valoriza, graças ao crescimento do consumo e conseqüente valorização da carne<sup>124</sup>.

Inaugurada, pois, a nova etapa pecuarista<sup>125</sup>, observa-se não só no Brejo de Areia, mas em outras microrregiões paraibanas entre 1970-1975, um crescimento representativo de pastagens plantadas que disputam o espaço com lavouras permanentes e temporárias, como se observa na Tabela 8.

<sup>122</sup> *O Nordeste e o Regime Autoritário*, op. cit, p.225

<sup>123</sup> *A Integração entre os dois grupos se processa lentamente: de um lado, o grupo local passa a ter acesso a empréstimos, juros módicos ou empenhos em bancos; de outro, o grupo exógeno tem acesso aos arrendamentos ou concessões de boas terras, contatos entre vendedores/compradores ou com o mercado da região. Esta articulação permitiu relativos lucros a ambos os grupos, apesar dos percalços causados à agricultura de subsistência*

<sup>124</sup> *Um antigo representante do "grupo de fora" (não quis identificação) afirmou: "Com a inflação galopante, é muito melhor e mais rentável criar boi no Brejo, que empregar capital no comércio..."*

<sup>125</sup> *Para Manuel Correia de Andrade, esta nova etapa pecuarista, prejudicando a agricultura e a ecologia do Brejo, foi "aquilo que poderíamos chamar de "imperialismo do boi" em face do fato dele substituir o homem como ocupante de áreas de povoamento antigo, como aconteceu no Nordeste, e de áreas em desbravamento como ocorre no Amazonas". Agricultura e Capitalismo, p.10*

TABELA 8

Relação entre as áreas de lavouras e áreas de pastagens

ESTADO DA PARAÍBA

1970-1975

ESTADO MICRORREGI- ÕES MUNICI- PIOS	1 9 7 0				1 9 7 5			
	LAVOURAS		PASTAGENS		LAVOURAS		PASTAGENS	
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas
PARAÍBA	665.965	515.897	1.989.030	67.566	619.143	527.913	1.365.636	103.614
1. Sertão de Cajazeiras	138.453	26.548	432.160	5.786	128.400	32.084	124.749	4.463
- Antenor Navarro	10.491	2.769	15.885	103	12.384	2.263	21.469	117
- Cajazeiras	21.622	1.595	15.732	71	20.134	2.230	12.139	375
2. Depressão do Alto Piranhas	208.264	82.575	432.160	5.786	198.450	62.374	332.067	4.640
- Sousa	27.217	7.497	42.193	69	21.333	5.658	42.536	549
3. Agreste da Borborema	28.321	69.303	147.015	7.434	31.933	69.653	132.458	9.894
- Queimadas	1.280	8.816	20.969	470	387	8.477	19.432	448
- Massaranduba	539	4.063	10.383	1.323	620	4.929	9.796	3.251
- Campina Grande	1.518	12.706	43.754	2.486	2.734	13.836	35.314	1.028
4. Piemonte da Borborema	11.351	43.416	117.210	16.221	9.637	42.656	113.593	28.865
- Gurinhém	194	4.563	22.352	3.815	59	5.043	16.968	5.021
5. Cariris Velhos	102.871	72.207	669.432	8.482	84.761	79.282	666.320	7.403
- Boqueirão	1.508	13.229	54.075	1.164	4.753	11.665	54.352	1.107
6. Brejo	14.834	34.944	14.963	5.717	10.792	34.973	19.590	5.984
- Areia	3.936	10.166	2.966	2.203	2.208	10.008	5.157	1.811
- Serraria	1.139	4.314	914	307	764	3.633	1.811	616

FONTE: IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1970-1975



Embora Horácio de Almeida tenha dito que a decadência lenta de sua cidade natal se iniciara nos primórdios do século XX, quando Areia, "estrangulada, submergia no lugar comum das cidades mortas, deixando aos pósteres o consolo lírico de rememorar as tradições do passado"<sup>126</sup>, o espaço areense a partir dos anos setenta passa por algumas mudanças decorrentes da ordem agropecuária que o redefinem e que lhe evitam o "estrangulamento" e a estagnação.

Contudo, é necessário detectar o caráter qualitativo dessas mudanças, sem dúvida contraditórias, nesta fase concentracionista da economia brasileira, quando se tornaram latentes as desigualdades regionais e a ampliação da exploração da força de trabalho no campo e, em especial, no campo brejeiro.

O quadro geral, já analisado anteriormente, reveste-se de enorme importância para se entender o espaço regional em dimensões menores e mais precisas. Os municípios nordestinos que mantiveram, ao longo de sua história, uma produção e troca eminentemente locais, ficam em situação bastante difícil, quando se vêm invadidos pelos produtos dos grandes conglomerados monopolistas, que eliminam tanto a sua produção como o seu comércio<sup>127</sup>.

<sup>126</sup> *Brejo de Areia, op. cit., p.120*

<sup>127</sup> *Cita-se, como exemplo, a produção do açúcar local prejudicada pela produção paulista, como afirma Manuel Correia de Andrade: "... As facilidades de comunicação e de transportes conseqüentes de grandes rodovias, levaram o açúcar branco, cristal, a penetrar no mercado sertanejo, tradicional consumidor de rapadura, provocando a decadência dos pequenos engenhos rapadureiros e de engenhocas de importância local. É impressionante como este crescimento beneficiou a indústria açucareira, sobretudo a de São Paulo, que ultrapassou a dois milhões e quinhentos mil toneladas, produzindo sozinho mais do que os outros grandes produtores reunidos ..."* *O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil, p. 99-100*

A evasão de valor do trabalho social local foi, gradativamente, provocando a pauperização do município. Poder-se-ia contrapor a estas considerações críticas o fato da mudança econômica ser um movimento necessário à transformação histórica. Todavia, este não é o problema central que aqui se questiona.

O que se passa, na realidade, não é uma divisão social do trabalho a partir da qual se opera uma especialização local e uma permuta de valores que, mesmo desiguais, permitem uma acumulação e, conseqüentemente, um progresso efetivo no espaço. Ocorrem, no município areiense, duas situações drásticas: a falta de dinheiro, dificultando a constituição dinâmica da produção e da troca e a queda da produção tradicional pela invasão de produtos externos. O quadro de pauperização se completa com a centralização tributária que tem no ICM<sup>128</sup> o símbolo da racionalização política do Estado.

O Estado se vangloria com expressivos dados estatísticos de maciços investimentos nos municípios nordestinos, alegando um progresso numericamente incomparável com épocas passadas. O fato, porém, é que nem sempre isso ocorreu. Os investimentos industriais e todas as obras públicas numa economia de capital monopolista e de Estado Monopolista, beneficiando quase que exclusivamente as grandes estruturas que formam a sua espinha dorsal. Neste caso, a concentração capitalista tem sido a tônica dominante de todo o processo de crescimento da economia nacional.

---

<sup>128</sup> *Imposto sobre a Circulação de Mercadorias*



As disparidades entre as regiões<sup>129</sup> e os diversos municípios foram se tornando cada vez maiores. Exercendo o papel de transferência de valores dos pequenos centros produtores para as áreas de grande concentração de renda, os pequenos e médios municípios foram, paulatinamente, exaurindo suas energias econômicas.

Neste contexto, o município de Areia é envolvido numa contradição, quando seu espaço é diversificado pela cana-de-açúcar e pela pecuária; é que, a partir dos anos setenta, ambas as atividades passam a ser encaradas sob prismas diferentes. Os proprietários de engenho, ao perderem a hegemonia da produção canavieira para a Usina Santa Maria, passaram a ver aquela lavoura como atividade altamente onerosa e problemática pelos encargos sociais que acarretava. Já os proprietários que fizeram opção pela pecuária encaram-na como atividade lucrativa e muito menos onerosa, por não acarretar tantos encargos sociais.

Porém, a maior diferença entre as duas atividades - agricultura e pecuária - estava implícita em suas relações sociais. Para que um proprietário pudesse desenvolver a atividade agrícola deveria, antes de tudo, tornar-se organizador e gerente de determinado número de trabalhadores e pro

---

<sup>129</sup> "A tendência nítida, embora as disparidades regionais já estivessem bem demarcadas a partir de 1947, pouco variando posteriormente, é a de um distanciamento cada vez maior entre as regiões. De fato, em 1960, a distribuição da renda nacional se apresentava ... Esse aumento das desigualdades regionais, foi dito, é proveniente de dois fatores: do tipo de estrutura econômica da região em estudo, e do tipo de relação econômica que ela mantém com o conjunto da economia". COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento, p.42. Ver sobre a "Questão Regional", entre outros: CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970); OLIVEIRA, Francisco, *op. cit*; ANDRADE, Manuel Correia de, *op. cit*; FURTADO, Celso. Dialética do Desenvolvimento etc.

dutores, elementos primários da atividade agrícola que evidenciavam a este proprietário que, sem homens, suas terras não lhes serviriam como meio produtivo.

Quanto à pecuária, eram os elementos materiais que apareciam em primeiro lugar: a terra com suas pastagens, suas reservas de água e os animais que usufruíam disto. Os trabalhadores necessários para esta atividade, além de serem poucos em número, apareciam aos olhos dos proprietários como simples apêndices de um processo quase natural.

Estabelece-se no Brejo de Areia um cenário de disputa e, logo, uma ou outra atividade entra em cena. Os proprietários de engenhos rapadureiros, até os inícios dos anos setenta, não tinham ainda se assustado com a instalação da Usina Santa Maria, porque a área de atuação dos seus engenhos, relativa à produção e à comercialização dos seus derivados, não fora abalada.

Isto significava que o açúcar, a rapadura e a aguardente, escoavam normalmente para Campina Grande, João Pessoa, Natal, Caicó e Feira de Santana. Até aí, a Usina era vista como mais um engenho<sup>130</sup>, sendo apenas mais equipado e mais moderno ...

Com a reestruturação da Usina Santa Maria, como já se frisou anteriormente, via incentivos estatais para refinar o açúcar via exportação e,

<sup>130</sup> "A própria manutenção de um agente como fornecedor de cana e os tradicionais "senhores de engenho" que não haviam conseguido dar o saldo em direção à condição de "usineiros", reforçava nos esquemas do IAA o arcaísmo das relações de produção no Nordeste açucareiro ... "Elegia para uma Re(li)gião, op. cit, p.69-70



posteriormente, para produzir o álcool<sup>131</sup> como combustível alternativo com apoio do IAA<sup>132</sup>, os produtos dos engenhos entram na competição agroindustrial e, gradativamente, vão perdendo seu mercado consumidor.

O perigo latente e não detectado até então, com a "modernização", torna-se bem transparente. Há um verdadeiro atropelo no mercado de escoamento, quando os engenhos rapadureiros de unidades produtoras autônomas se transformam em unidades fornecedoras de matérias-primas. O antigo proprietário sofre um processo de descapitalização e passa a ser "uma espécie de lúmpem burguês; transformou-se, na verdade, num "renter", cuja geração de riquezas residia muito mais na renda da terra que no capital"<sup>133</sup>.

Concentrando terras por exploração<sup>134</sup> em seu benefício (Tabela 9) e prejudicando a agricultura de subsistência (Tabela 10), a Usina Santa Ma

<sup>131</sup> O PROÁLCOOL - Decreto nº 76.593, de 14.11.1975 - foi criado com o objetivo de suprir o mercado nacional com um novo combustível, o álcool, devido ao grande choque de preços que tinha ocorrido com o petróleo no ano de 1973. A Usina, sob o ângulo de agente financiador, não entra de imediato no processo de produção, uma vez que órgãos como o PROÁLCOOL e o IAA funcionam como cooperativas de regulação e escoamento do produto final

<sup>132</sup> O Instituto do Açúcar e do Alcool, ou IAA, "cuja missão primordial era na verdade estabelecer uma divisão regional do trabalho da atividade açucareira em todo o país ... caracterizava-se por estabelecer um mecanismo de quotas de produção para cada uma das "regiões" açucareiras ... garantir preços mínimos, relações entre fornecedores de cana e as usinas, e finalmente da produção". *Elegia para uma Re(li)gião*, op. cit. p. 67

<sup>133</sup> Id., *ibid*, p.70

<sup>134</sup> O latifúndio por exploração é caracterizado por áreas maiores que o módulo rural vigente na região, que é de 25 ha.

TABELA 9

Número de minifúndios e de latifúndios por exploração, com dados referentes à área e percentagem sobre a área agrícola total do município de Areia, PB, nos anos de 1975, 1980 e 1988

IMÓVEL RURAL	MINIFÚNDIO			LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO			
	Ano	Número	Área (ha)	Ocupação (%)	Número	Área (ha)	Ocupação (%)
	1975	1.180	7.590	24,1	96	21.799	69,1
	1980	730	4.385	13,9	118	25.384	80,2
	1988	852	4.220	13,4	127	20.338	64,5

FONTES: Censos Agropecuários de 1975 e de 1980  
MIRAD, Cadastramento de Imóveis, 1988



TABELA 10

Produção(t), área plantada(ha) e rendimento(t/ha), das culturas de cana-de-açúcar, milho e feijão, no município de Areia, PB, nos anos de 1975 e 1980

CULTURAS	Anos	Produção	Área Plantada	Rendimento
CANA-DE-AÇÚCAR	1975	140.132	5.329	26,7
	1980	181.846	6.584	27,7
MILHO	1975	239	576	0,42
	1980	110	530	0,21
FEIJÃO	1975	246	795	0,31
	1980	170	904	0,19

FONTE: FIBGE, Censos Agropecuários de 1975 e de 1980

ria ganha mais espaços e os engenhos rapadureiros<sup>135</sup> perdem não só a produção mas suas terras e até seus moradores<sup>136</sup>.

A saída encontrada por muitos proprietários e senhores de engenho, foi a pecuária, que àquela altura estava sendo subsidiada pelo Estado.

### 2.3. A expansão do criatório e a dinâmica do mercado

No decorrer da década setenta observa-se, em certas áreas do Nordeste, um grande avanço pecuário em detrimento da agricultura. Este fato, já descrito anteriormente, é consequente a uma série de fatores -- preços mais remuneradores da carne e do leite; aumento da população urbana consumidora desses produtos; número reduzido de braços; facilidade de crédito etc - que levaram muitos proprietários a preferirem o criatório, deixando a lavoura, muitas vezes, relegada a um plano secundário.

<sup>135</sup> Pelos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE - havia no município de Areia, em 1975, 30 engenhos rapadureiros em funcionamento. Em 1985, este número caiu para 21. Havia, também, 30 armazéns de distribuição de produtos oriundos desses engenhos, mas este número também decaiu para 3 em 1979 e, em 1985, não existia mais nenhum armazém.

<sup>136</sup> Os engenhos rapadureiros perderam seus contingentes de moradores pela sazonalidade da produção e pela substituição das lavouras de subsistência pelos canaviais e pastagens. Alguns destes moradores se empregaram na Usina Santa Maria, juntamente com alguns pequenos produtores e camponeses que foram atraídos e manipulados pela "ilusão do novo".

Este avanço pecuário contribuiu para que o rebanho nordestino se sobressaísse àquela época com uma elevada participação <sup>137</sup> no rebanho bovino brasileiro, como se observa na Tabela 11.

TABELA 11

Percentagem do rebanho nordestino  
em relação ao rebanho brasileiro - 1973

Espécie	Rebanho Nordeste (1.000 cab)	Rebanho Brasileiro (1.000 cab)	Percentagem de rebanho nordestino (%)
Bovinos	15.920	90.437	17,6

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1975

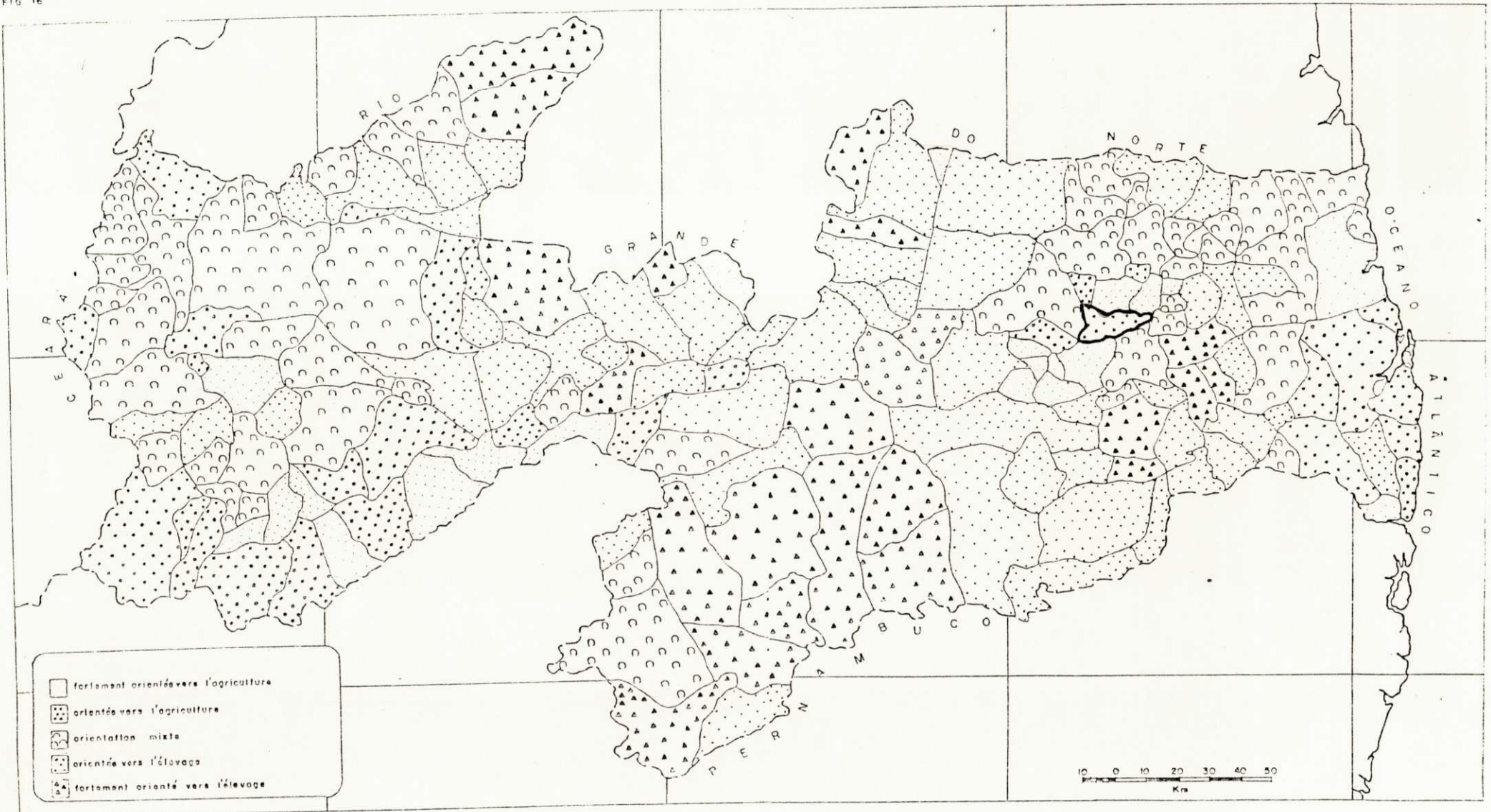
Por sua vez, a Paraíba, onde muitos municípios eram orientados pela agricultura (Cartograma 10), também vai apresentar uma dinâmica em seu crescimento pecuário, devido tanto aos fatores já citados, quanto à retra

<sup>137</sup> Teresa Sales estima a percentagem do rebanho bovino, já em 1975, em 17,8. Agreste, Agrestes, op. cit, p.41



ETAT DE LA PARAÍBA  
Orientation de L'Agriculture

FIG 16



Organisation: Emília de Rodat F. Moreira  
 Dessin: Maria de Fátima do Nascimento  
 Source: Centro Agropecuária da Paraíba-1970

Apud: RODAT, Emília. Op. cit, p. 117

ção de alguns de seus produtos tradicionais, como a agave e o algodão<sup>138</sup>.

Esta dinâmica da pecuária paraibana é comprovada pela Tabela 12, onde se percebe que em algumas microrregiões do Estado, as áreas destinadas às pastagens cultivadas merecem destaque.

---

<sup>138</sup> Alguns autores, ao analisarem o fenômeno da expansão pecuária, não a justificam como decorrência do declínio de outras atividades, como a agave e o algodão. Mário Lacerda de Melo, por exemplo, explica: "Quanto às relações existentes, de um modo específico, entre o declínio da cotonicultura e o expansionismo pecuário, parece certo, por um lado, que a debilidade da cultura algodoeira facilitou o avanço do criatório, representando este, em certa medida, uma atividade de substituição. Mas, por outro lado, não parece menos certo que a própria força de expansão da atividade pastoril venha constituindo um dos principais fatores, talvez o principal, da decadência algodoeira. Isso não apenas como resultado de uma simples disputa de fatores de produção, mas sobretudo como condicionamento de uma organização agrária em função da qual a maior parte ou quase toda a cultura algodoeira se realiza em terras das fazendas de criar e pelo trabalho de produtores sem terra. Acresce que, tendo um ciclo vegetativo mais longo, tornara-se o algodão um concorrente maior em termos de período de uso de espaços produtivos". Os Agrestes, op. cit., p.214



TABELA 12  
 Áreas de lavoura e pastagem, segundo as microrregiões -1980  
 ESTADO DA PARAÍBA

MICRORREGIÕES	Áreas destinadas à lavoura (ha)	Áreas de pastagens Naturais (ha)	Áreas de pastagens Cultivadas (ha)
- Catolê do Rocha	30.338	114.939	1.087
- Seridô Paraibano	67.636	84.520	1.004
- Curimataú	76.745	78.854	11.461
- Sertão de Cajazeiras	255.710	95.817	10.248
- Depressão do Alto Piranhas	360.211	418.028	7.749
- Cariris Velhos	226.085	517.328	22.364
- Serra do Teixeira	125.654	31.492	9.097
- Piemonte da Borborema	71.764	78.060	47.446
- Agreste da Borborema	115.467	110.178	19.528
- Brejo Paraibano	57.460	18.189	13.157
- Agro-Pastoril do Baixo Paraíba	52.971	47.718	24.480
- Litoral Paraibano	124.576	40.302	16.019
	<i>1 214 000</i>	<i>1 778 000</i>	<i>182 000</i>

FONTE: FIBGE - Centro Agropecuário da Paraíba, 1980

Esta intensificação da pecuária - processo que se vem efetuando por meio da "latifundização" e "desruralização", por fazendeiros que têm livre acesso aos bancos e às feiras de exposição de animais - acentuou o crescimento em números absolutos e em percentual do efetivo bovino nas microrregiões paraibanas, como se observa nas Tabelas 13 e 14.



TABELA 13  
 Distribuição do efetivo bovino segundo as microrregiões  
 1970-1980  
 ESTADO DA PARAÍBA

MICRORREGIÕES	1970	Efetivo Bovino 1980	Crescimento Nº Absoluto	%
ESTADO	865.948	1.296.031	430.133	49,67
- Catolê do Rocha	50.723	72.867	22.104	43,65
- Seridô Paraibano	23.352	27.657	4.305	18,45
- Curimataú	35.790	57.504	21.714	60,67
- Sertão de Cajazeiras	83.816*	139.180	55.364	66,05
- Depressão do Alto Piranhas	189.418*	276.612	87.194	46,03
- Cariris Velhos	162.069*	209.734	47.665	29,41
- Serra do Teixeira	20.230	49.054	28.824	142,48
- Piemonte da Borborema	100.954*	146.083	45.129	44,70
- Agreste Paraibano	88.268*	116.756	28.490	32,28
- Brejo Paraibano	22.462	49.608	27.146	120,85
- Agropastoril do Baixo Paraíba	52.259	87.915	35.656	61,22
- Litoral Paraibano	36.607	63.109	26.502	72,39

FONTE: Censos Agropecuários da Paraíba, 1970-1980

\* Microrregiões de Intensificação Bovina

TABELA 14  
Crescimento do efetivo bovino  
1970-1980  
BREJO PARAIBANO

MUNICÍPIOS	1970	EFETIVO BOVINO	
		1980	Crescimento Nº Absoluto      %
- Alagoa Nova	3.209	5.749	2.540      79,15
- Arara	855	2.658	1.803      210,37
- Areia*	4.948	11.212	6.264      129,18
- Bananeiras	7.759	17.726	9.967      128,45
- Borborema	830	759	71      8,55
- Pilões	507	1.225	718      141,61
- Pirpirituba	1.870	3.939	2.069      110,64
- São Sebastião de Lagoa de Roça	961	2.778	1.817      189,07
- Serraria	1.523	3.562	2.039      133,09
TOTAL	22.462	49.608	27.146      120,85

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 1970-1980

\*Município da Pesquisa

Pelas Tabelas anteriores, o Brejo Paraibano se enquadra como microrregião de forte densidade pecuária com um destaque aqui para o município de Areia, área tradicionalmente agrícola, onde esta densidade atingiu a percentagem de 129,18% na década de 1970 - Cartograma 11.

A expansão da pecuária no Brejo Paraibano, em particular Areia, vai apresentar uma série de ambigüidades quanto à destinação de sua produção e às formas de sua exploração, devido às flutuações conjunturais que atingem sucessivamente diversos setores da economia brasileira, e às crises profundas que a mesma vem sofrendo, concorrendo para que haja sempre um caráter especulativo de alguns produtos em ascensão, com vistas à obtenção de lucros a prazos curtos.

São estas flutuações conjunturais, portanto, que vão decidir os rumos do mercado pecuário. Se, por exemplo, a conjuntura comercial e financeira for favorável à pecuária de corte, a produção da carne é estimulada a cada passo, trazendo uma grande rentabilidade aos criadores.

Isto acarreta o deslocamento de modestos agricultores e arrendatários, que são obrigados a entregar a terra na qual trabalham, aos seus proprietários, que a exigem, movidos por interesses comerciais de aproveitarem todas as partes de suas glebas para a engorda do gado voltado para o corte.

Quanto a isto, afirma Caio Prato Júnior: "No caso vertente da progressão das pastagens à custa da agricultura, não é admissível que os proventos imediatos de um negócio que não exige nem grande esforço, nem investimentos apreciáveis como é o caso entre nós da criação e sobretudo engorda extensiva do gado de corte, desloque a agricultura de algumas de nossas melhores terras, para colocar em seu lugar uma atividade de expressão econômica mínima, e que, mais grave ainda, prive grandes contingentes da popula





Apud: RODAT, Emília, op. cit, p. 129

Organizado por: Cleanda P. Bezerra

ção trabalhadora rural de ocupação regular e segura. Tanto mais que uma produção igual de carne se poderia em regra obter em áreas muito menores que as atualmente ocupadas pela pecuária de corte"<sup>139</sup>. Já quanto ao leite, mesmo sabendo-se que o Brasil possui um dos maiores rebanhos do mundo, a produção não consegue satisfazer às necessidades da demanda interna obrigando, periodicamente, a se importar o produto, ora em forma de leite em pó, ora em forma de creme, adquirido das multinacionais<sup>140</sup>.

De fato, ao analisar a produção de leite no Brasil, Bernardo Sorj diz que "o preço do leite não chega a cobrir - no caso dos pequenos produtores - a reprodução da mão-de-obra ..." porque "a produção de leite é geralmente um sobreproduto da criação de gado de corte, e a maioria dos seus produtores também se dedica ao cultivo de outras lavouras"<sup>141</sup>.

No tocante, ainda, à produção de leite, apesar do Nordeste, em relação ao país, ter uma participação relativamente pequena (13,8%), face à população e ao efetivo bovino regional (aproximadamente 28% e 17%, respectivamente), a produção leiteira no Nordeste evoluiu entre 1960/1976, aumentando a sua participação em relação à produção nacional - Tabela 15.

---

<sup>139</sup> *A Questão Agrária*, p.110

<sup>140</sup> *Em alguns Estados da Federação, as multinacionais já foram denunciadas pela ADAL - Associação dos Distribuidores Autônomos de Leite - "como sendo as maiores responsáveis pelo desvio de leite para sua conversão em subprodutos". SORJ, Bernardo, op. cit., p.61. Estas multinacionais se lançam, sempre, em busca de novos campos de investimentos. Um bom exemplo é a Nestlé do Brasil, que controla cerca de 30 produtos que vão da alimentação infantil à adulta*

<sup>141</sup> *Id., ibidem*, p.57



TABELA 15

Evolução da produção de leite no Nordeste e no Brasil  
1960-1976 (em milhões de litros)

Anos	NORDESTE Produção Absoluta A	BRASIL Produção Absoluta B	Participação (A/B) %
1960	538,4	4.899,8	11,0
1970	809,6	7.125,2	11,4
1975	1.078,2	7.947,3	13,5
1976	1.141,7	8.256,9	13,8

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1960-1970-1978

A Paraíba apresentou, também no período 1960/1976, um significativo índice de crescimento da produção leiteira, tendo sido ultrapassado apenas pelos Estados do Maranhão e Ceará, como se observa na Tabela 16.

TABELA 16

Evolução da produção de leite no Brasil e no Nordeste  
segundo os Estados - 1960/1976 (em mil litros) 1960 = 100

ANO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NE	BR
1960	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1970	257	170	178	166	153	131	159	158	138	150	145
1975	305	210	221	153	216	174	147	190	174	183	157
1976	313	210	223	162	219	180	155	193	183	189	161

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico 1960/1976

Paraíba: 1970 = 153; 1976 = 219



Este percentual de crescimento da produção de leite na Paraíba, liga-se ao processo de retração de seus produtos tradicionais e ao ritmo de crescimento demográfico de João Pessoa e Campina Grande, cidades que tiveram seus mercados de leite ampliados após a década de 1970, quando nelas se instalaram duas indústrias<sup>142</sup> de pasteurização de leite, condicionadas pelos incentivos fiscais da SUDENE e pelas facilidades de crédito.

No Brejo de Areia, os grandes proprietários, não fugindo à regra geral, seguiram os mesmos padrões da política conjuntural. Ao adotarem a pecuária como negócio rentável, procuraram melhorar o processo produtivo, em primeira instância melhorando a carne de corte através da qualificação alimentar dos animais, plantando palmas forrageiras e capim ou substituindo as pastagens naturais por pastos plantados.

Em segunda instância, alguns fazendeiros, crédulos nos benefícios divulgados pela indústria recém-instalada em Campina Grande - A ILCASA - e que já haviam discutido todas as possibilidades de se "criar boi no brejo", reformularam também a produção leiteira, comprando gado de raça, tipo holandês, guzerã, gir, nelore, indu, normando schwitz ou flamengo, para atenderem a uma demanda tida como certa, representada por aquela indústria de pasteurização.

Passo a passo, as microrregiões paraibanas foram se engajando na produção leiteira, chegando a contribuir para que o Estado passasse do 4º lugar, em 1960, para o 2º lugar, em 1975, no Nordeste. O aumento desta produtividade foi, sem dúvida, devido às condições genéticas do rebanho e ao seu manejo de forma mais especializada - Tabelas 17 e 18.

---

<sup>142</sup>As indústrias de pasteurização instaladas na Paraíba, na década de setenta, foram, respectivamente, a SALP (Sociedade Anônima de Leite Pasteurizado) em João Pessoa, e a ILCASA (Indústria de Laticínios de Campina Grande S.A)

TABELA 17

Produção e variação percentual da produção de leite,  
segundo as microrregiões, 1970/1975

ESTADO DA PARAÍBA

MICORREGIÕES E ESTADO	Produção de Leite		Variação absoluta 1970/75	Percentual 1970/75
	1970	1975		
- Piemonte da Borborema*	7.178	9.363	2.185	30,44
- Cariris Velhos*	19.406	24.936	5.533	28,51
- Agreste da Borborema*	10.673	13.580	2.907	27,24
- Brejo Paraibano*	1.852	2.886	1.034	56,83
- Catolê do Rocha	5.804	8.055	2.251	38,78
- Seridô Paraibano	1.934	2.566	632	32,69
- Curimataú	1.991	2.978	987	49,57
- Litoral Paraibano	3.177	3.819	642	20,21
- Sertão de Cajazeiras	8.471	11.499	3.028	35,75
- Depressão do Alto Piranhas	20.839	29.418	8.579	41,17
- Agro-Past. do Brejo da Paraíba	2.463	3.133	670	27,20
- Serra de Teixeira	2.186	4.084	1.862	85,18
- Estado	85.974	116.284	30.310	35,25

FONTE: FIBGE - Centro Agropecuário da Paraíba, 1970

FIBGE - Produção da Pecuária Municipal, Região

\*Microrregiões que constituem parcialmente a área da Bacia Leiteira de Campina Grande

TABELA 18

Produção por unidade bovina, segundo os Estados - 1960-1975  
REGIÃO NORDESTE

ESTADOS	Bovinos (a) (mil cabeças)		Produção de Leite (b) (mil litros)		Produção por Bovino (c) = b/a		
	1960	1970	1960	1975	1960	1970	1975
- Maranhão	1.380	1.782	9.952	37.994	7,2	17,5	21,3
- Piauí	1.136	1.379	13.033	30.982	11,5	18,5	22,5
- Ceará	1.354	1.984	63.147	160.421	46,6	65,8	80,9
- Rio G. do Norte	487	753	43.487	66.801	89,3	120,0	38,7
- Paraíba*	776	1.117	46.745	176.284	61,0	82,8	104,1
- Pernambuco	930	1.511	85.869	161.388	92,3	95,2	106,8
- Alagoas	412	633	36.373	50.784	88,3	120,3	80,2
- Sergipe	495	789	26.162	54.411	52,8	67,2	69,0
- Bahia	4.595	8.284	213.584	399.163	46,5	52,3	48,2
- Nordeste	11.555	18.232	533.352	1.078.228	46,6	59,0	59,1
- Brasil	56.041	100.833	4.899.816	7.947.378	87,4	91,0	78,8

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário, 1960-1970

FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1978

\*1960 = 46.645 litros de leite: 4º lugar

1975 = 176.284 litros de leite: 2º lugar



A instalação da ILCASA<sup>143</sup> em Campina Grande, veio germinar outra ambigüidade em relação à integração pecuária leiteira/indústria, porque implicou no aumento dos custos com a produção - de um lado, com a compra de insumos modernos e, de outro, retirando do produtor direto a possibilidade de comercializar "seu produto" com uma margem maior de lucro - e no desestímulo conseqüente ante aquela destinação mercantil.

No âmbito da regionalização, esta ambigüidade veio por em confronto os interesses da indústria transformadora do leite e os ligados ao consumo do leite "in natura"; são conflitos de mercado, porque ambos apresentam certos índices de crescimento que geram crises permanentes de abastecimento, o que determina preços altos ou escassez do produto<sup>144</sup>.

Uma séria crise na Paraíba, quanto ao abastecimento de leite, registra-se entre 1970-1975, ocorrendo uma involução da produtividade das vacas ordenhadas, principalmente nas microrregiões que compunham a bacia leiteira de Campina Grande, com exceção do Agro-Pastoril do Baixo Paraíba e do Brejo - neste última microrregião, as condições climáticas permitiram a existência de pastos verdes durante aqueles anos, que proporcionaram um desenvolvimento do gado leiteiro baseado no uso de insumos e rações - Tabela 19.

<sup>143</sup> Alguns fazendeiros entrevistados informaram que a SUDENE, quando ocorreu a instalação da ILCASA - Indústria de Laticínios de Campina Grande S.A - promoveu uma campanha entre os criadores de gado leiteiro na microrregião do Brejo, oferecendo-lhes cursos que visavam prepará-los sobre o abastecimento para aquela indústria

<sup>144</sup> Para minorar este sério problema, que ocorre em todo o Brasil, entre crescimento e escassez da produção leiteira, a versão apresentada por Bernardo Sorg é "a expansão para novas áreas, especialmente no Nordeste e Amazônia, onde existem grandes rebanhos cuja produção leiteira é praticamente desperdiçada comercialmente e, portanto, poder-se-ia obter uma oferta de leite a preços reduzidos!" Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, p.61

TABELA 19

Microrregiões que compõem a bacia leiteira de Campina Grande - 1970-1975

## ESTADO DA PARAÍBA

ESTADO E MICRORREGIÕES	Crescimento do efetivo bovino (%)	Crescimento rela tivo de nº de vā cas ordenhadas (%)	Crescimento rela tivo da produçāo de leite (%)	Diferença da pro dução de leite por vaca ordenha da de 70/75 (litro)
- Paraíba	35,98	36,66	35,25	- 5,6
- Piemonte da Borbo rema	33,84	34,62	30,44	- 14,5
- Agreste da Borbo rema	31,87	28,37	27,24	- 5,1
- Brejo Paraibano	48,18	51,22	55,83	+ 14,1
- Agro Past. do Bai xo Paraíba	18,85	25,06	27,20	+ 8,2
- Cariris Velhos	29,95	30,23	28,51	- 8,0

FONTE: FIBGE: Censo Agropecuário da Paraíba, 1970

FIBGE: Produção da Pecuária Municipal, Região Nordeste, 1975

Além de tudo, há de se considerar que o preço do leite foi tabelado pelo governo e, não sendo subsidiado a nível do produtor, os preços mais altos da carne tornaram a criação de corte uma alternativa, naquele período, mais lucrativa, em detrimento da atividade leiteira, que requeria o uso mais intensivo de mão-de-obra.

Como o plantel bovino do Brejo de Areia se destina, fundamentalmente, à produção de leite ordenhado de gado de grande porte - Areia se situa nas proximidades de Campina Grande e compõe parte de sua bacia leiteira<sup>145</sup> - vale salientar que uma parcela da produção deste leite<sup>146</sup> destina-se ao consumo interno ou à industrialização local, sob a forma de artesanato doméstico ou, ainda, de fabriquetas de queijo de manteiga, sendo esta última uma forma de aproveitamento de parte do produto não absorvido pela demanda de leite "in natura".

O consumo do leite "in natura" prevalece sobre o leite pasteurizado porque alguns pecuaristas não fornecem sua produção diretamente à indústria onde o leite é tabelado. Preferem enviá-la, direta ou indiretamente, ao mercado consumidor local, através de um intermediário do comércio leiteiro, adquirindo, mesmo assim, maior margem de lucros - Tabela 20.

<sup>145</sup> A Bacia Leiteira de Campina Grande é formada pelas microrregiões do Brejo Paraibano, Agreste da Borborema, Cariris Velhos, Piemonte da Borborema e Agro-Pastoril do Baixo Paraíba, salientando-se os municípios de Campina Grande, Queimadas, Boqueirão, Fagundes, Aroeiras, Ingá, Gurinhém, Guarabira e Alagoa Grande, como principais produtores e fornecedores de leite. Apreciar a Tabela 19

<sup>146</sup> A produção de leite - quantidade adquirida na ordenha - no Brejo de Areia, varia muito de uma propriedade para outra. Na Fazenda Saburá, por exemplo, a média retirada é de 300 litros diários, que são vendidos à indústria de pasteurização de Campina Grande. Mas, como o leite é retirado duas vezes ao dia, uma parcela é comercializada "in natura" no perímetro urbano areiense.



TABELA 20  
Fazenda Saburã  
Brejo de Areia - PB - Produção de Leite  
1988

Município	Total de bovinos	Número de vacas ordenhadas	Produção diária de leite (litro)	Vacas ordenhadas sobre o total de bovinos (%)	Produção diária de leite por unidade de bovino	Produção diária de leite por unidade de vaca ordenhada	
						Das vacas mais produtivas	Produtividade média
Areia	500	70	300	14,00	0,14	10	4,29

FONTE: Depoimento do proprietário da Fazenda Saburã

Constata-se, ainda, no mercado do leite "in natura", uma especificidade. É que ele, diferentemente do leite pasteurizado, pode ser adquirido em quantidade inferior a um litro, tornando-se um produto mais acessível aos consumidores de baixa renda, mesmo que este leite seja vendido a preço mais elevado que o preço do leite pasteurizado, que, por sua vez, é adquirido de forma esporádica nas mercearias e mercados locais.

É bom ressaltar que há nítidas diferenciações no mercado areense, quanto ao consumo não só do leite mas, também, da carne. Entre a população de poder aquisitivo mais elevado, o consumo desses produtos é considerado alto; quanto à população aquém dos limites necessários para a aquisição dos meios básicos de sobrevivência, registra-se um ínfimo índice de consumo de carne e leite.

Outro fator que chama a atenção no mercado pecuário areense, diz respeito às formas de exploração da atividade bovina: quando a criação é realizada por médios ou grandes proprietários, com um número igual ou superior a 400 cabeças, cerca de 80% da área da fazenda é destinada ao plantio do capim - pangola, buffel ou branquiara - para alimentação do gado, em especial o leiteiro, face ao mercado do produto.

Quando a criação é realizada por pequenos proprietários, a produção quase sempre é voltada para saldar débitos contraídos nas agências bancárias - "é o garrote de engorda, criado para garantir o pagamento da prestação ou os juros do banco"<sup>147</sup>

---

<sup>147</sup> Agreste, Agrestes, *op. cit*, p. 171

Observa-se, por outro lado, pequenos proprietários que não têm recursos para comprar gado, adotarem um método de criação interessante, denominado "criação de meia".

Consiste este método no seguinte: os pequenos proprietários criam, em sua terra, gado de pessoas que têm fácil acesso ao crédito bancário - profissionais liberais, comerciantes, pequenos industriais - mas não dispõem de pastos para o período de engorda de seus animais. Quando o garrote adquire um bom peso, é vendido ao marchante para o corte e o lucro obtido é dividido "meio-a-meio" entre o dono da terra e o dono do animal.

Segundo Teresa Sales, o gado criado assim, em pequena escala, garante "um nível mínimo de capitalização indispensável às transações comerciais do pequeno produtor, numa região em que a economia básica gira em torno da pecuária"<sup>148</sup>.

Há, em todo o Brejo Paraibano, em particular em Areia, fazendas de criação com dupla finalidade, ou seja, "criam" gado para corte e leite (misto), mas destinam ao açougue animais machos em idade de corte ou fêmeas fora da idade de produzirem leite - Tabela 21.

As Fazendas Reunidas Guaribas e Pirauã desenvolvem a criação em função da venda de garrotes (de dois a três anos) ao mercado consumidor. Segundo o proprietário, uma parte do leite ordenhado em suas terras destina-se ao consumo interno, ou seja, processa-se uma distribuição entre os seus moradores, numa média de dois litros por família. Outra parte, tirando o correspondente ao consumo de sua família, é vendido "in natura" ao mercado de Areia - Tabela 22.

---

<sup>148</sup> *Id. ibid*, p.171



TABELA 21

Algumas microrregiões do Estado da Paraíba

Finalidade dos bovinos

1970 - 1975

ESTADO E MICRORREGIÕES	Finalidade do Rebanho			Porcentagem do Rebanho Leiteiro			
	Corte	Leite	Misto	De corte mais o rebanho de leite		De corte, leite e misto	
				1970	1975	1970	1975
PARAÍBA	511.132	423.002	213.726	58,00	45,28	58,00	36,85
- Piemonte da Borborema	87.113	25.245	20.012	34,31	22,47	23,79	19,07
- Cariris Velhos	74.519	35.872	43.349	77,17	53,54	71,66	47,77
- Agreste da Borborema*	47.758	46.350	20.704	65,19	49,25	55,94	40,37
- Brejo Paraibano	19.495	8.590	4.622	49,13	30,59	40,15	26,26
- Agro-Pastoril do B. Paraíba	43.298	9.717	9.359	25,93	18,33	22,33	15,58

FONTE: Censo Agropecuário da Paraíba, 1970-1975

\*Microrregião da Pesquisa

TABELA 22  
EFETIVO BOVINO  
Fazendas Reunidas Guaribas e Pirauã  
Município de Areia, PB  
1983-1987

ESPECIFICAÇÃO	Efetivo Bovino			
	1983	1987	Crescimento	
			Nº Absoluto	%
- Touros	04	04	0	-
- Vacas	58	77	19	32,7
- Bezerros (até 1 ano)				
. Machos	18	25	07	38,9
. Fêmeas	19	26	07	36,8
- Garrotes (de 1 a 2 anos)				
. Machos	12	21	09	75,0
. Fêmeas	12	22	10	83,3
- Novilhos (de 2 a 3 anos)				
. Machos	-	-	-	-
. Fêmeas	29	19	10	34,5
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>	<b>194</b>	<b>42</b>	<b>27,6</b>

FONTES: Proprietário das Fazendas Guaribas e Pirauã, 1988

Estas fazendas de criação são "modernizadas"<sup>149</sup> por cercas, estabulos, máquinas forrageiras, tratores, máquinas trituradoras/debulhadoras e animais reprodutores<sup>150</sup>. Nelas, os proprietários dividem o espaço - uma parte para o cultivo da cana-de-açúcar, voltado ora para a produção da rapadura, ora para fornecê-la à Usina Santa Maria - e, noutra parte, exploram a pecuária de corte ou leite.

E, ainda, há propriedades brejeiras com um descenso em suas estimativas agrícolas, em decorrência do primitivismo dos processos produtivos, da falta de assistência técnica ou creditícia, das distorções com a comercialização, da instabilidade de preços. São terras cultivadas por pequenos agricultores, dependentes, sobremaneira, dos grandes proprietários, que reservam suas melhores terras para o criatório.

As terras reservadas ao criatório bovino geraram amplas interpretações por parte de alguns autores. Mário Lacerda de Melo, por exemplo, diz que a "destinação de áreas para pastagem tem caráter irreversível, não voltando normalmente a ser cultivada com lavoura ..."<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup> Estas fazendas que adotaram uma nova tecnologia, praticam o criatório em terras de alto valor. Algumas delas enviaram projetos ao PROTERRA, para a construção de açudes, barragens, cercas e silos. Outras, com a mesma finalidade, fizeram empréstimos através do Banco do Brasil ou do Banco do Nordeste

<sup>150</sup> Celso Mariz diz que "Os primeiros reprodutores indianos chegaram à Paraíba cerca de 1908, importados pelos criadores José Lins, do Engenho Corredor, e João Ribeiro Coutinho, da Fazenda Chaves, ambos do município de Pilar". *Evolução Econômica da Paraíba*, p.104-105

<sup>151</sup> *Os Agrestes*, op. cit, p.220



Para os proprietários do Brejo, segundo os depoimentos colhidos, este caráter irreversível não existe. Dizem eles que, até os inícios da década de 1980, o criatório ali era feito da seguinte maneira: um ano se plantava e no outro se soltava o gado no pasto anteriormente cultivado. Não havia prejuízo porque as áreas ocupadas com capim eram apoiadas nas lavouras, uma vez que os agricultores compensavam os proprietários, deixando na terra um plantio de pasto.

Mas os depoimentos se contradizem com os fatos, pois após os primeiros anos de 1980, este processo foi alterado e tornou-se antieconômico, devido aos altos custos com a mão-de-obra para erradicar o capim dos pastos em expansão.

Atualmente, a evolução da atividade criatória no Brejo acentua o desequilíbrio a favor da pecuária, em detrimento da lavoura, como também acentua a emigração, levando agricultores sem terras à proletarização.

3. A MATERIALIDADE DA PECUARIZAÇÃO:  
A UNIDADE PRODUTIVA AREIENSE

### 3. A MATERIALIDADE DA PECUARIZAÇÃO: A UNIDADE PRODUTIVA AREIENSE

#### 3.1. A estrutura fundiária: reconcentração e monopólio

A estrutura fundiária areiense apresenta uma distribuição de terras extremamente irregular, tanto no que se refere aos possuidores das mesmas, quanto aos que nelas exercem suas atividades ou delas dependem para sua manutenção.

Um retrato mais preciso desta estrutura fundiária mostra a estratégia da reprodução do espaço - nela se mesclam grandes e pequenas propriedades que disputam, entre si, determinadas áreas para a expansão de suas atividades.

É preciso ressaltar que as disputas ali travadas têm sido irremediavelmente vencidas pelos grandes proprietários, que tendem a aumentar cada vez mais a concentração da propriedade fundiária<sup>152</sup>, engolindo, sempre que possível, as pequenas propriedades "no que se convencionou chamar, à seme-

---

<sup>152</sup> *Todo o texto se refere à propriedade fundiária capitalista - pura criação do modo de produção capitalista - que encontra suas raízes na expropriação das terras camponesas que, segundo Marx, permitiu o processo de "acumulação primitiva" de capital e lançou às cidades massas humanas desprovidas de terras, tornando possível o desenvolvimento das manufaturas da indústria e, conseqüentemente, o Modo de Produção Capitalista. Ver Marx, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo, Ciências Humanas, 1982, p.77-121 ou o Capítulo XXIV: A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: Marx, Karl. O Capital. Vol. I Tomo 2, op. cit, p.261-274*



lhança do fenômeno biológico onde as grandes bactérias engolem e digerem as pequenas a sua volta, "processo de fagocitose"<sup>153</sup>.

Levando em conta este processo de grandes propriedades engolindo as pequenas, verifica-se no Brejo de Areia um alto grau de concentração e valorização de terras - esta dupla função varia de acordo com o tipo de exploração a que estão submetidas - destinadas ora à pecuária, ora às atividades agrícolas (cana-de-açúcar) ou, ainda, como reservas de valor fáceis ao acesso do crédito rural. Através do Cartograma nº 12 observa-se um alto índice de concentração da propriedade fundiária no Município de Areia, numa escala de 0 a 1 (índice de GINI), ou seja, numa escala igual ou superior a 0,8<sup>154</sup> - Cartograma nº 13.

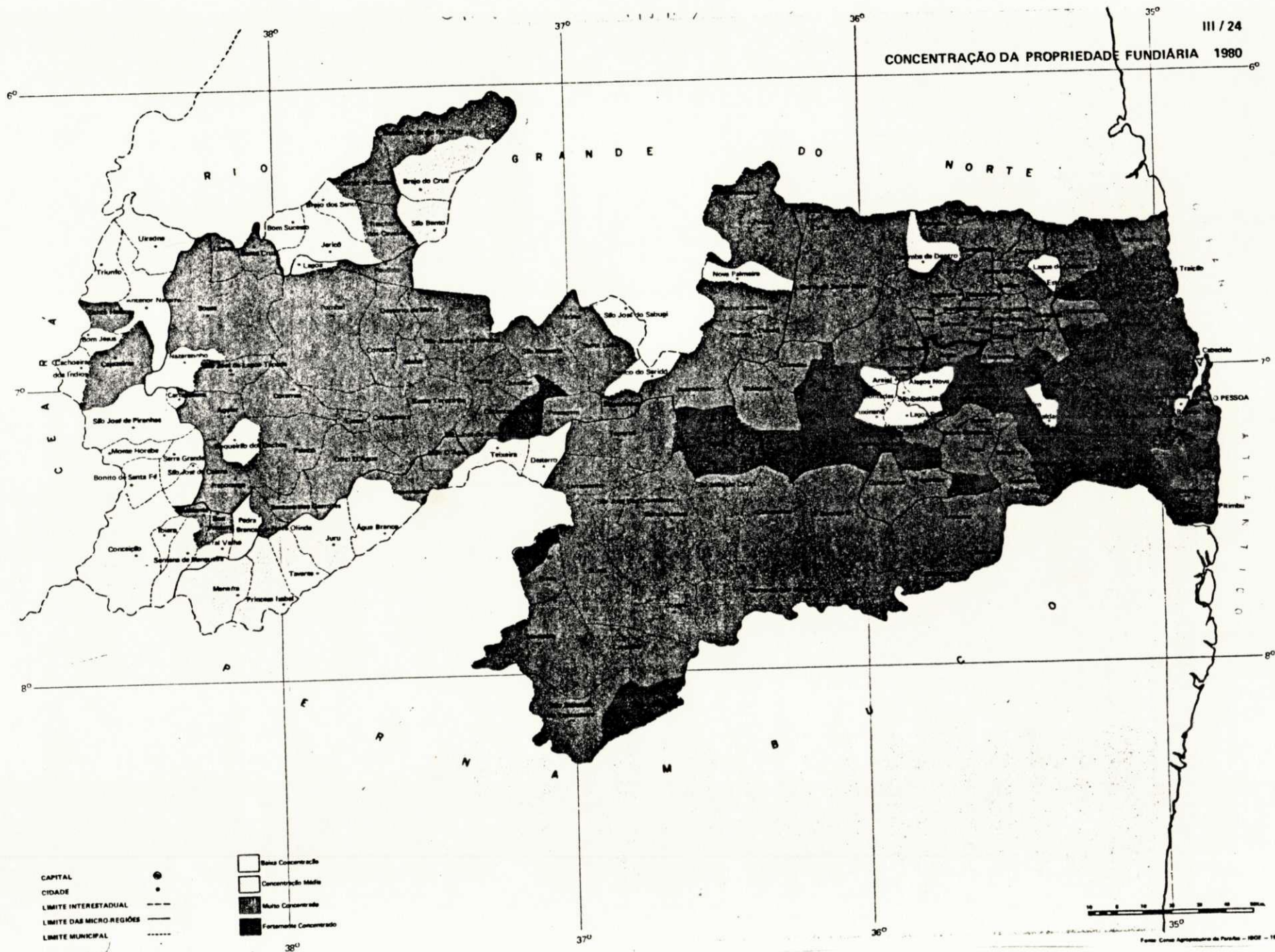
Ressalta-se, porém, que o "processo de fagocitose" em Areia não foi de imediato, isto é, os pequenos proprietários de terra não foram expropriados, logo de início, com a penetração do capitalismo no campo. Foram expropriados, sim, indiretamente, mediante a crescente concentração de terras<sup>155</sup> nas mãos de poucos proprietários.

Observou-se, também, que a dinâmica de recriação/destruição de pequenas propriedades na década de setenta, variou com as crises ou superações da economia local, entrelaçada sempre à economia regional ou nacional,

<sup>153</sup> *O Que é Questão Agrária, op. cit. p.31*

<sup>154</sup> "O índice de GINI é uma medida de concentração que varia de zero (concentração nula) até um (concentração absoluta). Quanto mais alto o valor do índice de GINI, maior o grau de concentração de uma distribuição qualquer". *A Modernização Dolorosa, op. cit. p.50*

<sup>155</sup> Esta concentração crescente de terras passa por um mecanismo muito usado na microrregião do Brejo: consiste em expropriar os pequenos produtores, comprando suas terras por uma quantia irrisória, para em seguida retificá-las em juízo, multiplicando-as e, posteriormente, revendê-las por preços bem altos.



III / 24  
 CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA 1980

CARTOGRAMA Nº 12

CAPITAL ●  
 CIDADE ●  
 LIMITE INTERESTADUAL - - - -  
 LIMITE DAS MICRO REGIÕES - - - -  
 LIMITE MUNICIPAL - - - -  
 Baixa Concentração □  
 Concentração Média □  
 Muito Concentrada □  
 Fazendas Concentradas ■



87 99

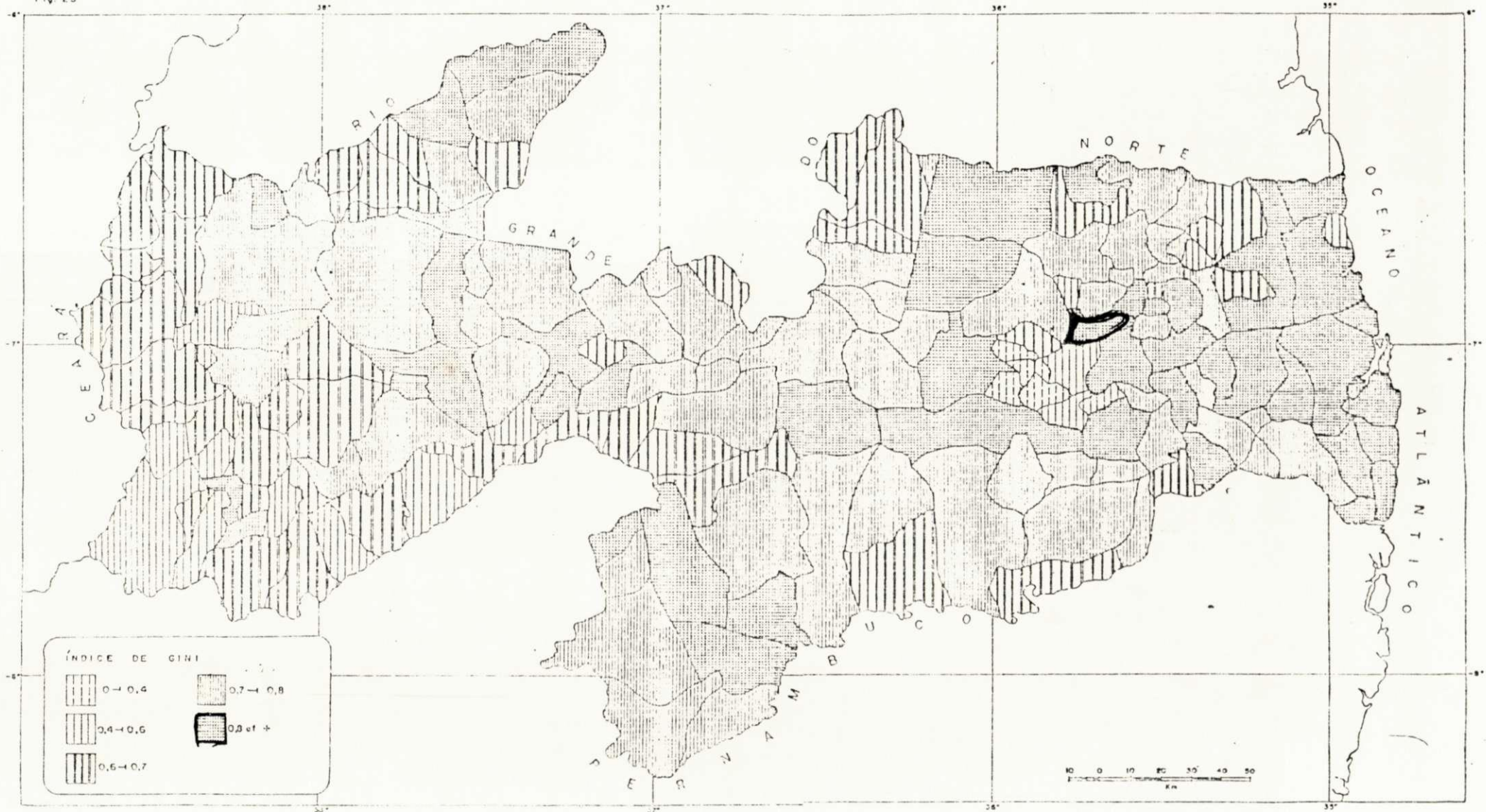
Organizado por: Celeda Bezerra de Vasconcelos

Apud: RODAT, Emília de. Op. cit.



ETAT DE LA PARAIBA  
 CONCENTRATION DE LA STRUCTURE FONCIERE  
 1970

Fig. 23



SOURCE: CENSO AGROPECUARIO DA PARAIBA - 1970

ORGANISATION: EMÍLIA DE RODAT FERREIROS MOREIRA  
 CARTOGRAPHIE: JOSÉ RENATO DOS SANTOS LIMA

Apud: RODAT, Emília de. Op. cit, p. 142



José Graziano da Silva analisa esta dinâmica da seguinte maneira: "na fase de subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas ... e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas se expandem ... Mas essa expansão é sempre limitada em termos absolutos e quase nunca significa também um crescimento relativo, pois em termos mais gerais ... a grande propriedade ... cresceu sempre a taxas superiores às das pequenas ..."<sup>156</sup>.

Em outras palavras, as grandes propriedades em Areia passaram por uma retração em períodos desfavoráveis<sup>157</sup> à sua expansão pecuária ou canavieira, reduzindo gastos e repassando a responsabilidade da exploração de parte delas, para possíveis arrendamentos. Nos períodos favoráveis, as grandes propriedades prosperam, principalmente porque ocupam terras mais favoráveis e bem localizadas comercialmente.

Não é nada fácil fazer uma análise detalhada da estrutura fundiária areiense, porque não se pode estabelecer "tamanhos"<sup>158</sup> para grandes ou pequenas propriedades. A questão é complexa, uma vez que não há exatidão em termos de hectares para se saber onde começa ou termina uma propriedade, sob pena de obscurecer a qualidade do solo, o capital utilizado, a exploração executada, a comercialização, a mão-de-obra etc.

---

<sup>156</sup> *A Modernização Dolorosa, op. cit, p.54-55*

<sup>157</sup> *As pesquisas de campo mostraram que estes períodos desfavoráveis não se referem só às crises econômicas. Podem derivar de secas prolongadas que atingem tanto as pastagens quanto as lavouras; de inundações periódicas que alagam os terrenos; das quedas bruscas dos produtos derivados, entre outros.*

<sup>158</sup> *"O tamanho de uma propriedade rural, por si só, não define a natureza da exploração, não é o determinante de seu possível caráter capitalista. Nesse sentido, a existência (ou não) de trabalho assalariado terá caráter definitório de mais peso". A Modernização Dolorosa, op. cit, p. 94*

Assim, para se obter uma avaliação da estrutura fundiária areiense, recorre-se ao próprio Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30.11.64), que classificou os imóveis rurais<sup>159</sup> em quatro categorias distintas: minifúndios, latifúndios por exploração, latifúndios por dimensão e empresas rurais.

O Estatuto da Terra, por sua vez, partiu para fazer esta classificação da definição de "módulo rural", imóvel direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, capaz de lhe prover a subsistência e o "progresso rural e econômico"; seria a propriedade familiar com desempenho superior às necessidades de subsistência"<sup>160</sup>.

Considera-se, partindo do módulo, como minifúndio, o imóvel rural com área inferior a um módulo da região (em Areia, o módulo rural foi fixado em 25 ha); latifúndio por dimensão, o imóvel rural com área superior ao módulo e inferior a 600 módulos, mantidos inexplorados em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, ou com fins especulativos ou, ainda, inadequadamente explorados.

Já a empresa rural "seria o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explora, econômica e racionalmente, o imóvel rural, dentro de condições econômicas, e que tenha 600 vezes a área do módulo"<sup>161</sup>.

---

<sup>159</sup> José Graziano da Silva chama a atenção sobre os dados coletados pelos Cadastros e Censos Rurais, em relação aos imóveis ou estabelecimentos. Diz ele: "uma propriedade totalmente inexplorada é contada como imóvel, mas não o é como estabelecimento; as áreas de parceria autônoma e de arrendamento são consideradas estabelecimentos diferentes pelo Censo, mas poderão ser contadas como parte de um só imóvel pelo Cadastro, se pertencerem a um mesmo proprietário". *Idem, op. cit, p.92*

<sup>160</sup> FIGUEIREDO, Vilma de. In: Reflexões sobre Agricultura Brasileira, *op. cit, p.78*

<sup>161</sup> *Id., ibid, op. cit, p.78*



Dentro destas definições inadequadas e sabendo-se de antemão que a propriedade da terra em Areia é bastante concentrada, o que confere aos seus proprietários poder e prestígio<sup>162</sup>, chega-se à análise propriamente dita de sua estrutura fundiária, que é marcada pela coexistência de pequenas, médias e grandes propriedades, sendo que estas últimas exercem muitas influências no município, porque entre outros motivos, têm sua produção comercial (açucareira e pecuária), voltada para mercados regionais e extra-regionais.

Quanto às propriedades com menos de 100 ha, que na década de quarenta ocupavam 46,98% (12,74 + 8,40 + 15,28 + 10,56) dos 15.277 ha (4143 + 2732 + 4969 + 3433) da área cadastrada, sofreram, na década de cinquenta, um considerável decréscimo decorrente da cultura agavieira que, ao exigir mais e mais terras necessária à sua expansão, estimulou a concentração fundiária e a valorização exorbitante das mesmas. Este decréscimo atingiu 19,92% (4,96 + 3,65 + 6,18 + 5,13) dos quase 10.900 ha da área do município areiense - Tabela 23.

---

<sup>162</sup> Bernardo Sorj, ao analisar a estrutura fundiária no Brasil, acentua a questão do poder dos proprietários, quando afirma: "nenhuma dessas modificações significou uma transformação básica das relações de poder de terminadas pela propriedade fundiária, mantendo-se o predomínio da grande propriedade na maioria dos Estados". Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, op. cit, p.138



TABELA 23  
Município de Areia, Paraíba  
Área dos estabelecimentos por classes de área (ha)  
1940-1950-1960-1970-1980

ANOS	1940		1950		1960		1970		1980	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
0 - 10	4143	12,74	2714	4,96	2178	6,82	3060	<u>9,73</u>	2074	<u>6,99</u>
10 - 20	2732	8,40	1998	3,65	1026	3,21	1206	3,85	968	3,26
20 - 50	4969	15,28	3382	6,18	1084	3,39	1309	4,16	1343	4,53
50 - 100	3433	10,56	2806	5,13	3023	9,46	1620	5,15	1905	6,42
100 - 200	4719	14,51	5024	9,36	4611	14,43	6282	19,98	6022	<u>20,30</u>
200 - 500	8729	26,84	15941	<u>29,14</u>	4450	<u>52,22</u>	11318	36,00	12083	<u>40,73</u>
+ de 500	3797	11,67	22250	41,58	5583	17,47	6643	21,13	5274	<u>17,77</u>
TOTAL	32522	100,00	54715	100,00	31955	100,00	31433	100,00	29669	100,00

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos e Econômicos. Recenseamento geral do Brasil, 1940. Censos Econômicos da Paraíba, 1950. Censo Agrícola da Paraíba, 1960. Censos Agropecuários da Paraíba, 1970 - 1980

Comparando-se os dados da Tabela 23 com os dados da Tabela 24, verifica-se que a queda da cultura agavieira vai propiciar um pequeno aumento em percentual na década de 1960, de estabelecimentos com 200 e até 500 ha, que passaram de 5,14% (1950), para 5,15% (1960) do total, ocupando 45,22% em substituição aos 29,14% do total da área pesquisada.

Com referência à Tabela 24, em 1970 os dados mostram uma redução do número total dos estabelecimentos, porém uma concentração maior foi registrada nos estabelecimentos de mais de 100 ha, que passaram de 90 em 1960 (33 + 48 + 9) para 8 em 1970 (5 + 2 + 1), numa apropriação de mais de 70% da área total do município.

O mesmo ocorre na década de 1980, ou seja, há um aumento do número de propriedades com mais de 100 ha, acompanhado de concentração fundiária que chega a mais de 70% (20,30 + 40,73 + 17,77) da área cadastrada. Enquanto isso, há diminuição das pequenas propriedades (0 a 10 ha), que em 1970 ocupavam cerca de 10% da área, mas caíram para cerca de 7% da área em 1980 (Rever Tabela 23).

Os dados fornecidos pela INCRA para os anos de 1972 e 1976, mostram que em 1972 havia no Brejo Areense 735 imóveis rurais, na categoria de minifúndios; estes aumentaram para 800, em 1976, correspondendo, neste ano, a cerca de 84% das propriedades do município - Tabela 25.

A mesma Tabela 25 revela que em 1972, 139 imóveis rurais eram considerados latifúndios por exploração, ocupando 22.100 ha, ou seja, 15,55% do total dos imóveis e 72,30% da área cadastrada. Em 1976, esta mesma categoria de imóveis rurais passa para 14,66%, ocupando 22.233 ha da área cadastrada.

TABELA 24  
Município de Areia, Paraíba  
Número de estabelecimentos por classe de área (ha)  
1940-1950-1960-1970-1980

ANOS	1940		1950		1960		1970		1980	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 - 10	651	56,51	663	59,84	668	73,66	328	81,64	605	71,60
10 - 20	209	18,14	158	14,26	77	8,24	70	6,76	75	8,87
20 - 50	167	14,50	117	10,56	35	3,75	30	3,41	47	5,56
50 - 100	50	4,34	44	3,97	44	4,71	9	1,71	25	2,96
100 - 200	34	2,95	44	3,97	33	3,53	5	3,14	42	4,97
200 - 500	32	2,78	57	<u>5,14</u>	48	<u>5,15</u>	2	2,87	44	5,21
+ de 500	09	0,78	25	2,26	9	0,96	1	0,47	07	0,83
TOTAL	1.152	100,00	1.108	100,00	934	100,00	445	100,00	845	100,00

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos e Econômicos. Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Censos Econômicos da Paraíba de 1950. Censo Agrícola da Paraíba de 1960. Censos Agropecuários da Paraíba, 1970 e 1980



TABELA 25

Município de Areia, Paraíba

Microrregião do Brejo Paraibano

Distribuição dos imóveis rurais, segundo a categoria do INCRA, 1972 - 1976

CATEGORIA DOS IMÓVEIS	1 9 7 2				1 9 7 6			
	Nº	%	Área	%	Nº	%	Área	%
- Minifúndio	735	82,21	4002	13,09	800	83,16	4313	13,85
- Empresa Rural	20	2,24	4466	14,61	21	2,18	4590	14,74
- Latifúndio por Ex ploração	139	15,55	22100	72,30	141	14,66	22233	71,41
- Latifúndio por Di mensão	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	894	100,00	30568	100,00	962	100,00	31136	100,00

FONTE: Estatísticas Cadastrais do INCRA, 1972-1976

Por outro lado, registra-se certo aumento tanto em número como em área, dos imóveis considerados empresa rural que, em 1972, somavam o número de 20, mas que passaram para 21 em 1976, diminuindo, porém, em percentual, isto é, de 2,24% para 2,18%, ocupando uma área de 14,61%, passando para 14,74%, respectivamente. Em Areia, não se registra a categoria latifúndio por dimensão.

Esses dados da Tabela 25 confirmam que no município de Areia, como já se atestou anteriormente, há uma tendência muito forte à concentração fundiária ao lado de uma elevada densidade de minifúndios. Mesmo quando há fragmentação por herança, essa tendência de concentração fundiária se confirma, revelando a persistência do latifúndio.

Já a Tabela 26 demonstra o número de latifúndios por exploração e de minifúndios, face à concentração de terras ocupadas tanto pelo gado, quanto pela usina, segundo sua comparação com a área total agrícola do município.

Sendo o latifúndio por exploração caracterizado por áreas maiores que o módulo rural vigente no município (25 ha) e explorado insuficientemente, este número se explica pelo aumento gradativo da cana-de-açúcar. Mesmo assim, os latifúndios por exploração não fogem ao conceito, porque a própria produção canavieira não atende aos prognósticos de produtividade - Tabela 26.

Em relação à condição legal do produtor no Brejo de Areia, há um predomínio de propriedades que são exploradas por seus proprietários - Tabelas 27 e 28.

TABELA 26

Número de latifúndios por exploração, com dados referentes à área e percentagem sobre a área agrícola total do Município de Areia, Paraíba  
1975-1980-1988

ANO	IMÓVEL RURAL					
	Minifúndio			Latifúndio por Exploração		
	Número	Área(ha)	Ocupação (%)	Número	Área(ha)	Ocupação (%)
1975	1.180	7.590	24,1	96	21.799	69,1
1980	730	4.385	13,9	118	25.284	80,2
1988	852	4.220	13,4	127	20.338	64,5

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1975 - 1980

MIRAD - Cadastramento de Imóveis, 1988



TABELA 27

Número de estabelecimentos distribuídos pela condição do produtos  
Município de Areia - Microrregião do Brejo Paraibano  
1940-1950-1960-1970-1980

CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR	1940		1950		1960		1970		1980	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
- Proprietário	1019	70,18	965	87,09	879	94,11	983	67,10	723	85,16
- Arrendatário	119	8,20	34	3,07	15	1,61	107	7,30	45	5,30
- Parceiro	-	-	-	-	2	0,21	93	6,35	19	2,24
- Ocupante	-	-	10	0,90	1	0,11	282	19,25	62	7,30
- Administrador	314	21,62	99	8,94	37	3,96	-	-	-	-
TOTAL	1452	100,00	1108	100,00	934	100,00	1465	100,00	849	100,00

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos e Econômicos. Recenseamento Geral do Brasil 1940.  
Censos Econômicos da Paraíba 1950-1960. Censos Agrícolas da Paraíba 1970  
Censo Agropecuário 1980

TABELA 28

Área (ha) dos estabelecimentos distribuída pela condição do produtor  
Município de Areia - Microrregião do Brejo Paraibano  
1940-1950-1960-1970-1980

CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR	1940		1950		1960		1970		1980	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
- Proprietário	23952	59,03	39792	72,73	26600	83,24	24572	78,02	26304	88,66
- Arrendatário	6596	16,26	616	1,13	979	3,06	2617	8,33	3070	10,35
- Parceiro	-	-	-	-	265	0,84	1494	4,75	57	0,19
- Ocupante	-	-	549	1,00	36	0,11	2798	8,90	239	0,80
- Administrador	10024	24,71	13758	25,14	4075	12,75	-	-	-	-
TOTAL	40572	100,00	54715	100,00	31955	100,00	31436	100,00	29670	100,00

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos e Econômicos 1940  
Censos Econômicos da Paraíba, 1950, 1960  
Censos Agrícolas da Paraíba, 1970  
Censo Agropecuário, 1980

Os dados das Tabelas 27 e 28 mostram que a categoria de administrador sofreu redução nas décadas consideradas, chegando a desaparecer em 1970 e 1980, enquanto que os estabelecimentos explorados por parceiros aparecem a partir de 1960 que, de 0,21% neste ano, passam para 6,35% em 1970 do total dos estabelecimentos do município, caindo, no entanto, para 2,24% em 1980.

Igualmente, há registro de aumento entre 1960/1970, da participação dos estabelecimentos explorados por ocupantes (pessoas que ocupam determinadas terras sem pagar pelo seu uso). Segundo o IBGE, nos casos em que a exploração se processa em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário) nada pagando o produtor pelo seu uso), que de 0,11% (1960), passa para 19,25% (1970), ocorrendo decréscimo em 1980, quando vai para 7,30%. Quanto à participação da parceria da área estudada, os dados coletados através de entrevistas coincidem com as Tabelas, porque as respostas obtidas mostram que esta categoria tende a desaparecer, uma vez que os proprietários evitam a parceria, como medida preventiva para não vincular o parceiro com a terra.

Os moradores que vivem nas fazendas de criação de gado possuem a lavouira de subsistência, mas não em forma de parceria; os trabalhos por eles executados são em regime de assalariamento. Observou-se, por outro lado, que as terras reservadas para a subsistência dos moradores vêm sofrendo redução na medida em que se expandem as pastagens para o gado.

Na análise final dos dados, observa-se a tendência geral no aumento do grau de concentração de terra e a expropriação dos pequenos produtores. Daí resultar o número crescente de conflitos perpetuados pela desigualdade que há com a distribuição da terra, que continua a ser fonte de poder e acesso a outras formas de riqueza.



Assim, a estrutura fundiária redefinida pelo "imperialismo do boi", vai redefinir, também, o êxodo rural que se torna maior que o próprio processo usineiro ou pecuarista, acelerando em toda a microrregião o progressivo assalariamento temporário, como se percebe na Tabela 29, que mostra o aumento desses trabalhadores em relação ao decréscimo dos trabalhadores permanentes, relativo aos anos de 1975 e de 1980.

TABELA 29

Número de empregados permanentes e temporários  
no município de Areia, nos anos de 1975 e 1980

Anos	Empregados permanentes	Empregados temporários	
1975	2.283	455	2.738
1980	1.752	*1.270	3.022

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1975 e 1980

\*Aumento dos temporários em relação ao decréscimo dos permanentes

Os problemas mais sérios introduzidos pela nova redefinição com o boi vão-se refletir no empobrecimento dos "sem terras"<sup>163</sup> que eram, antes

<sup>163</sup> Sabe-se que a Reforma Agrária não foi feita. Não houve redistribuição de terras, até pelo contrário: dados mais recentes mostram que a concentração das propriedades aumentou e os "sem terras" se tornaram ainda mais miseráveis. Isto porque o Estado Brasileiro só tem atuado em benefício dos empresários e grandes proprietários, o que "estimula a acumulação de capital e provoca o empobrecimento da população ..." AN DRADE, Manuel Correia de. A Reforma Agrária ainda é Necessária? p.99

das "mudanças conservadoras", protegidos pela paternalismo dos senhores de engenhos rapadureiros.

A Empresa Pecuária não mantém vínculos diretos com os seus agregados: os contatos são realizados indiretamente, através de agentes intermediários - a fazenda de criação é quase sempre administrada por um vaqueiro ou uma equipe remunerada pelo proprietário não residente, que processam as diversas transações da unidade produtora.

-----

Porém, não é possível estudar esse processo fundiário recente em ocorrência no Brejo de Areia, sem se estabelecer uma retrospectiva da questão agrária.

Como é do conhecimento geral, quando o Brasil foi invadido pelos portugueses, todas as terras que pertenciam aos Índios - que foram, aos poucos, rechaçados com grande violência, pela catequese, extrativismo, agricultura ou avanço pecuário - passaram ao domínio da Casa Real.

Sendo o Rei o "novo" proprietário da costa brasileira, logo começou, discriminatoriamente, a expedir Cartas Régias, concedendo a exploração das terras a pessoas de "posses", instituindo as Sesmarias, que se mantiveram individidas, no essencial, por mais de três séculos, com o apoio do Estado Luso.

Às vésperas da "Independência", o regente D. Pedro suspende a concessão de qualquer Carta de Sesmaria (17 de julho de 1822) e, vinte e oito anos depois, ocorre o chamado Vazio Legislativo, ou seja, não havia nenhuma lei ou regulamento para a questão da propriedade da terra no país.

A partir daí, surge o "Império da Posse": quem quisesse, onde bem lhe aprobevesse, poderia se dizer proprietário de qualquer extensão de ter

ra. Elabora-se, então, a Lei de Terras (1850)<sup>164</sup> ou Lei 601, cujo artigo nº 13 cria o Registro Eclesiástico. Por este, quem possuísse uma antiga Carta de Sesmaria ou tivesse se apossado de alguma porção de terra, deveria dirigir-se à Paróquia mais próxima para registrá-la.

As resistências à promulgação dessa Lei de Terras foram muito grandes e somente em 1854 é que ela foi regulamentada, ampliando o prazo para a compra das mesmas.

Isso mostra que qualquer propriedade de terra no Brasil, até aquela época, historicamente, tinha duas origens: sesmarial ou possessória. Ambas, em termos legais, eram extremamente violentas e criaram uma tradição que atravessou incólume várias gerações.

Por outro lado, significava, também, que até os meados do século XIX, nem toda a terra brasileira era apropriada, ou seja, ainda existia uma fronteira em movimento no País, com terras livres, sem dono. "Em outras palavras, não preexistia o monopólio de fato da terra, daí a necessidade de ser ele "criado" pela Lei de Terras de 1850"<sup>165</sup>.

Portanto, a partir da Lei de Terras, os constantes sucessos da exploração agrária nos latifúndios monopolizados - graças à larga disponibilidade de terras e força de trabalho, em benefício de uma classe dominante - não alteraram os vínculos com a terra, porque desde o início "da ocu

<sup>164</sup> "Foi então que se partejou a Lei nº 601 de 1850, a famosa Lei das Terras, talhada sob medida pelo figurino dos novos senhores do Império e mais tarde senhores da República ... A Lei de Terras visava, fundamentalmente, a três objetivos: 1) proibir as aquisições de terras por outro meio que não a compra ... 2) elevar os preços das terras ... 3) destinar o produto das vendas de terras à importação de colonos". Quatro Séculos de Latifúndio, op. cit., p.134

<sup>165</sup> A Modernização Dolorosa, op. cit., p.48



pação e colonização do território brasileiro, e até hoje ainda, os títulos de propriedade e o domínio da terra galopam muito adiante da frente pioneira de penetração e ocupação"<sup>166</sup>.

O monopólio da terra concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários foi obrigando, paulatinamente, a massa trabalhadora do campo brasileiro a ir buscar seu sustento junto a esses mesmos proprietários, que impunham, pelo arbítrio, suas condições e adquiriam, por isso mesmo, uma mão-de-obra de baixo custo. "O reverso da medalha serão naturalmente baixos padrões de vida da população trabalhadora rural ..."<sup>167</sup>.

A preservação da grande propriedade monopolizada, resistente ao fracionamento, intensificou-se e ampliou-se através de constantes pressões em cima dos pequenos proprietários e dos pequenos posseiros, que se viram sem recursos para explorar suas glebas, em grandes dificuldades para obter financiamento, premidos pelos impostos, então cedem diante de determinadas propostas dos grandes proprietários, acentuando o monopólio da terra que, nas últimas décadas do século XX, passa a ser acompanhado pela exploração capitalista<sup>168</sup>, tanto no Nordeste como, sobretudo, no Sudeste Brasileiro.

---

<sup>166</sup> *A Questão Agrária, op. cit, p.25*

<sup>167</sup> *Id. ibid, p.58*

<sup>168</sup> *José de Souza Martins diz que a tendência do capital é dominar tudo, é transformar tudo em mercadoria e que a terra passa também por uma transformação, adquirindo preço, podendo ser comprada, vendida ou alugada mas "A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra". Os Camponeses e a Política no Brasil, p.161*

Notabilizam-se neste processo de monopolização capitalista da terra, aqueles proprietários rurais que combinam um empreendimento econômico - agrícola ou pecuário - com a reserva de terras garantidas como "reservas de valor"<sup>169</sup>, o que relega, para uma grande parte da população rural, áreas menos férteis "onde se congrega uma reserva de mão-de-obra (numa espécie de "exército rural de reserva" primitivo), da qual os latifúndios lançam mão nas épocas de pico de trabalhos agrários. Estabelece-se, assim, uma relação simbiótica entre o latifúndio e a economia camponesa"<sup>170</sup>.

Ora, sabendo-se que a terra é um meio de produção<sup>171</sup>, que possui um valor de uso que é consumido no processo produtivo e que esse mesmo valor de uso reaparece no modo de produção capitalista, como fator que potencializa o trabalho, é necessário dizer que a propriedade fundiária<sup>172</sup> é o elemento central, através do qual se efetua a dominação indireta do capitalismo no campo, o que tem intensificado os constantes conflitos e a violência no campo.

<sup>169</sup> "... o capitalista, ao comprar terras, está sempre à procura de melhor investimento. Não é a produção em si que interessa, mas a rentabilidade do capital investido. Como o preço da venda de terras tem, na pior das hipóteses, acompanhado a rentabilidade de outros investimentos alternativos, além de proporcionar vantagens adicionais ao seu proprietário ... é altamente vantajoso imobilizar recursos na compra de terras com fins não produtivos. Além de reserva de valor, a terra tem ainda constituído importante meio de acesso a outras formas de riqueza, de que são exemplos típicos o crédito rural e os incentivos fiscais". *Modernização Dolorosa*, op. cit., p.77

<sup>170</sup> *Do Latifúndio à Empresa*, p.18

<sup>171</sup> "A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser o produto do trabalho, mas a própria terra não o é. *"Os Camponeses e a Política no Brasil,"* p.159-160

<sup>172</sup> "A propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento, transformação e possibilidade de transformação". *Id. ibid.*, p.170



Maria de Nazareth Wanderley, ao analisar a propriedade fundiária no Brasil, afirma que ela é, historicamente, uma condição para a reprodução do capital e, se, por um lado, o monopólio da terra cria condições para que se constitua um contingente de trabalhadores dependentes, para a subsistência, da venda de sua força de trabalho ..." por outro lado, "esse monopólio é condição, politicamente imposta, para o acesso ao crédito rural e a uma gama de incentivos, com os quais o Estado subsidia os custos do capital produtivo, elemento determinante do processo de elevação da composição orgânica do capital ..."173.

Desta maneira, o monopólio capitalista da terra, seja qual for a forma assumida ao nível de superestrutura, não é senão a expressão da apropriação da terra na produção capitalista, como afirma Sérgio Silva: "A transformação do monopólio capitalista da terra e, por conseguinte, da renda da terra em renda capitalista da terra ... é o resultado necessário da subordinação do trabalho ao capital na produção agrícola, onde a terra constitui meio de produção fundamental"174.

Assim sendo, a terra como meio de produção fundamental tem sido, ano após ano, palco de intensos conflitos no Brasil, em geral, e no Brejo em particular, que ora são registrados pela Imprensa, ora passam despercebidos, envolvendo sempre grandes proprietários, fazendeiros, empresários de um lado, e posseiros, sitiante, parceiros, camponeses de outro, além

---

173 *Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira. In: Refleções sobre a Agricultura Brasileira, p. 36-37*

174 *Valor e Renda da Terra, p. 111*



de pistoleiros contratados e policiais<sup>175</sup>.

As pendências e os conflitos sobre as propriedades da terra<sup>176</sup> ampliaram consideravelmente as lutas de classe no campo, que vêm pondo em "xeque" as posições antagônicas que se acirram no cotidiano como reflexos inconciliáveis entre os grandes proprietários, cheios de privilégios e os sem terras.

Neste contexto de lutas, onde os prejudicados têm sido sempre os trabalhadores do campo, percebe-se que, a despeito de muitos insucessos, surgiram algumas brechas "nos flancos mais vulneráveis do opressivo sistema latifundiário, com a implantação ... e em bases estáveis, de outros tipos menos agigantados e mais modestos da propriedade agrária"<sup>177</sup>.

Contudo, essas brechas não conseguiram romper a rigidez total do monopólio da terra. Esta tem assegurado seus elevados preços e a exploração nas relações de trabalho, aprofundando os problemas sociais, determinando baixos salários e, principalmente, mantendo no campo dezenas de pes

---

<sup>175</sup>Um dos mais divulgados conflitos pela posse e uso da terra, nos últimos anos, no Agreste Paraibano (Guarabira), foi o bárbaro assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, no dia 12 de agosto de 1983. Sobre ela, o Bispo Dom Marcelo Cavaleira, disse: "Margarida não escreveu monografias, mas fez história, "certeza na frente, história na mão". Terra de Deus, Terra de Irmãos, p.78

<sup>176</sup>"A propriedade da terra é uma relação social. Mas não é também, unicamente, a relação entre o comprador e o vendedor da terra, entre o arrendatário e o proprietário, não é só a relação imediata que se expressa na mercantilização da terra ou no aluguel da terra. Não é unicamente uma relação determinada, face a face, primária. É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação". Os Camponeses e a Política no Brasil, op. cit, p.169

<sup>177</sup>Quatro Séculos de Latifúndio, op. cit, p.105

soas que engrossam o subemprego e a miséria, porque são obrigadas a enfrentar as insuportáveis condições da vida rural, impostas pela propriedade capitalista<sup>178</sup>.

O certo é que os males criados pelo monopólio da terra, sempre presentes na história brasileira, têm acirrado certos rearranjos na estrutura fundiária, cujos proprietários privados procuram acelerar o processo de transformação de suas terras, juridicamente estabelecidas com apoio estatal, para o uso da agroindústria ou pecuária.

Também é certo o crescimento dos conflitos na área brejeira que se repetem e se multiplicam por todas as partes, ora noticiados, ora emudecidos pelo poder público em favor dos interesses econômicos e políticos, onde o Estado está a serviço da expansão latifundiária, através da isenção de impostos e favores creditícios, marginalizando a pequena propriedade e o pequeno produtor que pouco se distinguem dos trabalhadores rurais.

Neste sentido, esclarece Caio Prado: "Equiparam-se assim largamente essas duas categorias da população rural. A situação material de ambas é semelhante: as origens de sua miséria se confundem, em última instância, numa causa comum: a natureza da economia rural brasileira, dominada pela grande exploração agropecuária, e o tipo de estrutura agrária em que essa grande exploração assenta: a concentração da propriedade fundiária"<sup>179</sup>.

<sup>178</sup> Alberto Passos Guimarães distingue três categorias de propriedade: "a propriedade camponesa típica é aquela que, sendo explorada exclusivamente à base do trabalho familiar, basta para proporcionar a subsistência da família do seu possuidor;... a propriedade capitalista, cujo traço característico fundamental, que a distingue da propriedade camponesa, é a permanente superioridade do trabalho assalariado, o qual sempre prevalece sobre o trabalho familiar; a propriedade latifundiária é, portanto, sob nosso conceito, aquela cujas dimensões excedem a capacidade média de recursos de capital, nas condições brasileiras de que dispõem os empresários ... os quais, em vista disso, mantêm inexploradas ou incultas grandes parcelas ..." *Quatro Séculos de Latifúndio*, op. cit., p.217-221-224

<sup>179</sup> *A Questão Agrária*, op. cit., p.77



No Brejo de Areia, o processo concentracionista da propriedade fundiária está, atualmente, expulsando dos setores "modernizados" (usineiro e pecuário) da economia, para a periferia do município, contingentes cada vez mais numerosos da população agrícola ativa. O desemprego e o subemprego da força humana ocupada na agricultura, resultantes da concentração agrária, produtiva ou não produtiva, do processo progressivo de substituição de mão-de-obra por insumos modernos não têm tido, como contrapartida, nenhuma providência eficaz que vise ao objetivo de compensar o movimento de desocupação.

Assim, não tendo havido, no Brejo de Areia, uma suficiente absorção induzida de mão-de-obra, tanto no campo, na atividade agrícola ou pecuária, quanto nas atividades urbanas, os excedentes de desocupados e subocupados estão se elevando a níveis já insuportáveis para a economia do município.

A estratégia concentracionista no Brejo de Areia, assim como a vultosa distribuição de incentivos e subsídios, têm favorecido, nesta última década, a minoria de grandes proprietários que reforçam o seu poder territorial e melhoram sua capacidade de produção no setor agrícola e pecuário

Em suma, a monopolização da terra transformou-a numa mercadoria, numa reserva de valor, onde os negócios agrícolas ou pecuários expropriaram o homem do campo, transformando-o em força de trabalho disponível e barato para os empreendimentos capitalistas motivados e protegidos, econômica e politicamente, pelos subsídios estatais, que favoreceram a uma maior concentração, tanto da propriedade quanto da produção e renda.<sup>180</sup>

<sup>180</sup> "Produção de mais-valia que é constantemente recriada pelo processo produtivo, sob as suas diversas formas - lucro, juro, renda da terra - mesmo se as contradições próprias do capitalismo de hoje conduzem ao embaralhamento dessas formas como resultado das próprias transformações que esse capitalismo impõe ..." Valor e Renda da Terra, op. cit., p.50



### 3.2. O capital e a tecnologia

Inegavelmente, a história das sociedades humanas é, ao mesmo tempo, a história do modo de produção ou da técnica de produção<sup>181</sup>. Dos primórdios da humanidade às complexas máquinas automáticas da atualidade, todos os avanços tecnológicos, através de novos modos de fabricar instrumentos, de utilizá-los, enfim, todas as invenções obedeceram ao instinto fundamental do homem.

É fácil verificar, nos registros históricos, os diversos relacionamentos entre as condições de vida e trabalho, de produção de bens de consumo com a tecnologia, isto é, com o modo pelo qual se faz ou se obtém essa produção<sup>182</sup>.

Marx, em seu estudo sobre A Mecanização e a Grande Indústria, mostra como "A Grande Indústria teve, portanto, de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina por meio de máquinas. Só assim ela criou sua básica técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés"<sup>183</sup>.

---

<sup>181</sup> "O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos". MARX, Karl. A Ideologia Alemã, op. cit, p.39

<sup>182</sup> "... a soma de forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, por conseguinte, a "história da humanidade" deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas". Id, *ibid*, op. cit, p.42

<sup>183</sup> MARX, Karl. O Capital, Volume 1, Tomo 2, p.16

As máquinas a vapor, que representaram o maior avanço tecnológico de seu tempo - época em que o capitalismo apenas engatinhava - foram substituídas por máquinas elétricas ou movidas a energia nuclear, o que dá a idéia da complexidade do processo histórico-social de desenvolvimento das sociedades e, paralelamente, dos modos ou técnicas de produção.

Na evolução do sistema capitalista, a máquina transformou-se no meio objetivo de "espremer mais trabalho no mesmo espaço de tempo. Isso ocorre de duas maneiras: mediante aceleração das máquinas e ampliação da maquinaria a ser supervisionada pelo mesmo operário ou de seu campo de trabalho. A construção mais aperfeiçoada da maquinaria é, em parte, necessária para exercer maior pressão sobre o trabalhador ..."184.

Pode-se concluir que o Capitalismo corresponde a um sistema de produção em série, por meio de máquinas criadas pelo avanço tecnológico, movidas por qualquer das formas de energia conhecidas, mas que necessitam do homem para movimentá-las ou pará-las na ocasião precisa. Assim, o trabalhador é transformado em apêndice185 da máquina, pois executa todas as operações complementares que a mesma não pode fazer.

O grau de socialização da produção operado pelo capitalismo é tal que, ao mesmo tempo em que ele leva ao extremo a exploração do homem pelo homem186, ele também rompe com as formas anteriores de organização social da produção, abrindo as portas para formas qualitativamente novas de soci

---

184 *Id., ibid, p.35*

185 *Marx diz que nas fábricas os homens servem as máquinas e que, nestas fábricas, "há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo". Id, ibid, p.43*

186 *"Chegamos a encontrar a mola do desenvolvimento tecnológico capitalista, situada não na relação homem-natureza, mas no domínio homem-homem cada vez mais aprofundado pelos próprios instrumentos do domínio homem-natureza". GALVAN, Cesare Giuseppe. Capital - Tecnologia & Questões namentais, p.29*



dade.

Marx dedica especial atenção à análise das transformações ao nível do processo de trabalho, à relação entre o trabalhador transformado em assalariado e a máquina. Entretanto, ele não perde de vista que essas transformações representam as manifestações ao nível da organização imediata do trabalho, das transformações mais amplas da organização social da produção e, por conseguinte, do próprio trabalho.

A mecanização da produção com todas as suas implicações e avanços tecnológicos, ao nível da extensão da produção mercantil e do aprofundamento da divisão interna e da divisão social do trabalho, representa a transformação do trabalho isolado em simples trabalho abstrato, independente de suas determinações concretas, fundamento e medida de valor.

A mecanização, pois, do setor de bens de produção, permite tanto o controle imediato do tempo de trabalho em cada unidade produtiva, quanto o controle do tempo de trabalho em seu conjunto, o controle do tempo de trabalho transformado em trabalho social, o controle da divisão entre tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho<sup>187</sup>, de um lado e, de outro, o tempo de trabalho não pago, que se transforma em mais valia. Em outros termos, o Capital assume as formas plenas de sua dominação sobre o trabalho, submetendo o movimento do valor da força de trabalho ao processo de acumulação de capital.

---

<sup>187</sup> Marx afirma que todo o processo de produção se inicia com "a compra da força de trabalho ..." "mas o trabalhador só é pago depois de a sua força de trabalho ter atuado e realizado tanto o seu próprio valor como a mais-valia ...". Reprodução Simples. In: O Capital, Volume I, Tomo 2, op. cit, p.154



Assim, o Capital subordinador do trabalho encontrou, no "progresso técnico, que nada mais é do que uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave do processo de subordinação da terra e, por extensão, da própria natureza"<sup>188</sup>.

Neste sentido, procura-se entender como o progresso técnico ou avanço tecnológico intensificou a produção agropecuária a serviço do capital, quando "a terra deixa de ser o meio de produção fundamental, a produção agrícola deixa de se guiar apenas pela fertilidade dos solos, pela água da chuva, enfim, pelas condições naturais que afetam a produtividade do trabalho. O comando passa progressivamente ao capital, através do uso de meios de produção, como a máquina, os fertilizantes, os canais de irrigação e de drenagem"<sup>189</sup>.

E, ainda, como a tecnologia a favor do capital procurou elevar a taxa de lucro, seja do capitalista que a emprega, considerado individualmente, seja do sistema econômico como um todo.

Foi no campo que o capital encontrou um caminho mais fácil para o seu desenvolvimento, apoderando-se das terras mais férteis e mais bem localizadas, aproveitando-se do progresso tecnológico por meio das inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas, ocupando espaços cada vez maiores no processo produtivo agropecuário.

Todo o processo de transformação que se vai operar na década de setenta na agropecuária brejeira, pode ser enquadrado dentro do sistema econômico global, sendo este representado pela concentração e centralização

---

<sup>188</sup> SILVA, José Graziano da. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, p. 22.

<sup>189</sup> Id., *ibid.*, p. 24

de capitais nas mãos de alguns grupos poderosos organizados em cartéis<sup>190</sup>.

A agropecuária foi obrigada a integrar-se na economia monopolista de forma subordinada e dependente, passando por grandes transformações impostas pelo complexo agroindustrial<sup>191</sup>, através de um mercado de produtos (insumos, vacinas, máquinas, tratores, arados, colhedoras, grades etc.)<sup>192</sup>, que apresentava propostas promissoras à expansão agropecuária.

No país inteiro se expandem, pois, indústrias de processamento/transformação de produtos agropecuários, dentro dos avançados padrões tecnológicos, que se ampliam através de Departamentos Técnicos com a finalidade de orientar e prestar assistência técnica ao campo. A bovinocultura, o gado leiteiro e a atuação na indústria de laticínios, foram algumas das medidas e orientações tomadas com vistas a arrecadar uma margem maior de lucros.

Esses melhoramentos, por sua vez, são viabilizados por via estatal<sup>193</sup> que, em primeira instância, objetivava tornar o Brasil auto-sufi

<sup>190</sup>Esses Cartéis compõem o complexo financeiro-industrial, formado por grandes bancos e grandes indústrias, geralmente de propriedade dos mesmos grupos.

<sup>191</sup>Dá-se o nome de complexo agroindustrial ao "conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial" Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, op. cit, p.29

<sup>192</sup>"Pode-se dizer que o surgimento do complexo agroindustrial no Brasil se dá realmente com a implantação da indústria de maquinaria e insumos agrícolas, por volta do começo dos anos 1960, com o início da produção de tratores". Id, *ibidem*, p.35

<sup>193</sup>O próprio governo foi obrigado "a procurar soluções que se dirigissem mais no sentido de modernizar a agricultura, através da elevação da produção e da produtividade, do que de modificações de estrutura. Procurou, assim, encontrar caminhos que aumentassem a produção, a renda da terra, evitando a verdadeira modificação da estrutura da propriedade de ..." ANDRADE, Manuel Correia de. A Reforma Agrária é Necessária? Op. cit, p.15



ciente em fertilizantes, defensivos e rações vegetais<sup>194</sup> - estas últimas voltadas para os bovinos - cria o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola.

Ao analisar a tecnologia usada na produção de defensivos, Bernardo Sorj, por exemplo, assegura que o mercado é dominado pelo capital estrangeiro como a Welcome-Cooper, que "controla o mercado de vacinas contra a febre aftosa, sendo que três novos laboratórios estão lançando seus produtos ..." <sup>195</sup>.

Entre as empresas especializadas em sementes de capim para o gado, destaca-se a AGROCERES, filial norte-americana da Internacional Basic-Corporation, mas para o conjunto de insumos para a produção animal há de se salientar os órgãos de extensão rural, que, segundo Bernardo Sorj, "promovem a modernização ... e se posicionam como os maiores propagandistas de insumos industriais" <sup>196</sup>.

Todo um pacote tecnológico composto de tratores, charruas, automotrizes, equipamentos agrícolas, fertilizantes, fungicidas, herbicidas, inseticidas, carrapaticidas, vacinas e outros, é jogado no mercado mostrando todo o avanço tecnológico do capital.

---

<sup>194</sup> "A expansão da indústria de rações é, portanto, um fenômeno recente. Sua expansão deu-se em torno da produção da torta de farelo de soja, sendo um setor liderado por grandes empresas multinacionais que se instalaram no mercado na última década". Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, op. cit, p.39

<sup>195</sup> Id., *ibid*, p.40

<sup>196</sup> Id., *ibid*, p.41



Este pacote tecnológico se configurou no Brejo de Areia, privilegiando sempre os grandes e médios proprietários<sup>197</sup> que possuíam capital disponível para se integrarem no bojo da estrutura de consumo vigente - Cartogramas 14, 15 e 16.

Pelos Cartogramas, observa-se que há, no Brejo, um alto índice de tratores, com mais de vinte unidades (Cartograma 14); uma média de charruas, entre vinte e cinquenta unidades (Cartograma 15) e uma despesa com fertilizantes e corretivos, entre 0 a 1% das despesas totais dos estabelecimentos rurais. A despesa com os defensivos fica entre 0 a 2% (Cartograma 16).

Grande parte do pacote tecnológico brejeiro foi adquirido por meio de financiamento bancário com todas as garantias fornecidas pelos proprietários. Existem, contudo, muitas e muitas variações quanto ao montante que as máquinas e equipamentos representam. Mas, por menor que seja a incidência do uso deste pacote, encontra-se, em muitas fazendas pecuaristas, pelo menos: um arado, um trator, uma carroça, uma sementeira, uma desnatadeira, uma camioneta ou caminhão, mesmo que seja de porte médio.

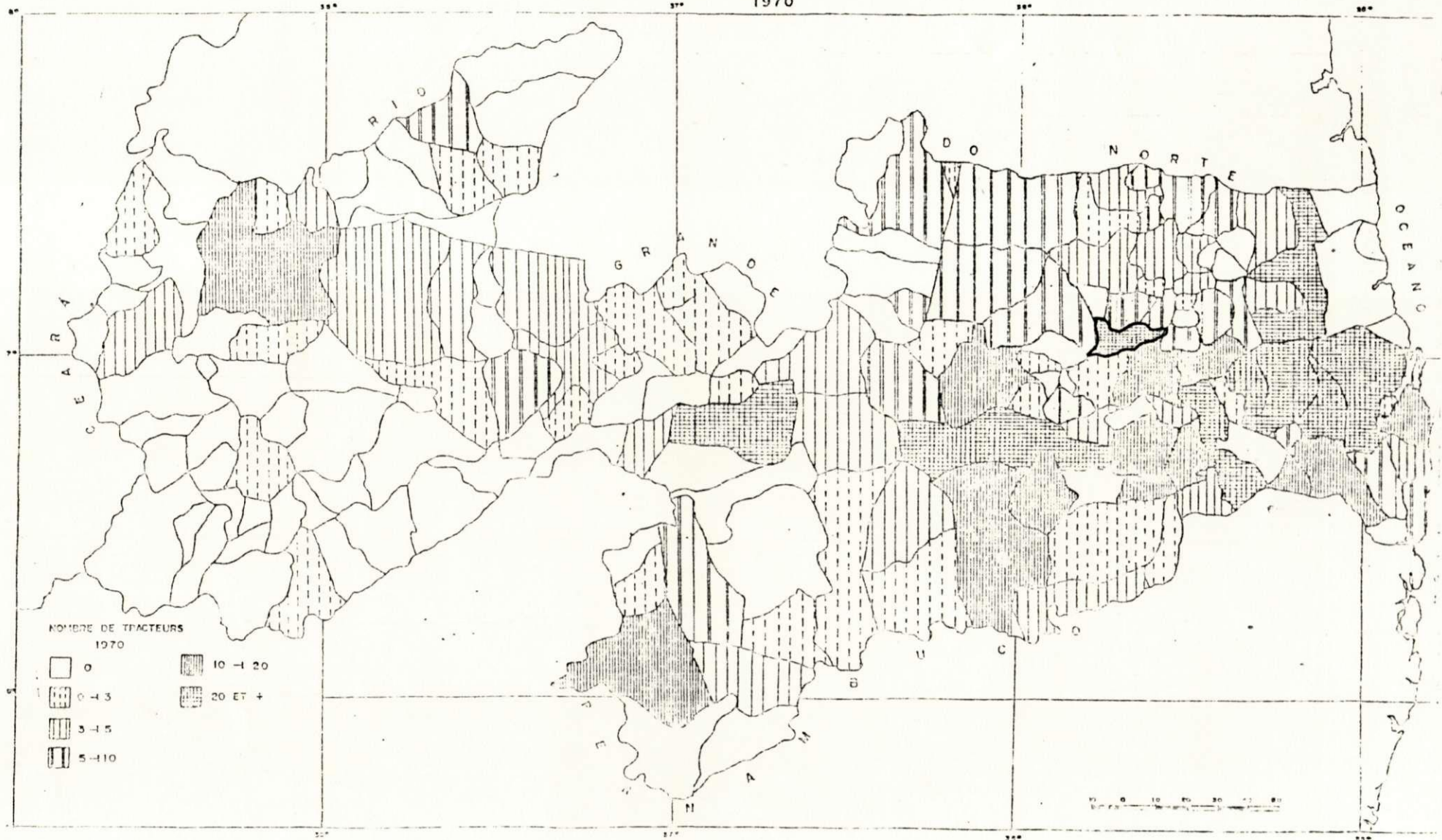
Há, ainda, uma forte tendência de se comprar mais máquinas e de se construir galpões para a armazenagem da produção, verificando-se que o montante de capital constante (prédios, máquinas, armazéns, galpões, matérias-primas) ali representado, é elevado.

---

<sup>197</sup> *Cumprer lembrar, também, o aparecimento dos intermediários, cujo papel no avanço progressivo da tecnologia era o de vender e fazer chegar aos grandes e médios proprietários, máquinas e outros produtos "modernizantes" ou de adquirir, por representação comissionada, a produção agropecuária para as indústrias,*

FIG. 27

ETAT DE LA PARAÏBA  
NOMBRE DE TRACTEURS EXISTANTS PAR COMMUNES  
1970



NOMBRE DE TRACTEURS  
1970

□	0	▨	10 - 20
▤	1 - 3	▩	20 ET +
▥	3 - 5		
▧	5 - 10		

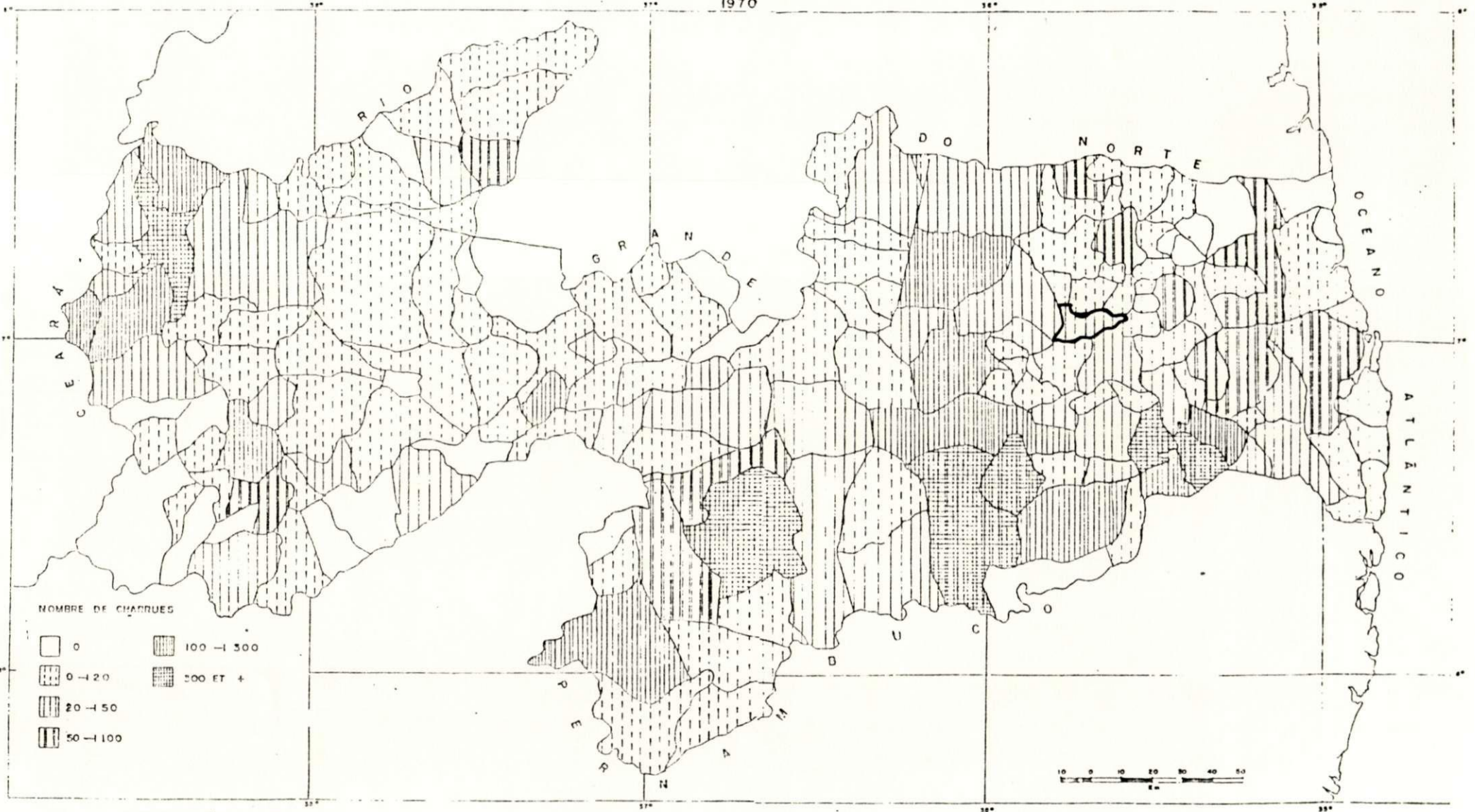
ORGANISATION: EMÍLIA DE RODAT FERNANDES MORGES  
DESIGN: FÁTIMA RABELO

Apud: RODAT, Emília de. Op. cit, p.156



FIG. 28

ETAT DE LA PARAIBA  
NOMBRE DE CHARRUES EXISTANTES PAR COMMUNES  
1970



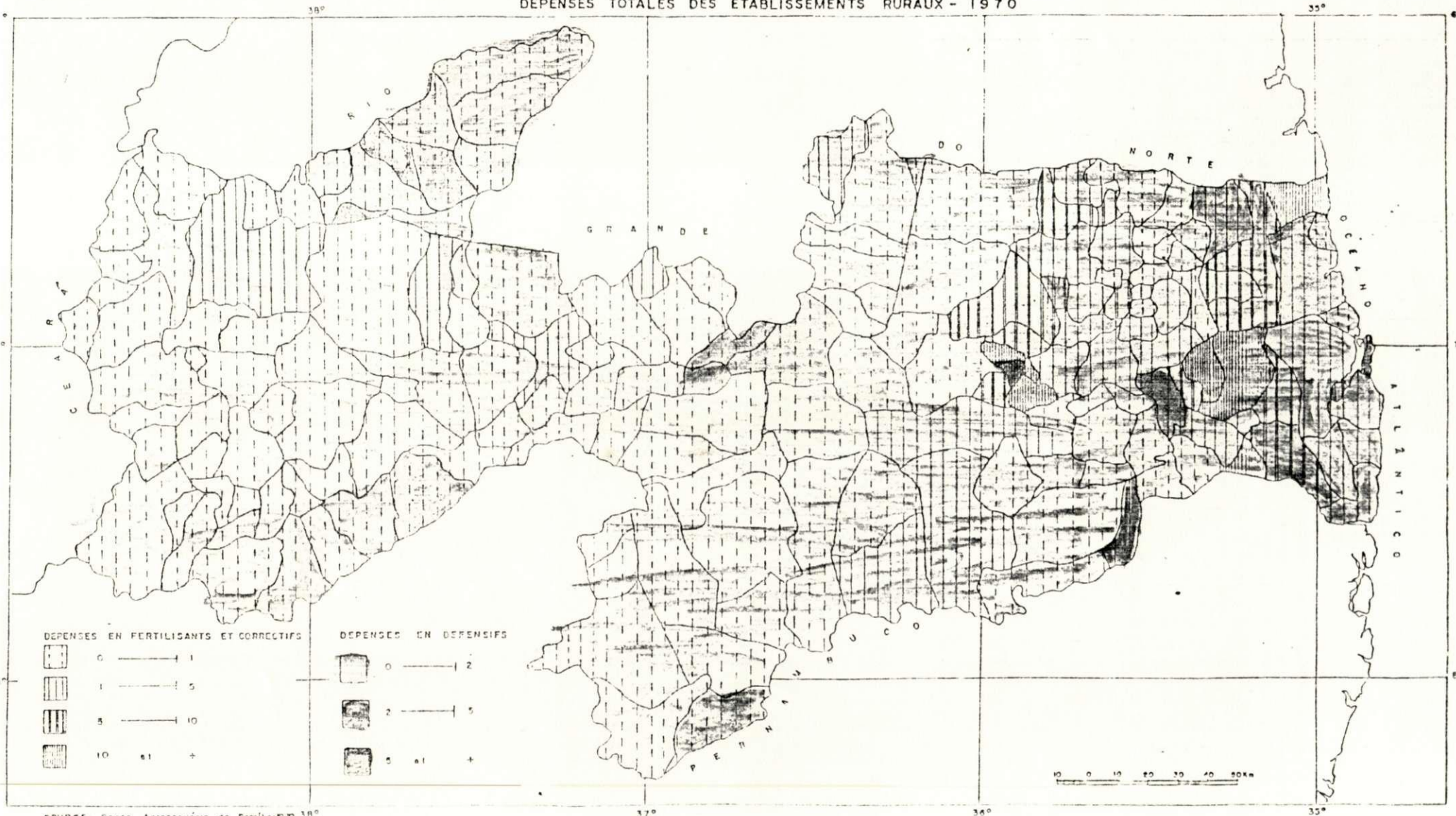
SOURCE: FIDRE - CENSO AGRÍCOLA DA PARAIBA - 1970

ORGANISATION: EMÍLIA DE RODAT FERNANDES MOREIRA  
DESSEIN: FÁTIMA MARCIMENTO

Apud: RODAT, Emília de. Op. cit. p.153



ETAT DE LA PARAIBA  
 LES DEPENSES EN FERTILISANTS, CORRECTIFS ET DEFENSIFS AGRICOLES PAR RAPPORT AU  
 DÉPENSES TOTALES DES ETABLISSEMENTS RURAUX - 1970



SOURCE: Censo Agropecuário do Paraíba - 1970  
 AUTEUR: Emílio Moraes  
 DESSIN: M<sup>o</sup> de Adilma Nascimento

O campo se tecnifica e a empresa pecuária, dominada pela presença constante do capital, passa a ser muito mais complexa, devido às imposições dos capitalistas compradores que exigem produtos de primeira qualidade, onerando os custos da produção.

Por sua vez, os pecuaristas, diante destes custos, começaram a usar um sistema mais racional de pastoreio, ou seja, um sistema especial de manejo de pastagens, exigindo uma técnica toda especial de produção.

Consiste, esta técnica, em dividir a propriedade em piquetes ou pequenos pastos e colocar, em cada um deles, um lote de animais suficiente para comer todo o capim rente ao solo em poucos dias, ou seja, entre quatro ou cinco dias.

Dentro do Sistema Racional de Pastoreio - este sistema veio, na década de oitenta, substituir o Sistema de Rotação de Pastagens, que dominou a década de setenta - há uma série de princípios que devem ser seguidos pelos pecuaristas que, realmente, quiserem obter um melhor índice de produtividade de seus rebanhos.

Estes princípios se resumem em: por os animais para pastar o piquete só quando o capim (braquiara, pangola ou outro) atingir seu ponto certo de maturação, isto porque tanto as necessidades do gado devem ser respeitadas, quanto as forrageiras, que também são seres vivos, com ciclo vital que precisa ser respeitado; não arar nem utilizar queimadas para formar pastagens - daí o uso da cerca para respeitar o ciclo de vida do capim - pois a recuperação e a fertilidade do solo são feitas pela matéria orgânica que ajuda a controlar a erosão e facilita a expansão da flora e fauna do solo.

Dentro, ainda, destes princípios, introduzem-se, nestes piquetes, alguns tratores e carretas que semeiam vários tipos de gramíneas, ou se



ja, aquelas cujas sementes estiverem disponíveis no mercado; enquanto come o capim e as ervas nativas do piquete, o gado enterra pelo pisoteio as sementes jogadas na área; ao comer sementes, devolve parte delas, que germinam como estrume. Enfim, fazer feno e silagem de capim para alimentar o gado, ou na seca prolongada, ou no inverno rigoroso. Consegue-se isto nos piquetes reservados com gramíneas cortadas no ponto de maturação ou com milho, em caso de extrema necessidade (os pecuaristas afirmam que quem come milho, tem penas, bico e moela ...).

Pelo exposto, percebe-se que o pacote tecnológico atua na produção pecuária de um modo ou de outro. Um pecuarista - mesmo esperando investir pouco - tem que dispor de recursos para empregar em obras de infra-estrutura: recuperar as pastagens, os cercamentos e estacas dos currais, comprar máquinas, fertilizantes, defensivos e outros produtos que viabilizem um maior rendimento e produtividade para obtenção de maiores taxas de lucros<sup>198</sup>.

Tomando, por exemplo, o agropecuarista José Henriques, com escritório montado na sede de Areia, para registrar e contabilizar todas as suas despesas referentes aos investimentos nas Fazendas Reunidas Guaribas e Pirauá, percebe-se o índice de capital empregado (compra, venda, mão-de-

---

<sup>198</sup> Na atualidade, há um grande debate sobre o progresso tecnológico e a taxa de lucro. Galvan, interpretando Marx, diz: "A taxa de lucro, de fato, não é senão a relação entre a "massa" (o total) do lucro auferido e o capital adiantado. Daí provém a dialética "taxa versus massa" de lucro, analisada em *O Capital* e em muitos autores marxistas: o capital alcança MASSA maior de lucro, mas como para isso o seu próprio valor aumentou ainda mais (aquele valor que foi investido sob a forma de capital constante), então a taxa de lucro resulta diminuída". Capital - Tecnologia & Investimentos, op. cit., p.67



obra) no pacote tecnológico indispensável à sua empresa e extensivo a outros pecuaristas taxados de médios ou grandes proprietários - Observar Tabela 30.

Observa-se, enfim, que o capital acompanhado pelo persistente avanço tecnológico - este não é harmônico nem linear - seguiu o caminho de valorizar os grandes empreendimentos agropecuários, sem alterar a estrutura fundiária, concedendo lucros a proprietários ou promovendo a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da pecuária de corte e leite.

Uma análise mais profunda sobre este assunto evidencia: "Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado ..., o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especialmente renda onde ela aparentemente não existe ... Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital"<sup>199</sup>.

---

<sup>199</sup>Os Camponeses e a Política no Brasil, op. cit, p.175-177

TABELA 30

Levantamento dos bens, imóveis, máquinas e implementos agrícolas,  
das Fazendas Reunidas Guaribas e Pirauã  
segundo seu proprietário, José Henriques

BENS/IMÓVEIS/MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	Unidade	Valor em 1983	Valor em 1986
		CZ\$1.000,00 *	NCZ\$1.000,00 †
Máquina Forrageira	03		
1. Penha	01	150.000,00	
2. Noguero	01	200.000,00	
3. Laboemo	01	150.000,00	
Trator	01		147.462,00
Arado	01		18.000,00
Grade Aradora	01		36.000,00
Cultivador C/32 DISCO	01		32.000,00
Desbulhadora	01		20.000,00
Bocadeira Mecânica	01		16.200,00
Perfurador de Solo	01		15.100,00
Casa-sede	01	1.000.000,00	
Casa Moradores	-	1.250.000,00	
Cocheira	03	2.400.000,00	
Curral	02	2.000.000,00	
Curral P/Confinamento C/Balança	01	2.100.000,00	
Armazéns	02	2.000.000,00	
Cisternas C/3.824,000ℓ	05	5.000.000,00	
Casa de Forragem	01	500.000,00	
Almoxarifado	01	500.000,00	
Barragem	01	2.000.000,00	
Caminhão	01		
Silos 500 kg	25		
Açudes	03		

\*Levantamento realizado em cruzeiros (1983)

†Levantamento em cruzados (1986)

### 3.3. As relações de trabalho

O desenvolvimento do capitalismo no Brejo Paraibano, na medida em que incorporou máquinas, fertilizantes, defensivos e outros insumos modernos - aos engenhos apropriados pela Usina Santa Maria e às fazendas pecuaristas - modificou profundamente a base técnica da produção e alterou as relações sociais de trabalho, com o dinheiro a intermediar "até mesmo o que antes era considerado uma forma de ajuda mútua entre pequenos produtores, da qual o mutirão era o exemplo típico"<sup>200</sup>.

As modificações que ali se operaram não deixaram de gerar - como em todo o Nordeste - uma grande complexidade nas relações de produção, devido às multiplicidades de formas sob as quais o trabalho passou a se organizar sob o comando do capital. Essa "complexidade decorre do imbricamento que existe entre os diferentes grupos sociais engajados diretamente nas atividades produtivas ... o que torna difícil e discutível qualquer análise agregada das relações de trabalho no campo"<sup>201</sup>.

Na verdade, essa complexidade até hoje bem discutível das relações sociais de produção - em especial, no Brejo de Areia - decorre das dificuldades de quantificar e qualificar, a partir de dados secundários e da precariedade dos mesmos, os trabalhadores do campo brasileiro, de maneira geral, isto porque, anteriormente, as relações de trabalho no campo não eram regulamentadas pelo Estado, nem amparadas por nenhum tipo de legislação, deixando-se os trabalhadores à margem dos direitos sindicais ou de associações que lhes dessem acesso aos benefícios da previdência social.

---

<sup>200</sup> SILVA, José Graziano da. O Que é Questão Agrária? p.87

<sup>201</sup> Id, *ibid*, p.68-70



Os contratos de trabalho, bem como o arrendamento ou parceria, eram negociados diretamente com o grande proprietário de terra e rompidos quanto este bem quisesse.

A lei do salário mínimo, as férias remuneradas, o décimo terceiro salário, as aposentadorias e outras prerrogativas que os trabalhadores urbanos já haviam conquistado, não vigoravam no campo, dominado por oligarquias rurais, que excluía política, social e economicamente, as camadas subalternas que viviam em situação precária.

Até então, o trabalhador do campo tinha "atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos ... nenhuma consciência tem de integrar um município ou um Distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam grupadas em alguma aldeia, esta se encontra implantada dentro de uma propriedade, razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada"<sup>202</sup>

Porém, a expropriação e consequente expulsão do homem do campo não estão ocorrendo de uma só vez, de modo rápido ou generalizado. O processo está sendo lento, cheio de contradições e sua gênese se encontra no bojo das condições econômicas, que, ao longo da história, vem separando parcialmente o produtor dos meios de produção. "Talvez se possa dizer que a ocasião em que o proletariado aparece de fato (como categoria econômica, social e política) é aquela em que já não possui, nem de fato nem imaginariamente, os meios de produção"<sup>203</sup>.

---

<sup>202</sup> FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*, p.141

<sup>203</sup> IANNI, Octavio. *Relações de Produção e Proletariado Rural In: Vida Rural e Mudança Social*, op. cit, p.151

No Brejo de Areia, como em todo o interior nordestino, a relação de trabalho que mais predominava era a de morador<sup>204</sup>, ou seja, aquela em que o trabalhador residia no engenho rapadureiro ou fazenda de gado com o direito a um sítio ou roçado<sup>205</sup>, para plantar lavoura de subsistência - milho, feijão, mandioca, macaxeira, fava - como parte constitutiva da mora da<sup>206</sup>.

Esse tipo de trabalhador tinha a obrigação de prestar dois ou três dias de serviço por semana ao senhor de engenho ou fazendeiro - era a condição<sup>207</sup> - sendo remunerado abaixo da tabela vigente para os assalariados rurais permanentes ou temporários.

<sup>204</sup> Para Manuel Correia, o morador não era um homem livre, porque "se vendera ao novo proprietário e só poderia sair de suas terras quando pagasse a importância devida. Incrível é quando o morador não encontrava quem o comprasse e saía à noite, fugido - esta a expressão usada - da propriedade do credor, era comum que este conseguisse o apoio de uma autoridade que fosse prender o foragido onde estivesse a fim de que ele trabalhasse para o credor e saldasse o débito". A Terra e o Homem do Nordeste, op. cit., p.126

<sup>205</sup> Lygia Sigaud mostra a diferença entre sítio e roçado: "Denomina-se sítio uma área de terra cedida pelo proprietário ao morador, de tamanho variável, mas sempre inferior às possibilidades de utilização de força de trabalho familiar ... concessão feita ao morador e que se prolonga pelo tempo em que durar sua morada ... o roçado era não só uma forma de assegurar, sem ônus para a propriedade, o preparo da terra para próximos cultivos, como uma oportunidade para que o proprietário periodicamente confirmasse o "dom" e reafirmasse a dependência do morador ... "Os Clandestinos e os Direitos, p.60

<sup>206</sup> Qualquer morador que transgredisse as regras da morada "era legitimamente posto para fora da propriedade por um senhor que não tolerava maus moradores". Id, ibid, p.35

<sup>207</sup> Manuel Correia destaca três grupos de trabalhadores rurais: 1) trabalhadores que vendem a força de trabalho sem vínculos pessoais; 2) trabalhadores que residem na propriedade, estabelecendo relações de dependência; 3) trabalhadores com remuneração feita de forma primitiva. No tipo 2, está o morador de condição, "que paga ao proprietário o uso do sítio em que mora, prestando serviços semanais gratuitos". O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil, op. cit., p.145



Ao lado deste morador, existia o foreiro<sup>208</sup> que arrendava um pequeno lote de terra, geralmente em áreas longínquas das fazendas ou dos engenhos, pagando o foro em dinheiro, pela utilização da terra. Como o morador, o foreiro tinha a mesma obrigação de conceder alguns dias de trabalho gratuito - 10 a 20 dias no ano - com a única diferença de poder substituir a prestação deste serviço por uma terceira pessoa, o que constituía o cambão.

Nas fazendas e engenhos do Brejo, havia ainda dois tipos de trabalhadores agrupados na categoria de temporários<sup>209</sup> - eram antigos camponeses já expropriados ou ex-moradores que residiam em pontas de ruas de vilas ou cidades pequenas, daí serem chamados de trabalhadores de fora - e os corumbas<sup>210</sup> ou caatingueiros, pequenos produtores independentes do Agreste e do Sertão, que se deslocavam sazonalmente para participar da colheita da cana-de-açúcar no Brejo.

A vinculação da mão-de-obra através do sistema de moradia possibilitava à grande propriedade o represamento da força de trabalho nos limites das fazendas e engenhos e a sua manipulação durante os períodos da crise da agroindústria açucareira, que sempre baseou o seu crescimento na incorporação extensiva da terra e na utilização de braços para assegurar a sua

<sup>208</sup> "Estes surgiram ainda na época da escravidão e eram homens que viviam em áreas mais distantes ... cultivando lavouras de subsistência e pagando ao proprietário um pequeno aluguel anual". A Terra e o Homem do Nordeste, op. cit., p.121

<sup>209</sup> "A divisão entre o tempo de trabalho "necessário" e o sobre-trabalho pode-se fazer pelo deslocamento do trabalhador, dando lugar ao trabalho temporário e a constituição de camadas de trabalhadores de fora .. DOWBOR, Ladislaw, op. cit., p.158

<sup>210</sup> Os corumbas ou caatingueiros moram em terras longínquas, isoladas e áridas e "alugam-se ainda para trabalhar a centenas de quilômetros e o seu transporte constitui hoje uma atividade econômica importante". Id, *ibid*, p.158



produção.

Assim, quando ocorria uma crise nos produtos exportáveis, a grande propriedade reduzia as suas atividades e remetia a sua mão-de-obra para a agricultura de subsistência em torno de sítios e roçados, o que lhe permitia repassar o custo de reprodução da força de trabalho para os próprios moradores e foreiros sem, contudo, perdê-los para uma outra área agrícola, pois estes permaneciam vinculados aos engenhos e fazendas.

Nestes momentos de crise, crescia, então, o número de foreiros que arrendavam pequenos lotes aos proprietários de engenhos e fazendas, que obtinham, com isso, uma renda da terra, resultado "das relações sociais nas quais se realiza a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos sólida, mais ou menos durável da terra. A renda não provém do solo, mas da sociedade"<sup>211</sup>.

Esse mecanismo usado pelos proprietários assegurava a sobrevivência da agroindústria açucareira brejeira, que passara a competir em condições desfavoráveis com o Sul do País, cujos índices de produtividade eram mais elevados.

A intervenção do Estado com medidas protecionistas favoráveis à capitalização dos grandes proprietários, gera a expulsão dos moradores. "A medida que, através do crédito institucional, torna-se viável arcar com a totalidade dos custos monetários com a reprodução da força de trabalho, a

---

<sup>211</sup>MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*, p.152. Sobre este tema polêmico da Renda da Terra, há extensa bibliografia, que comenta os escritos de Marx. Entre muitos, aqui se destacam: SILVA, Sérgio. *Valor e Renda da Terra (O Movimento do Capital no Campo)*; MARTINS, José de Souza. *O Camponês da Terra*; AMIN, Samir. *A Questão Agrária e o Capitalismo etc.*

grande propriedade ou a usina passam a encarar a expulsão do morador como uma vantagem econômica, principalmente levando-se em conta a rentabilidade da cultura principal"<sup>212</sup>.

Porém, o processo de expropriação total dos moradores e foreiros só ocorreria na década de 1950, quando o açúcar se valorizou no mercado internacional, estimulando os proprietários a estender a área de cultivo. Na década de 1970, o processo generalizou-se por todo o Nordeste, atingindo o Brejo de Areia, como já foi analisado em capítulo anterior, expulsando<sup>213</sup> em massa os foreiros e moradores, tanto para diminuir os encargos trabalhistas como para evitar que a morada fosse transformada em base para reivindicações dos trabalhadores, que obstaculassem o processo de acumulação.

A massa dos expulsos, denominados "sem terras", cria um novo perfil de campesinato, ou seja, contribui para a formação de um campesinato marginal que passa a ter dupla função: ou produzindo alimentos, sendo exército agrário de reserva, ou se proletarizando, migrando para as ruas onde vão "segmentar-se entre fichados e clandestinos; entre os que trabalham com empreiteiro e os que trabalham com a fazenda"<sup>214</sup>.

Por trás de todo este processo de expulsão se verifica o capital já em vias de consumação como relação social, suprindo as formas anteriores de subordinação do trabalho e "eliminando os entraves à sua reprodução ampliada, representados pelos elementos constitutivos da morada e pelas for

<sup>212</sup> CPDA/SUPLAN, *Relatório Regional - Região Nordeste*, p.89

<sup>213</sup> A expulsão dos trabalhadores do campo vai favorecer a formação de uma classe camponesa, mas, por outro lado, vai reforçar "o fenômeno de proletarização do mundo rural". DOWBOR, *Ladislau*, op. cit, p.155

<sup>214</sup> Os Clandestinos e os Direitos, op. cit, p.129



mas arcaicas e primitivas da renda fundiária, através da renda-trabalho ou renda-produto"<sup>215</sup>.

O capital, ao se impor como relação social, revela em toda a sua dimensão, e de forma clara, a posição de cada um dos agentes econômicos do processo produtivo, na medida mesmo em que divide e separa o produtor direto da terra e dos instrumentos de trabalho e o reduz a sua verdadeira condição até então oculta: a de um assalariado temporário que, a partir de então, só conta com a sua força de trabalho para reproduzir a si mesmo e a sua família<sup>216</sup>.

Isso se evidencia também nas afirmações de Caio Prado Júnior: "o assalariado ... constitui a relação generalizada e mais característica de trabalho na agropecuária brasileira. Não somente pelo seu vulto relativo mas sobretudo pelo fato de ele constituir a norma fundamental daquelas relações, de que outras modalidades de pagamento são apenas substitutos eventuais por circunstâncias de ocasião ..."<sup>217</sup>.

Uma grande parte dos assalariados - força de trabalho que veio de fora - do Brejo de Areia, procedeu de regiões vizinhas, Arara, Remígio, Esperança ou Curimataú, que para ali se encaminhou nas épocas das estações secas a fim de se alugar durante o processo produtivo canavieiro.

<sup>215</sup>AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas, p.51

<sup>216</sup>Teresa Sales observa que "o recurso ao assalariamento temporário para complementar o nível de subsistência da família foi um recurso utilizado pela maior parte dos camponeses, seja no contexto do próprio Agreste, como trabalhadores alugados na produção de cereais, seja na região canavieira, como corumbas na lavoura de cana-de-açúcar. Agreste, Agrestes, op. cit, p.174

<sup>217</sup>A Questão Agrária, op. cit, p.63

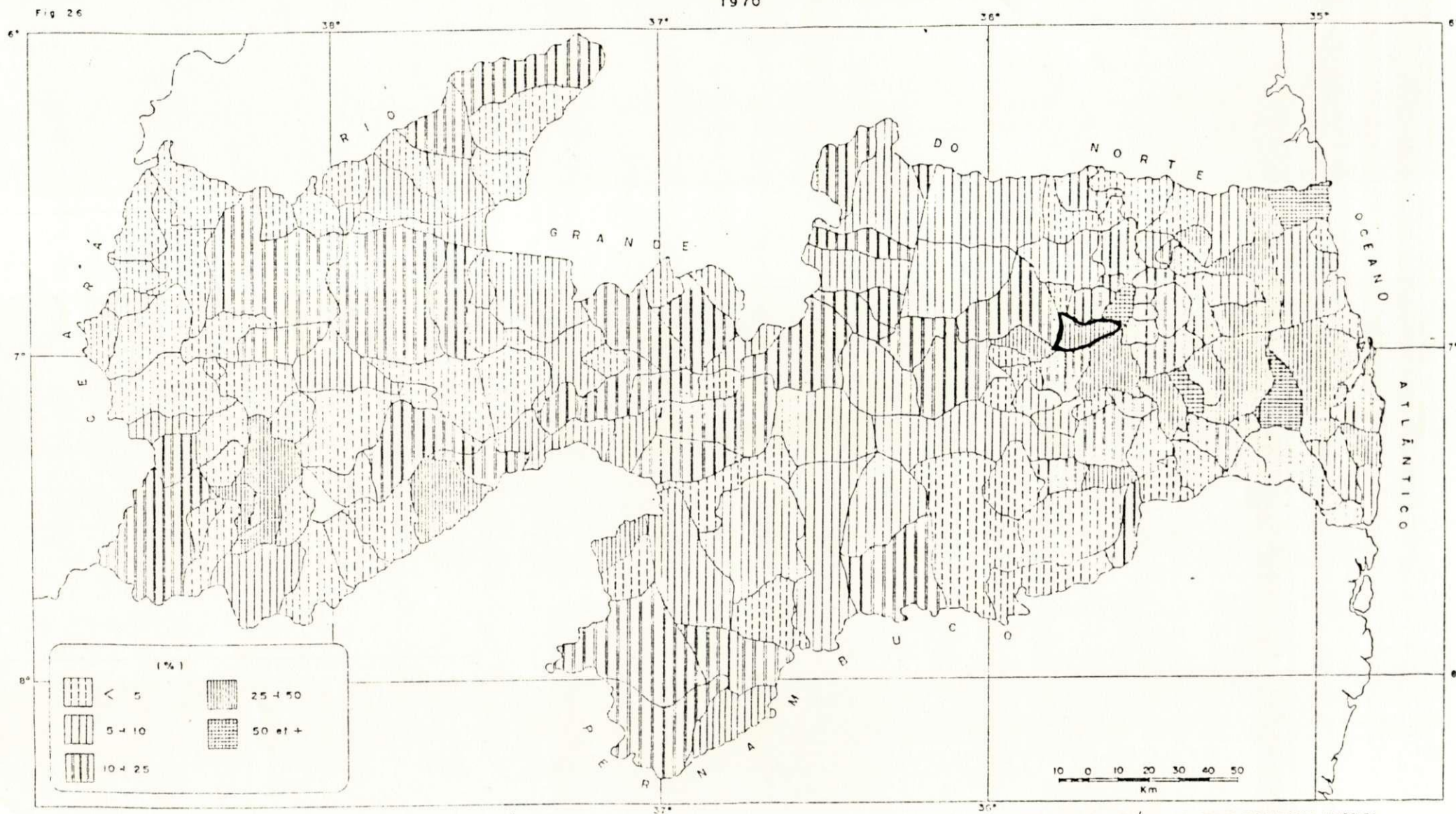


Esta mesma força de trabalho acabou por trocar, muitas vezes, de município ou de residência, isto é, passou da zona rural para a zona urbana permanecendo, porém, ligada à agropecuária como assalariada.

Pelo Cartograma nº 17 observa-se que a força de trabalho no município era, em 1970, constituída entre 25% a 50% de assalariados.

É bom salientar que a população urbana do Município de Areia cresceu de 311 habitantes na década de 1940/1950, enquanto a população rural sofreu uma redução de -3.254 habitantes. Na década seguinte, 1950/1960, a população urbana é acrescida com cerca de 2.305 habitantes, e a população rural, apenas 638 habitantes, ou 2,46%. Entre 1960/1970, os dados mostram que a população urbana de Areia cresceu mais em percentuais, de 22,39%, do que em números absolutos. Mesmo tendo caído um pouco, não se comparou com a população rural, que no mesmo período chegou a diminuir de -3.828 habitantes ou de -14,42% - Tabelas 31 e 32.

ETAT DE LA PARAIBA  
 PARTICIPATION DES EMPLOYES SALARIES DANS LE TOTAL  
 DE LA POPULATION OCCUPEE DANS L'AGRICULTURE  
 1970



SOURCE: FIBGE - Censo Agropecuário da Paraíba - 1970

ORGANISATION: EMÍLIA DE RODAT FERNANDES MOREIRA  
 CARTOGRAPHIE: JOSÉ RENATO DOS SANTOS LIMA

Apud: RODAT, Emília de. Op. cit, p. 151

TABELA 31

População urbana e rural - Situação por domicílio  
 População e taxa de crescimento (números absolutos)  
 Décadas: 1940/1950; 1950/1960; 1960/1970

## MUNICÍPIO DE AREIA

MUNICÍPIO	População Urbana							População Rural							
	1940	40/50	1950	50/60	1960	60/70	1970	1940	40/50	1950	50/60	1960	60/70	1970	
Areia	3315	311	3629	2305	5934	1329	7263	29.154	—	3254	25902	638	26540	- 3823	22712

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de 1940/1950/1960/1970  
 Tabulação Especial da SUDENE - SUDENE/UFPe/UFPe  
 Dinâmica das Migrações de Intensa Atividade Migratória



TABELA 32

Taxa de crescimento, população urbana e rural  
Situação do domicílio. 1940-1950-1960-1970

## MUNICÍPIO DE AREIA

MUNICÍPIO	Percentuais (%)			Percentuais (%)		
	População Urbana			População Rural		
	1940/50	1950/60	1960/70	1940/50	1950/60	1960/70
Areia	9,37	63,51	22,39	-11,16	2,46	-14,42

FONTE: Censos Demográficos de 1940-1950-1960-1970  
Tabulações Especiais da SUDENE - SUDENE/UFPb/UFPE  
Dinâmica das Migrações de Intensa Atividade Migratória

O processo de expulsão dos trabalhadores rurais é coetâneo, por sua vez, à intensificação da atividade pecuária no Brejo de Areia que, pelas suas novas características de utilização de pastos plantados, implicou na destruição das antigas relações de parceria, que sustentavam pequenos produtores no interior da propriedade pecuária<sup>218</sup>.

A destruição das antigas relações de produção baseadas na parceria, causando graves seqüelas sociais, é denunciada nas palavras bem simples de um trabalhador:

<sup>218</sup> *Predominava no interior da propriedade pecuária um arrendamento chamado renda pela palha. "... o grande proprietário arrendava parte de suas terras a pequenos produtores que aí quisessem se estabelecer em caráter temporário, para o plantio de lavouras consorciadas ... o terreno era devolvido ao proprietário com o restolho ... que serviria então para alimentar o gado na estação seca ...". Agreste, Agrestes, op. cit, p. 146*

"Lá - no Agreste Paraibano - a terra está presa aos homens que só querem capim para o gado. Os homens não estão mais querendo arrendar a terra. Quando arrenda um pedaço, no ano seguinte pedem a terra para plantar capim. E quem pegou uma terra ruim, cheia de jurema, limpou, preparou, plantou, tirou no primeiro ano que só deu para pagar o foro, que é muito caro, porque esperava melhorar depois, e quando pensa que vai melhorar, o dono da terra diz que ele tem de entregar a terra. E quando o dono diz, ele tem de entregar mesmo, porque senão o dono bota o gado e o gado come a lavoura. Depois esse homem procura outro dono de terra e é a mesma coisa. Como esse homem pode viver assim, sem terra para trabalhar?"<sup>219</sup>.

Os efeitos das mudanças relativas à pecuária foram fáceis de prever. O vaqueiro, que antes não recebia salário em dinheiro, porque sua remuneração correspondia a um quarto da produção, passou a ser um simples empregado assalariado adaptado ao trato de animais - laçá-los, fazer curativos, ordenhar vacas, consertar as cercas dos currais, aboiar os animais destinados ao matadouro, fiscalizar a entrega do leite - recebendo um salário aviltado, geralmente pago por tarefa realizada, mas tendo direito a uma casa para morar e a um lote pequeno para montar roçado<sup>220</sup>.

Como os pecuaristas adquiriram gado raceado e este se valorizava a "olhos vistos", houve a opção pelo pagamento em dinheiro em substituição à "quarta" que, para Manuel Correia, não representou "uma melhoria para o va

<sup>219</sup> Apud: ANDRADE, José Bonifácio de. Migrações Sazonais no Nordeste, Relatório de Pesquisa, Recife, SUDENE/UFPE, 1979, p.116 (Mimeo)

<sup>220</sup> O vaqueiro recebia este pequeno lote sem nenhum tratamento, "cabendo a ele proceder, quando se tratava, por exemplo, de capoeira, à derrubada, à queimada e ao destocamento, para então iniciar o plantio". Os Clandestinos e os Direitos, op. cit, p.60



queiro, mas uma inferiorização sobre a remuneração anterior, pois o proletariza e impede que, como ocorria no passado, ele tenha a oportunidade de tornar-se fazendeiro"<sup>221</sup>.

Quanto aos outros ajudantes da fazenda pecuarista - trabalhadores de roçagem nos cercados, limpadores de currais, arroçadores de animais, separadores de bezerros - passaram a perceber um salário<sup>222</sup> baixíssimo nos dias que dão de serviço. Não têm direito ao salário mínimo porque não trabalham a semana toda, perdem o repouso semanal, bem como sofrem redução em suas férias anuais.

O Brejo de Areia, capitalizado pelo Boi, ao substituir pastos plantados dentro do sistema criatório mais intensivo, assistiu à proletarização do homem do campo, jogando-o "no centro de um sistema bastante amplo e complexo de produção ... Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que ele produz é apropriado em diferentes setores do sistema econômico. E esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário da terra, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola, o aparelho governamental"<sup>223</sup>.

Devido ao novo desenvolvimento das forças produtivas - capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho - decorrente das transformações do mercado em expansão, rompem-se, pois, os vínculos que mantinham o homem rural como parte integrante do sistema social que compunha a fazenda pecuarista ou o engenho.

<sup>221</sup>A *Terra e o Homem do Nordeste*, p. 170

<sup>222</sup>No início da pesquisa (1987), o trabalhador recebia por dia de trabalho numa fazenda pecuarista, a importância de CZ\$300,00 (trezentos cruzeiros antigos). Atualmente, 1989, o mesmo trabalhador recebe NCZ\$5,00 (cinco cruzados novos)

<sup>223</sup>IANNI, Octávio. *Relações de Produção e Proletariado Rural*, op. cit, p151



Devido ao novo desenvolvimento das forças produtivas - capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho -- decorrente das transformações do mercado em expansão, rompem-se, pois, os vínculos que mantinham o homem rural como parte integrante do sistema social que compunha a fazenda pecuarista ou o engenho.

Desvinculadas das fazendas e engenhos, os trabalhadores do campo, sem pertencerem ainda a um Sindicato<sup>224</sup> identificado com os seus interesses, passam a vender sua força de trabalho através da mediação de um empreiteiro, sem gozarem das vantagens asseguradas pela legislação em vigor, tais como: o salário mínimo, décimo terceiro mês, repouso remunerado, férias, horas extras etc.

Neste sentido, afirma Caio Prado Júnior, "o sistema capitalista de produção se ampliou e aprofundou, ao mesmo tempo em que se apuravam as relações capitalistas de trabalho. Paralelamente, declinavam os padrões de vida dos trabalhadores ... Seu padrão e condições de vida, portanto, se agravavam ... o trabalhador rural vive hoje em piores condições que no passado. E o fato diretamente responsável por isso foi precisamente o desenvolvimento e a apuração das relações capitalistas de produção e trabalho"<sup>225</sup>.

Isto significa dizer que as novas relações de produção introduzidas pelo capitalismo destruíram as relações face a face - aquelas em que o trabalhador rural era apegado à fazenda pecuarista, ao engenho, aos meios de produção, aos outros trabalhadores, às suas famílias, constituindo uma

<sup>224</sup> *Muitos trabalhadores de algumas fazendas pesquisadas são sindicalizados. Isto possibilita maiores esclarecimentos sobre seus direitos estabelecidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural/1963; através do Sindicato esses trabalhadores reivindicam melhores condições de vida para sua família e escolar para os filhos... Outros empregados de fazendas afirmaram que o PATRÃO era bom e não precisavam de Sindicato algum para terem seus direitos assegurados... É bom lembrar que a "sindicalização rural foi o último acontecimento político importante no processo de conversão do lavrador em proletário". YANNI, Octávio, op. cit, p.157*

<sup>225</sup> *À Revolução Brasileira, op. cit, p. 98*

"classe em si" - e criaram relações mercantilizadas, onde os trabalhadores passaram a constituir "uma classe para si" -<sup>226</sup>.

Um novo quadro se delineia no Brejo de Areia, marcado pelo novo perfil das relações sociais de produção - é que surgem as oposições dos explorados refletidas num "comportamento cotidiano de negociação ... sobre o preço e as condições de trabalho - "<sup>227</sup>.

Estas oposições dos explorados têm à frente a grande propriedade - sob a qual o capital se materializa e adquire existência no campo para se reproduzir de forma ampliada, mas sempre encontrando obstáculos e resistências - estas se iniciaram em todo o Nordeste - com destaque a Pernambuco, onde se consolidaram as famosas Ligas Camponesas<sup>228</sup>, movimentos organizados que estreitaram suas ligações com os setores urbanos para conquistar espaços no cenário nordestino, penetrando na Paraíba, alcançando o Brejo,

<sup>226</sup> O estudo sobre as classes sociais tem gerado uma ampla literatura, rica e, principalmente, muito polêmica. Para Marx, "uma classe em si" era aquela em que os vários extratos, embora empenhados em atividades semelhantes de trabalho, estão unidos por seus amplos vínculos sociais e econômicos; objetivamente, formam uma classe contra o capital, mas permanecem não-conscientes das relações antagônicas com uma classe opressora. Uma classe "para si" é uma classe na qual os membros estão profundamente compenetrados de sua ligação objetiva, conflitiva, com outra classe, desenvolvendo assim a consciência apropriada e a ação necessária para defender seus interesses". Apud: SWINGWOOD, Alan. Marx e a Teoria Social Moderna, p.134-135. Ver também SANTOS, Teotônio dos. Conceito de Classes Sociais, p.31

<sup>227</sup> POTENGY, Gisélia. As Mudanças nas Relações de Trabalho e o Novo Clientelismo do Campo na Paraíba, in: Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências, p.226

<sup>228</sup> Estudo detalhado sobre o assunto encontra-se em JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas; CALLADO, Antônio. Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco, aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil; AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas; CASTRO, Josué. Se te Palmas de Terra e um Caixão, entre outros.



no intuito de romper a exclusão a que estiveram submetidos anos a fio<sup>229</sup>.

São novas relações de trabalho vivenciadas por homens<sup>230</sup> que enfiaram um proletariado enquadrado em relações predominantemente capitalistas, que assumem uma variedade muito grande de formas em diferentes momentos sócio-econômicos, isto porque o Capitalismo tem o poder de inventar e reinventar as relações de trabalho que deseja, para fazer frente a um mercado de trabalho plenamente constituído<sup>231</sup>.

---

<sup>229</sup> Os movimentos camponeses destes últimos anos têm se tornado constantes. "Há, pelo menos, em todo o País, três conflitos por dia, alguns marcados por grande violência". Neste momento, "A situação do campesinato torna-se particularmente difícil ... as suas lutas avançaram muito adiante dos partidos políticos, clandestinos ou legais, premido pela rapidez e pela voracidade do avanço do capital e dos grandes grupos econômicos sobre a agricultura sobre a terra". Os Camponeses e a Política no Brasil, op. cit, p.99-102

<sup>230</sup> Apesar da situação precária do homem do campo, um proprietário de grande extensão de terra (900 ha que, no Brejo, considera-se um grande latifúndio) afirmou: "Os trabalhadores vivem muito melhor do que eu, porque eles têm apenas necessidade e eu tenho sérios problemas com eles ..."

<sup>231</sup> "É nisto, sobretudo, que reside a especificidade do processo de acumulação de capital ... a subordinação da população trabalhadora ao capital, a constituição do exército de reserva ... fruto do processo de acumulação ...". Agreste, Agrestes, op. cit, p.190



## CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho repousou na premissa de que a pecuária e, conseqüentemente, a pecuarização recente, foram estimulantes no Brejo de Areia - microrregião caracterizada pelo tradicionalismo agrícola - como produtos das condições impostas pela "modernização conservadora" dos anos setenta.

"Modernização" esta que não alterou a estrutura fundiária local e que, ao incentivar o avanço da pecuarização, determinou a proletarização do homem rural brejeiro, transformando-o em trabalhador ora clandestino, ora integrante de um exército rural de reserva, mão-de-obra barato e explorável que enfrentará, a partir de então, como saída para sua sobrevivência, a emigração.

O processo de pecuarização recente no Brejo de Areia, oriundo de amplos debates, moldado por uma nova realidade, foi histórica e economicamente propício aos grandes proprietários do município, cuja ordem "modernizadora" arrastou consigo uma prática contínua de obter lucros, monopolizando a terra e expulsando os homens do campo.

Entrelaçando pecuária/pecuarização; curral/fazenda; espaço com atividades agropastoris; ambigüidades de relações sociais com redefinição; "modernização"/permanências; estrutura fundiária/monopolização da terra; capital e tecnologia, este trabalho procurou, desde o início, uma forma de expor o tema dentro de um método histórico/dialético, para poder analisar mais profundamente a evolução do processo recente de pecuarização no Brejo de Areia na Paraíba.

Neste roteiro, identificaram-se os elementos citados nos capítulos analisados, juntamente com as várias formas utilizadas para com o uso da terra, elemento sempre usado a serviço dos grandes proprietários que têm dominado o campo, geração após geração.

Passo a passo, chegou-se à década de setenta, período de grande interesse do trabalho, quando as transformações operadas no sistema produtivo local com a famosa "modernização" conservadora, provocaram determinados aumentos na produtividade pecuária, mergulhando o Brejo de Areia no jogo de ganhos e lucros compatíveis aos agropecuaristas da microrregião.

Engajando-se neste jogo induzido pela penetração do capitalismo no campo, Brejo de Areia negligencia a policultura e, principalmente, a agricultura de subsistência, antes destinada ao consumo dos trabalhadores do campo que contavam com alguns excedentes úteis à comercialização.

Ganhando o campo, a pecuarização passa por cima de homens, dos problemas ecológicos de defesa ao meio ambiente e vai vencendo todas as barreiras em relação à mão-de-obra, atraindo cada vez mais criadores interessados no novo rumo, que chega até a formar empresas lucrativas.

A conclusão a que se chega é a de que há um falso progresso implantado pela pecuarização, porque grande parte da população do campo brejeiro emigrou para a periferia da cidade areiense, engrossando o contingente da Favela Taquari ou povoando a Rua de Jussara, onde vive miseravelmente.

A Favela Taquari e a Rua de Jussara são conseqüências "danosas" do êxodo rural, realidades de uma mesma situação, onde se caminha junto à fome, ao desespero e ao desemprego. São pontos-chave invadidos por levadas e levadas de homens saídos do campo, os sem-terras, os sem casas - por



que, também, já não possuíam nenhuma - dezenas de pessoas sem quaisquer vínculos de posse que passam a ser contratados por empreiteiros, mediante tarefa executada. Não têm direitos ou carteira profissional assinada

Oprimidos, ora pela Usina, ora pelos agropecuaristas, estes trabalhadores expulsos do campo aceitam, por necessidade, jornadas de trabalho de até doze horas diárias nas fazendas de criação de gado. Saem de casa ao amanhecer, mal alimentados, voltam ao escurecer, cansados e famintos.

Essa massa humana, espoliada e explorada, após árduas jornadas, encontra à sua volta uma moradia sem nenhuma infra-estrutura - água, luz, esgoto etc. Muitos dos componentes desta massa, com pouquíssimas perspectivas de vida, acusam o avanço pecuário, de todos os seus males ...

As chamadas "obras assistenciais" do município já não atendem à demanda que, cada vez mais, está sendo levada à miséria, ao alcoolismo, à prostituição e à mendicância.

Sem dúvida, a pecuarização recente no Brejo de Areia, ao limitar as possibilidades de ocupação da força de trabalho local, acompanhou passo a passo o caráter geral e parasitário do desenvolvimento do capitalismo ali introduzido. Caráter reacionário respaldado pelo Estado mediante uma estrutura de serviços - aposentadorias, serviços médicos, precárias escolas, pensões mínimas - visando, apenas, controlar e integrar, através do engodo, ideologicamente, a população dominada.

Toda a política de incentivos à "modernização" no Brejo de Areia, entre outras coisas, terminou se transformando numa política de incentivo à concentração de terras, cujos juros subsidiados determinaram a valorização crescente das mesmas.

A superacumulação capitalista, a extrema concentração dos meios de



produção, o aumento excessivo da taxa de lucros, a espoliação direta ou indireta através da tributação, tudo isso constituiu o arcabouço da "modernização" imposta de uma maneira geral aos brasileiros, na década de setenta, que conduziu a um aumento colossal da massa de desempregados e miséria rural.

O Brejo de Areia atinge a década de oitenta, com sérios problemas sócio-econômicos, com gravíssimos desequilíbrios estruturais legados pela "modernização" e monopolização da terra nas mãos de poucos.

A microrregião areiense é um reflexo da própria sociedade brasileira - que usou, no passado, métodos e repressões para acumular riquezas e que, nas últimas décadas, tem implantado modelos corrosivos, elevando a níveis incomuns a concentração de terras e de capitais; que congelou (a) salários reais, permitindo a hiperinflação; que retomou a estratégia da desigualdade, adulterando verdades ou encobrendo falcatruas.

Asfixiados em seu modo de viver, as camadas oprimidas do Brejo de Areia - elas lutam, não estão sô de braços cruzados - esperam, contudo, que as forças progressistas se aliem a elas em busca de alternativas ou soluções que venham modificar seu sofrido cotidiano, que venham transformar suas perspectivas de vida, que na atualidade são apenas ilusões ...

Assim, urge uma transformação na estrutura agrária brejeira, realizável por meio de uma Reforma Agrária até agora obstaculada pelos grandes proprietários e setores conservadores da sociedade brasileira, de maneira geral. Sem esta Reforma para democratizar o acesso à terra de maneira profunda e radical, a situação dos "sem terras", dos espoliados do Brejo de Areia, não pode continuar sob pena de aumentarem cada vez mais, os constantes conflitos que abalam os alicerces do município.

A N E X O S

## LISTA DOS ANEXOS

### Anexo 1

Proposta de Empréstimo Fundiário

### Anexo 2

Paraíba Agrícola - Revista de Agricultura, Pecuária,  
Indústria e Comércio; nº 6, 1954

### Anexo 3

Paraíba Agrícola - Revista de Agricultura, Pecuária,  
Indústria e Comércio, nº 7, 1954



PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO FUNDIÁRIO

1. Nome do proponente MANOEL FÉLIX DA SILVA (DR)
2. Estado Civil casado
3. Idade 49 anos
4. Natural de Guarabira
5. Estado de Paraíba
6. Profissão Prof. Universitário
7. Endereço atual Areia
8. Distrito -
9. Município Areia
10. Estado Paraíba
11. Valor do empréstimo pretendido: Cr\$ 250.000,00
12. Finalidade. Aquisição de imóvel "SABURÁ" c/área de 278 Ha.
13. Vem exercendo nos três últimos anos as seguintes atividades:
  - I - a) local de trabalho Escola de Agronomia de Nordeste
  - b) natureza da ocupação Professor
  - c) ano(s) 19

II-

III-

14. ~~É~~ proprietário de imóvel.

- I - a) nome da propriedade "Macacos", "Flores" e "Pirunga"
- b) município Areia
- c) comarca ídem
- d) Estado Paraíba

II -

III -

15. Já operou com o Banco na(s) Agência(s) de Areia

16. Para ocorrer ao pagamento do empréstimo e respectivas acessórios, contará com os recursos abaixo, calculados em provável produção anual

a) espécies	b) quantidades	c) valores
Recursos - vend. animais	50/60	Cr\$ 50.000,00
" - venda de leite	15.000 l	Cr\$ 9.000,00
Preventas	-	Cr\$ 5.000,00
	Renda bruta	Cr\$ 64.000,00
Custos da exploração	Cr\$ 18.000,00	
Despesas de manutenção	Cr\$ 3.000,00	Cr\$ 21.000,00
	Renda líquida	Cr\$ 43.000,00

Oferece em garantia do empréstimo a primeira e especial hipoteca do imóvel a adquirir e dos outros de sua propriedade.

18. Declara que ~~possue~~ <sup>nao possui</sup> recursos próprios para atender ao prévio pagamento de eventual diferença entre a importância do empréstimo pretendido e a de que puder o Banco conceder dentro dos limites regulamentares, e que está ciente da obrigação de residir no imóvel e de explorá-lo direta e pessoalmente. (V. nota abaixo)

19. A aquisição de imóvel contíguo a ser anexado ao descrito no item 14, já em exploração, é indispensável, como complemento, para o seu conveniente e natural aproveitamento econômico, pelas seguintes razões:

..  
..  
..

19.A. (Em se tratando de área próxima) . A aquisição de imóvel próximo, a ser cultivado juntamente com o descrito no item 14, já em exploração, é indispensável, como complemento, para o seu conveniente e natural aproveitamento econômico, pelas seguintes razões:

..... atender ao apascentamento de seu rebanho bovino, em função  
..... da crescimento numérico.  
.....

20. Compromete-se, tão preste lhe seja pedido, a efetuar o depósito das despesas que tiver o Banco de mandar fazer, relativas à avaliação necessária ao conveniente estudo da proposta, não importando, de nenhuma forma, essa medida, na obrigação para o Banco de realizar a operação aqui proposta.

21. O lote a adquirir integra o imóvel denominado.... "SABUR"  
de propriedade do Sr. Espélio de João de  
Azevedo <sup>da</sup> ~~da~~ <sup>rua</sup> ~~rua~~ <sup>Arcaia</sup> ~~Arcaia~~, situada em <sup>Arcaia</sup> ~~Arcaia~~  
município de Arcaia, comarca de... <sup>Arcaia</sup> ~~Arcaia~~  
Estado de Paraíba, cuja fração mínima de  
parcelamento, conforme consta de Recibo-Certificação de Cadastro nº  
140400201041, de 1972, é 6 hectares. Possui área  
de hectares.

ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO DO EMPRÉSTIMO

1a. parcela referente a compra	Cr\$.. 250.000,00
2a. parcela referente a	Cr\$..
3a. parcela referente a	Cr\$..
T e t a l .....	Cr\$.. 250.000,00

Arcaia (PB),

*[Handwritten signature]*

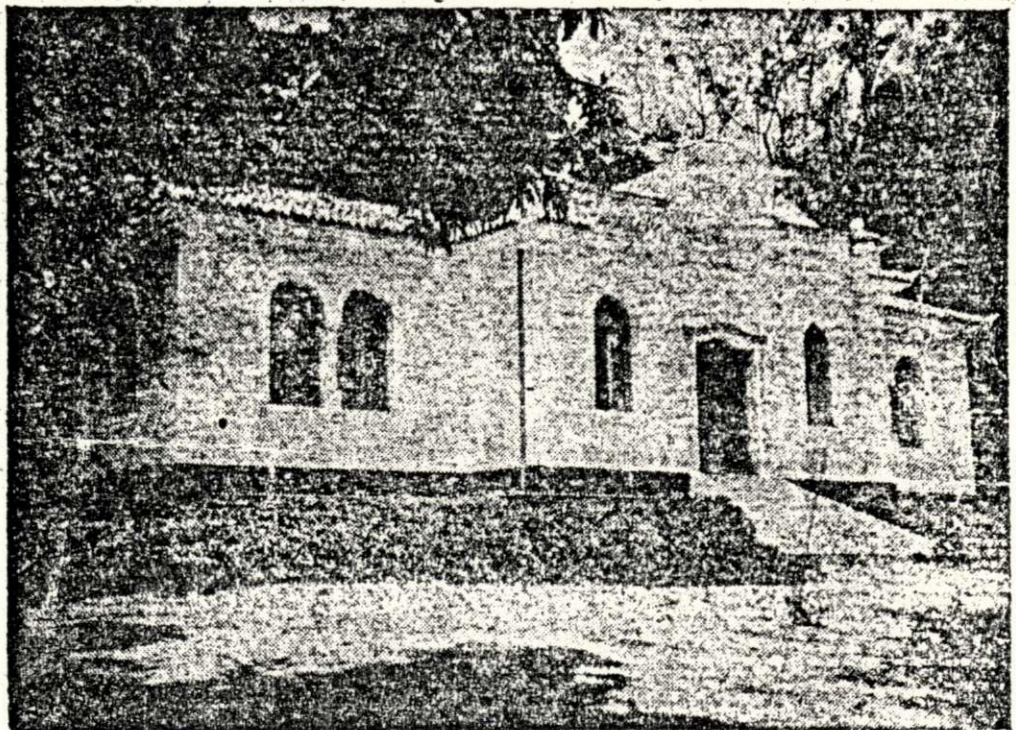


*As Vagas em  
Abril de 1954  
11-5-54*

*dego*

# PARAÍBA AGRÍCOLA

REVISTA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO



Vista do prédio do Jardim Botânico

ABRIL DE 1954

ANO XXXI

NÚMERO 6

JOÃO PESSOA - PARAÍBA



# PRODUÇÃO LEITEIRA NA ZONA DO BREJO — • PARAIBA — BRASIL

Manoel Félix da Silva

Agrônomo da D. da Produção

## I — Introdução

Atendendo a uma solicitação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, para apresentar um plano de trabalho, visando solucionar um problema de meu Estado, resolvi, por sua relevante importância, escolher a produção leiteira na zona do Brejo.

Trata-se de um assunto que ultrapassa o terreno da economia e toca um aspecto social — a alimentação infantil.

## II — Dados geográficos.

É conhecida com a denominação de Brejo uma das zonas fitogeográficas da Paraíba, situada sobre a Serra da Borborema, com altitude média de 500m., onde a abundância d'água do sub-solo constitui sua principal característica.

## III — Condições naturais

### a) — Clima

O clima tropical é atenuado pela altitude e abundante vegetação arbórea. Há duas estações climáticas bem definidas: Inverno e Verão. Metade do ano as chuvas abundantes (Inverno) e a outra metade raramente chove. (Verão).

Pluviosidade — 1.220 mm (média).

Temperatura máxima — 28. C

Temperatura mínima — 14. C

### b) — Solo

Os solos são de natureza silico-argilosa, bem profundos. Do ponto de vista químico são pobres em nitrogênio e fósforo. Há deficiência de matéria orgânica.

### c — Topografia

A Topografia é bastante acidentada, formando-se pequenos vales entre os morros. Os vales são, geralmente de boa fertilidade.

### d) — Água

Água de boa qualidade jorra do sub-solo em todos os vales, em abundância. Nas próprias escarpas dos morros, ocorre jorrar o precioso líquido.

### e) — Vegetação

A vegetação possui todas as características da floresta tropical: grande número de espécie formando um intrincado, dificilmente transitável. Não há perda de folhas em nenhuma época do ano. A vegetação arbustiva e herbácea é pobre em espécies forrageiras.

## IV — População

### a) — Condições sociais

Há duas classes sociais distintas rica e pobre. A classe média é pouco numerosa. A classe rica pertencem so proprietários das terras, que geralmente são quem as cultiva. O arrendamento é pouco usado.

### b) — Padrão de vida

A classe pobre tem um padrão de vida muito baixo.

qualidade são as responsáveis por esta situação. A infestação de carapato e a verminose bovina são outros dois fatores contrários à exploração leiteira.

b) — Práticas relacionadas com a produção e comercialização

Não há pastos artificiais, nem raças especializadas. O controle do carapato não é feito com regularidade; não está difundido o uso de inseticidas modernos para o seu combate.

### c) — Nível cultural

Varia do analfabetismo ao nível superior.

### d) — Condições sanitárias

A verminose é moléstia de maior incidência, principalmente, entre crianças da classe pobre.

### e) — Alimentação

Há deficiência de proteína animal, principalmente, na alimentação de crianças, pois o leite além de muito caro, é raro.

### f — Densidade de população

80 pessoas por Km<sup>2</sup>.

### V — Dados da história da agricultura.

Esta história está dividida em quatro ciclos, representando três diferentes tipos de monocultura:

#### 1º — Ciclo da cana de açúcar

#### 2º — Ciclo do café

#### 3º — Ciclo da cana de açúcar, pelo emprego de variedades resistentes ao mosaico.

#### 4º — Ciclo do agave (Sisal)

A história de cada um destes ciclos é muito vasta: Ultrapassa os limites deste trabalho.

## VI — Centro de investigação e ensino

Esta zona é sede da Escola de Agronomia do Nordeste, que conta com excelente equipe de técnicos especializados. É um centro de experimentação e ensino agrícolas, com fundamento científico.

VII — Importância da atividade escolhida para a comunidade.

A deficiência de leite para o consumo, principalmente para a alimentação infantil, exige atenção especial por parte dos homens de governo.

Estando o leite sujeito à lei geral da oferta e da procura, tem esta mercadoria de primeira necessidade atingido preços astronômicos.

A falta do produto e o elevado preço deixam grande porcentagem de crianças pobres privadas de um alimento fundamental. O uso de leite, em vez de rotina, é luxo. Trata-se de um problema dietético-social, cuja solução se deve basear, em princípios econômicos, fundamentado em sistema de exploração técnica e bem orientada. Com exploração racional, a indústria leiteira é econômica, na zona, e sendo lucrativa, terá adeptos. Maiores lucros é um desejo do criador.

## VIII — Situação atual da atividade

### a) — Área dedicada à atividade

Apenas 10 por cento de toda a zona dedicada à criação. Destes 10 por cento somente 5 por cento são destinados ao gado leiteiro.

Como se vê trata-se de uma atividade pouco desenvolvida. Pastagens escassas e de má

A verminose propaga-se, especialmente pela água de poços naturais e os agricultores não se apercebem deste mal. A ausência de rações de produção (farelo de algodão), é outro fator que limita a produção.

A comercialização do leite não constitui problema. Há falta do produto, a aceitação é grande e o preço compensador. Toda a zona é bem servida de estradas.



*duz*

REVISTA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# PARAÍBA AGRÍCOLA

*M 34*

MAIO - DEZEMBRO 1954

ANO XXXI

NÚMERO *7*

JOÃO PESSOA - PARAIBA



senta vantagens, pois trará mais possibilidade de produzirem-se mudas cítricas e bons laranjais em solos pobres. Quanto ao clima, devemos considerar a resistência às geadas, o que acontece com o "Poncirus trifolciata, possibilitando, assim, em parte, a cultura da laranjeira em regiões a tal flagelo.

#### V — VIGOR E PORTE UNIFORME

Quanto mais vigoroso o cavalo mais desenvolvidas serão as futuras árvores. O desenvolvimento uniforme trará vantagens, pois, facilitará o trabalho da enxertia e as mudas serão mais feitas no seu formato.

#### VI — SISTEMA RADICULAR ABUNDANTE E PROFUNDO:

Vivendo a muda de enxerto á custa do cavalo, torna-se claro que isto dará ao "porta-enxerto" uma característica bem desejável, pois maior volume de terra será atingido pelas raízes e, conseqüentemente, maior quantidade de água e elementos minerais aproveitará a planta.

#### VARIETADES ACONSELHADAS

Diante das condições necessárias à obtenção de um bom "cavalo" para Citrus, o ideal seria haver uma variedade que satisfizesse todos os itens acima enumerados.

O ponto mais importante é a resistência à "tristeza". Assim sendo somente as seguintes variedades deverão ser escolhidas;

a) **Limão rosa**, também conhecido pelos nomes de limão Galego (E. do Rio), laranja capeta (certas regiões de Minas), etc.

b) **Limão rugoso**

c) **Poncirus trifolciata**

d) **Laranja comum** (caipira)

e) **Poncirus trifolciata**

f) **Laranja pêra.**

Transcrevemos, abaixo, o resultado de observações feitas nestas variedades, durante 4 anos, no Instituto Agronômico de Belo Horizonte, pelo engenheiro agrônomo Dalmo C. Gicometti.

**Cavalos — Limão rosa: tolerância à gomose** — Regular; **Vigor** — Excelente; **Resistência à seca** — Muita; **Exigência em fertilidade** — Regular; **Tangerina: Boa** — Bom — Muita — Regular; **Laranja caipira: Regular** — Regular — Pouca — Grande; **Laranja pêra: Boa** — Regular — Pouca — Grande; **Limão rugoso: Regular** — Excelente — Muita — Regular; **Poncirus trifolciata: Excelente** — Regular — Pouca — Grande.

Analisando o quadro acima, vemos que a escolha para porta-enxerto deve recair sobre o limão rosa e rugoso e dentre os dois o roza (cravo) é preferido, pois, além de ser encontrado mais facilmente pelos campos e pastos do Estado do Rio e Minas Gerais, possui mais sementes por quilo — 12 a 15.000 do que o rugoso, que tem 4.500 em média.

## PRODUÇÃO LEITEIRA NA ZONA DO BREJO

Agr. Manuel Felix

**IX — Mudanças necessárias para propiciar melhoramento qualitativo e quantitativo da produção.**

- a — Pastagens artificiais
- b — Raças especializadas
- c — Erradicação do carrapato
- d — Uso de rações concentradas
- e — Combate à Verminose
- f — Higiene

Nosso objetivo principal é a produção leiteira, no caso condicionada aos seis objetivos secundários, acima enumerados. Para atingir o objetivo principal, necessário se faz a solução conjunta dos seis problemas.

Neste relatório final tratarei apenas de um problema — Pastagens artificiais

**X — Plano de trabalho**

A produção leiteira na zona do Brejo, pelas condições de precariedade, em que se encontram os rebanhos, exige atenções especiais. Tratarei da introdução e desenvolvimento de pastagens artificiais, por considerar a pedra fundamental da indústria leiteira, na zona em apreço. Este assunto vem sendo investigado pelo Departamento de Zootécnica da Escola de Agronomia do Nordeste. Os resultados a que este Departamento tem chegado são satisfatórios. Assim é que se tem um serviço de investigação comprovado para a zona.

Resta apenas difundir e conseguir a aplicação desta prática pelos criadores. Estão comprovadas a melhores espécies para pisoteio e para corte.



O corpo de especialistas daquela Escola, por sua efetiva colaboração, será um fator importante na realização deste objetivo.

No desenvolvimento deste plano tenho, em mente:

1.º — Desenvolver uma atividade de real importância na alimentação humana.

2.º — Despertar na população rural um meio de aumentar seus lucros.

3.º Uma efetiva cooperação entre o Centro de Pesquisa (Escola) e a população rural, através do serviço de extensão.

O desenvolvimento da produção leiteira necessita de interesse do criador. Este interesse é função do lucro. No Brejo o fator mais importante para que a produção leiteira seja econômica, é o uso de pastagens artificiais. Para atingir este objetivo o extensionista deverá se utilizar dos diferentes métodos de extensão.

Então que fazer?

Objetivo — Pastagens artificiais

Ciente deste objetivo como fazer?

1.º — Visitas

Propósitos das visitas

a — Efetiva aproximação entre o extensionista e os produtores.

b — Conhecer a verdadeira situação da atividade.

c — Despertar interesse, ou seja, criar a consciência do problema.

d — Selecionar líderes

e — Estabelecer confiança no agente de extensão

f — Atingir pessoas que dificilmente seriam alcançadas por outro meio

Sem prejuízo do tempo que exigem outros métodos de extensão, deve ser visitado o maior número possível de criadores de cada comunidade (lugarejo).

2.º — Demonstração.

Pelas visitas, que devem ser um ponto de partida, para um problema dessa natureza, sabe-se quem será o demonstrador de cada localidade, pela seleção de criadores

A demonstração será feita na propriedade do demonstrador, que contará com toda a assistência técnica. Pela demonstração, ensina-se fazendo,

a prática recomendada pela alimentação científica. Ensina-se portanto, um fato comprovado. Neste caso formação de pastagens artificiais. O agente de extensão e o demonstrador devem estar confiantes no êxito da demonstração.

A escolha do demonstrador deve ser baseada nos seguintes itens:

a — Que exista o problema em sua propriedade

b — Que seja relacionado com os vizinhos e tenha sentimento de cooperação.

c — Dispor de tempo e de meio para realizar demonstração

d — Fácil acesso à sua fazenda

e — Que represente o tipo médio dos produtores

O demonstrador deve estar convicto de que deve fazer por si capacitando-se a transmitir suas habilidades aos vizinhos.

Eleito o demonstrador compete ao extensionista fazer uma ilustração de seu objetivo.

Ilustração é um método de extensão em que se ensina dizendo, mostrando e fazendo. Na ilustração faz-se uma descrição das diversas etapas requeridas para a formação de pastagens artificiais. Mostra-se fotografias alusivas e observa-se com publicação a respeito do assunto.

Para facilidade de compreensão, a ilustração deverá ser dividida em etapas e respectivos pontos-chaves. Assim é, que no caso teríamos as seguintes etapas, com respectivos pontos-chaves.

#### ETAPAS

- 1 — Escolha do local
- 2 — Preparo do solo
- 3 — Escolha da espécie ou variedade
- 4 — Plantio
- 5 — Pisoteio

#### PONTOS CHAVES

- 1 — Solo arável
- 2 — Lavrar em sentido perpendicular à declividade.
- 3 — Capim gordura ou elefante
- 4 — Em linhas distantes vinte centímetros. Capim gordura -- 10 kg. por Ha.
- 5 — Poucos dias antes da floração

## BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Capristano de. Capítulos da história colonial (1560-1800). 4 ed. Rio de Janeiro, Briguiet, 1954
2. ABREU, Capristano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Rio de Janeiro, Briguiet, 1930
3. ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1986
4. ALMEIDA, Horácio de. Brejo de Areia; memórias de um município. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1957
5. ALMEIDA, José Américo de. A Parahyba e seus problemas. Parahyba, Imprensa Oficial, 1923
6. AMIN, Samir & VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
7. ANDRADE, Francisco Álvares de. Agropecuária e desenvolvimento no Nordeste. Fortaleza, UFCe, Imprensa Universitária, 1960
8. ANDRADE, José Bonifácio de. Migrações sazonais no Nordeste. Recife, SUDENE/UFPe, 1979 (BRASIL: Relatório de Pesquisa)
9. ANDRADE, Lopes. Introdução à sociologia das secas. Rio de Janeiro, A Noite, s.d.
10. ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia econômica do Nordeste. São Paulo Atlas, 1977



11. ANDRADE, Manuel Correia de. Paisagens e problemas do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1968
12. ANDRADE, Manuel Correia de. O processo de ocupação do espaço regional Recife, SUDENE, 1972
13. ANDRADE, Manuel Correia de. Estado, capital e industrialização no Nordeste. Rio de Janeiro, Zahar, 1981
14. ANDRADE, Manuel Correia de. Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária? Recife, Guararapes, 1981
15. ANDRADE, Manuel Correia de. Nordeste: alternativas da agricultura. Campinas, Papirus, 1988
16. ANDRADE, Manuel Correia de. O planejamento regional e o problema agrário no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1976
17. ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço, polarização e desenvolvimento. São Paulo, Grijalbo, 1977
18. ANDRADE, Manuel Correia de. Agricultura e capitalismo. São Paulo, Ciências Humanas, 1979
19. ANDRADE, Manuel correia de. Classes sociais e agricultura no Nordeste Recife, Fundaj/Massangana, 1985
20. ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem do Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1973
21. ANDRADE, Manuel Correia de. A pecuária no agreste pernambucano. Recife, Guararapes, 1961
22. ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo, Nacional, 1967



23. ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL. Campanha da fraternidade; terra de Deus, terra de irmãos. Brasília, 1986 (Cadernos da AEC, 26)
24. ATLAS Geográfico do Estado da Paraíba. João Pessoa, Grafsete, 1985
25. AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo estatal e a ideologia do desenvolvimento. São Paulo, Símbolo, 1978
26. BASTOS, E.R. As ligas camponesas. Petrópolis, Vozes, 1984
27. BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renato (Orgs.) Desenvolvimento e capitalismo no Brasil - Ensaio sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983
28. BERNARDES, Nilo. Observações sobre a paisagem agrária no município de Areia. Anais da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros. 1951-1952-1958, Tomo II, V.6, p.35-70
29. BLONDEL, Jean. As condições da vida política no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957
30. BRADLEY, Sandra Maria Correia. Açúcar & poder. Recife, CONCEPE, 1978
31. BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da agricultura. Petrópolis, Vozes, 1988
32. BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos - planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis, Vozes, 1985
33. CALLADO, Antônio. A indústria da seca e os galileus de Pernambuco. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960
34. CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964

35. CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1930-1970. São Paulo, Graal, 1985
36. CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. São Paulo, Difel, 1972
37. CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975
38. CARVALHO, Inaiã Maria Moreira de. O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional. São Paulo, Hucitec, 1987
39. CARVALHO, João Carlos M. de. Camponeses no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978
40. CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1975. V.2
41. CASTRO, Josué de. Sete palmos de terra e um caixão. São Paulo, Brasiliense, 1967
42. CASTRO, Josué de. Geografia da fome. Rio de Janeiro, Antares, 1984
43. C.N.B.B. Igreja e problemas da terra. Revista de Cultura Vozes. Rio de Janeiro, 1980, V.74, p.29-37
44. COHN, Amélia. Crise regional e planejamento. São Paulo, Perspectiva, 1978
45. DIAS, Gentil Martins. Depois do latifúndio. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978
46. DOWBOR, Ladislau. A formação do capitalismo dependente no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982

47. EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
48. FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965
49. FEIO, Mariano. Notas acerca do relevo da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1955
50. FIGUEIROA, Manuel de. O problema agrário no Nordeste do Brasil. São Paulo, Hucitec/SUDENE, 1977
51. FLORESTAN, Fernandes. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1976
52. FORMAN, Shepard. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
53. FURTADO, Celso. GTDN - uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1959
54. FURTADO, Celso. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972
55. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1975
56. FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964
57. GALVAN, Cesare Giuseppe. Capital - tecnologia & questionamentos. João Pessoa, Shorin, 1989
58. GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1979
59. GUIMARÃES, Alberto Passos de. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977



60. GUIMARÃES, Alberto Passos de. As classes perigosas. Rio de Janeiro, Graal, 1981
61. GUIMARÃES, Alberto Passos de. A crise agrária. Rio de Janeiro, Graal 1981
62. HARDMAN, Francisco Foot et alli. Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências. Fortaleza, UFCe/Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais - NEPS, 1986, V.I
63. HEREDIA, Beatriz Maria Alásia do. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
64. HOFFMAN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. São Paulo, Ática, 1977
65. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). História geral da civilização brasileira: a época colonial. São Paulo, Difel, 1960, V.2
66. IANNI, Octávio. Ditadura e agricultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968
67. IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968
68. IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil- 1930-1970. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971
69. JOFFILY, Irineo. Notas sobre a Parahyba. 2.ed. Brasília, Rhesaurus, 1976
70. JULIÃO, Francisco. Que são as ligas camponesas? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961

71. KOSTER, Henry. Viagem ao Nordeste do Brasil. São Paulo, Nacional, 1934
72. KRISCHKE, Paulo J. (org.). Brasil: do milagre à abertura. São Paulo, Cortez, 1983
73. LENIN. Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo, Graal, 1982
74. LEÓN, Adriano Azevedo Gomes de. Do engenho à usina: uma análise sobre a modernização da agricultura no município de Areia. Areia, Mimeo, 1989
75. LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. São Paulo, Martins, 1967
76. LOPEZ, Juarez Rubens Brandão. Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo. São Paulo, Vozes/CEBRAP, 1984
77. LOPEZ, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento de mudança social. São Paulo, Nacional, 1968
78. LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1977
79. MACEDO, José Norberto. As fazendas de gado no vale do São Francisco. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1952
80. MACHADO, Maximiano Lopes. História da província da Paraíba. João Pessoa, UFPb, 1977
81. MARANHÃO, Sílvio (org.). A questão Nordeste. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984
82. MARIZ, Celso. Evolução econômica da Paraíba. João Pessoa, A União, 1978
83. MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, Lech, 1981

84. MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1986
85. MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis, Paz e Terra, 1985
86. MARTINS, José de Souza. A reforma agrária e os limites da democracia da "Nova República". São Paulo, Hucitec, 1986
87. MARX, Karl. A miséria da filosofia. São Paulo, Ciências Humanas, 1982
88. MARX, Karl. O capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983, 3v.
89. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo, Ciências Humanas, 1982
90. MENEZES, Djacir. O outro Nordeste. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937
91. MELO, Clóvis. Os ciclos econômicos do Brasil. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969
92. MELO, Mário Lacerda de. Metropolização e subdesenvolvimento: o caso Recife. Recife, UFPE, 1981
93. MELO, Mário Lacerda de. Aspectos da geografia agrária do Brejo Paraibano. Anais da AGB. V.VI, Tomo II, São Paulo, 1951-1955-1958, p.52, 68, 70
94. MELO, Mário Lacerda de. Proletarização e emigração nas regiões canavieiras de Pernambuco. Comunicação apresentada no II Encontro Nacional de Geógrafos, em 8.12.76. Recife, DEPTº de Ciências Geográficas, UFPE, 1976
95. MELO, Mário Lacerda de. Os agrestes: estudo dos espaços nordestinos. Recife, SUDENE/UFPE, 1980



96. MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1984
97. MEYER, Doris Rinaldi. A terra do santo e o mundo dos engenhos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
98. MIROW, Kurt Rudolf. A ditadura dos cartões. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978
99. MORAES, Gilberto. A moderna pecuária. Porto Alegre, Movimento, 1975
100. MOREIRA, Emília Fernandes Rodat de. Evolução e transformação da organização agrária da Paraíba. RÔmo I. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Paris 3. Sorbonne Nova, Paris, Mimeo. 1988
101. MOTA, Carlos Guilherme (org.): Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro Difel, 1977
102. NORONHA, Dionízio Feitosa. Uma radiografia da pecuária nacional. Campina Grande, EMBRAPA; 1979
103. NOVAIS, Fernando. Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial. São Paulo, Hucitec, 1979
104. OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977
105. OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1988
106. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

107. OLIVEIRA SOBRINHO, Reinaldo. Esboço de monografia do município de Areia. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1958
108. PEREIRA, Osny Duarte. Multinacionais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974
109. PERRUCCI, Gadiel. A República das usinas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978
110. PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a história da Paraíba. João PEssoa, Ed. Univ. UFPb, 1977, 2v.
111. PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1978
112. PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979
113. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1970
114. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1961
115. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1971
116. ROUQUIÊ, Alain. O estado militar na América Latina. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984
117. SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos)
118. SILVA, Sérgio. Valor e renda da terra. São Paulo, Petrópolis, 1981
119. SILVA, Waldomiro Cavalcanti da. A indústria têxtil algodoeira tradicional do nordeste brasileiro: a dialética espacial de sua formação. Recife, UFPe, 1981 (tese Mestrado)
120. SANTOS, Teotônio dos. Conceito de classes sociais. Petrópolis, Vozes, 1987

121. SILVA, Waldomiro Cavalcanti da & SÁ, Maria Braga de. As bases econômicas da circulação mercantil da cidade de Campina Grande. Campina Grande, 1983
122. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy de. O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo, Moderna, 1984
123. SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil. São Paulo, Nacional 1957
124. SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1976
125. SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988
126. SKIDMORE; Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
127. SODRÉ, Nelson Werneck. Brasil: radiografia de um modelo. Petrópolis, Vozes, 1977
128. SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973
129. SODRÉ, Nelson Werneck. Vida e morte da ditadura. Petrópolis, Vozes, 1984
130. SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980
131. STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986



132. SWINGWOOD, Alan. Marx e a teoria social moderna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978
133. SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriovaldo (orgs.). Vida rural e mudança social. São Paulo, Nacional, 1979
134. SIGAUD, Lygia. Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo, Dias Cidades, 1979
135. SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo, T.A. Queiroz, 1984
136. SÃ, Maria Braga de. Os engenhos rapadureiros e a expansão da indústria açucareira no município de Areia, microrregião do brejo paraibano. Recife, 1980
137. SANTANA, Martha Maria Falcão Moraes de Carvalho e. A pecuária nordestina. João Pessoa, Padre Dehon, 1981
138. SALES, Teresa. Agreste, Agrestes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982
139. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo, Hucitec, 1978
140. SEIXAS, Wilson et alli. Revista do Instituto Histórico e Geográfico João Pessoa (18):29-36, 1970
141. SILVA, José Graziano de. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981
142. SILVA, Sérgio. Valor e renda da terra. São Paulo, Petrópolis, 1981
143. SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982

144. TAVARES, João de Lyra. A Parahyba. Imprensa Oficial da Parahyba, 1970
145. TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1972
146. VALVERDE, Orlando. O uso da terra no leste da Paraíba. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 20-45, 1955
147. VELHO, Otávio Fülherme. Frentes de expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro, Zahar, 1981
148. VIANA, Cibilis da Rocha. Estratêgia do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967
149. VOISIN, André. Produtividade no pasto. São Paulo, MEstre Jou, 1974
150. WANDERLEY, Maria de Nazareth Blaudel. Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
151. WATZEN, Helmann. O domínio colonial no Brasil. São Paulo, Nacional, 1938
152. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980